

JANAINA DA SILVA GUERRA

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO
ÂMBITO DO PROGRAMA FOME ZERO: EMANCIPAÇÃO ou
COMPENSAÇÃO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social

Orientador: Prof^o Dr^o Antônio Cruz

PELOTAS
2010

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ÂMBITO DO
PROGRAMA FOME ZERO: EMANCIPAÇÃO ou COMPENSAÇÃO?**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador Prof. Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz _____

1º Examinador Prof. Dr. Avelino da Rosa Oliveira _____

2º Examinador Profª. Drª. Mara Rosange Acosta de Medeiros _____

3º Examinador Prof. Dr. Paulo Peixoto Albuquerque _____

Pelotas, 15 de Abril de 2010.

Aos meus pais, Júlio e Isabel.

Ao meu amado Cassiano.

Agradecimentos

Só o fato de estar onde estou me altera e altera tudo mais. O descobrir não é ver o que “há” (isto é impossível em qualquer nível), mas projetar-se em uma realidade em contínua criação. Já não sou o que era, mas o que hei de ser, como consequência de que tudo mais deixa de ser o que era para tornar-se o que será, em uma síntese dialética constantemente renovada. (MANFRED MAX-NEEF *apud* TIRIBA, 2001, p. 335)

O descobrir-me nessa *síntese dialética constantemente renovada* é fruto de um processo que teve a importante influência dos meus pais, meu companheiro, amigos, professores e espaços coletivos dos quais venho participando.

Por isso, agradeço aos meus pais, por terem compreendido minhas ausências, por apoiarem minhas decisões, pelo amor e estímulo que sempre me proporcionaram.

Agradeço ao Cassiano, meu namorado, marido, companheiro e amigo, pelo enorme carinho e paciência com que reagiu mesmo nos momentos mais tensos.

Agradeço aos meus queridos amigos, Mana e Renato, por todo o tempo a mim dedicado nos momentos de dúvidas e angústias.

Agradeço a Silvana Tillmman que não mediu esforços para me ajudar no momento de maior ansiedade.

Agradeço às minhas amigas de sempre: Bianca, Marry e Veri, pela sincera torcida.

Agradeço ao Instituto de Estudos Políticos Mário Alves, por ser este, um espaço de discussão e militância, que me oportuniza refletir e agir no processo de construção da criticidade.

Agradeço ao NESIC-INTECOOP-UCPEL, por ser este, um espaço que possibilita a troca entre os saberes e a construção coletiva do conhecimento junto aos grupos populares.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Antônio Cruz, por estar comigo nesta longa e conturbada caminhada.

Agradeço aos professores da banca, por suas importantes contribuições críticas no momento da qualificação. Contribuições essas que foram fundamentais para a construção desse trabalho.

Meus profundos agradecimentos às mulheres e homens, sujeitos dessa pesquisa, pela importante contribuição que deram durante os grupos de discussão.

*Desconfiai do mais trivial, na aparência
singela. E examinai, sobretudo, o que parece
habitual. Suplicamos expressamente: não
aceiteis o que é de
hábito como coisa natural, pois em tempo de
desordem
sangrenta, de confusão organizada, de
arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada, nada deve
parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.*

Bertold Brecht

RESUMO

O presente trabalho versa sobre os desafios e as possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito do Programa Fome Zero (PFZ) concretizar-se como política que propicia e impulsiona práticas emancipatórias para a totalidade de seus beneficiários - que são as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e os pequenos agricultores e pescadores artesanais. Segundo seus documentos de fundamentação, o PAA se constitui como política estruturante para a agricultura familiar e política emergencial para as famílias em risco social. PAA e Economia Solidária são eixos articuladores do PFZ e, por isso, ambos devem estar interligados no sentido de possibilitar ações emancipatórias para seu público-alvo. Este trabalho, então, ao buscar (i) estudar a formulação e os pressupostos teóricos do PAA, (ii) compreender como o PAA vem se viabilizando no caso estudado (município de Pelotas), e (iii) verificar se o PAA atinge seus objetivos, tratou de pontuar os desafios e as possibilidades para o mesmo efetivar-se como política capaz de possibilitar práticas emancipatórias para a totalidade de seus beneficiários através de sua concreta articulação com a economia solidária, como potencializadora deste processo. A pesquisa parte de uma perspectiva dialética e foi instrumentalizada metodologicamente pelo uso de grupos focais, realizados em duas cooperativas que vendem seus produtos ao PAA: a Cooperativa Lagoa Viva e a Cooperativa Sul Ecológica; e também em três entidades que recebem e distribuem os alimentos fornecidos pelo PAA e provenientes daquelas cooperativas às famílias empobrecidas: Comunidade Eclesial de Base Peregrinos do Amor, OSC GESC-GESTO e Associação Amar: Criança e Família. Os resultados obtidos reafirmam a ambigüidade intrínseca do PAA (as ações emancipatórias e compensatórias) que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, possibilitando aos pequenos a geração de renda através de seu trabalho, porém não ultrapassa o caráter assistencialista e focalizado em sua ação distributiva. Ele reafirma o histórico das políticas sociais públicas brasileiras, apesar de sua proposta e da intenção dos que o formularam. Por último, é preciso percorrer um longo caminho para se chegar à condição de eixo articulador do PFZ, no sentido de fortalecer o movimento de economia solidária no país.

Palavras-chave: Programa Fome Zero; Programa de Aquisição de Alimentos; Economia solidária; emancipação; compensação.

ABSTRACT

The present work focuses on the challenges and possibilities of the Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) in the Programa Fome Zero (PFZ) to become real as a policy which enables and motivates emancipatory practices for all the beneficiaries - families in a situation of food and nutritional insecurity and small farmers and fishermen. According to documents, the PAA is constituted as a structuring policy for the family agriculture and emergency policy for families in social risk. PAA and Solidary Economy are two of PFZ key programs and, due to this, both must be connected in order to make possible emancipatory actions towards its target public. This work, then, as it aims at (i) studying the basic and theoretical purposes of PAA, (ii) understanding how the PAA is becoming viable in the case studied (city of Pelotas), and (iii) verifying if the PAA reaches its goals, tried to point out the challenges and possibilities so that the program can become a possible policy to enable emancipatory practices for all beneficiaries through a concrete articulation with the Solidary Economy, as a potential key for this process. The research is based on a dialectic perspective and was methodologically developed by the use of focus groups, performed at two co-operative societies which sell their products to the PAA: the Lagoa Viva and the Sul Ecológica Co-operative Societies; and also in three institutions which receive and distribute the food provided by the PAA and are from those co-operative societies to the poor families: Base Church Community “Peregrinos do Amor”, OSC GESC-GESTO and Associação Amar: Criança e Família. The results obtained reaffirm the intrinsic ambiguity of the PAA (the compensational and emancipatory actions) which contributes for the empowerment of family agriculture, enabling small farmers to have some income through their work, though it does not overcome the assistance character and focused on the distributional activity. It reaffirms the history of Brazilian public social policies, although its proposal and the intention of those who developed it. At last, it is necessary to cross a long path to reach the condition of the PFZ main axis, in order to strengthen the movement of Solidary Economy in the country.

Key words: Programa Fome Zero; Programa de Aquisição de Alimentos; Solidary Economy; emancipation; compensation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABICRED	Associação Brasileira de Instituições de Micro-crédito
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
COOPAR	Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda.
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FARC	Força Armada Revolucionária da Colômbia
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
GESC	Grupo pela Educação, Saúde e Cidadania
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
IDH	Índice de Desenvolvimento Econômico
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP's	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MAPA	Ministério da Fazenda, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONG	Organização Não-Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PACS	Políticas Alternativas para o Cone Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
PZF	Programa Fome Zero
RBSES	Rede Brasileira de Sócioeconomia solidária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UDN	União Democrática Nacional
UNAIC	União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu e Região

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS.....	16
1.1 O PAA: a proposta do programa.....	16
1.2 O PAA e sua operacionalização no município de Pelotas.....	22
1.3 O PAA como política social: primeiras indagações sobre emancipação e compensação.....	28
2 O CAMPO DE OBSERVAÇÃO: O PAA E SEUS ATORES.....	31
2.1 A metodologia.....	31
2.1.1 Amadurecendo as ideias.....	31
2.1.2 A construção metodológica.....	33
2.1.3 Ideias maduras: a metodologia e suas ferramentas.....	41
2.2 O campo de observação – o PAA segundo seus atores.....	46
2.2.1 Os atores da pesquisa: quem são e o que disseram?.....	46
2.2.2 O que dizem as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional?..	47
2.2.3 O que dizem os (as) cooperados (as) da Sul Ecológica e da Lagoa Viva?.....	64
2.3 Uma leitura sobre as falas dos atores.....	83
2.4 O PAA como programa e o PAA como prática: novas indagações sobre emancipação e compensação.....	89
3 POLÍTICAS SOCIAIS EMANCIPATÓRIAS SOB O CAPITALISMO TARDIO.....	92
3.1 O caráter do Estado no capitalismo contemporâneo.....	92
3.1.1 Marx, Lênin e Gramsci: a concepção marxista de Estado.....	92
3.1.2 O Estado de Bem-Estar Social e o advento do Estado Neoliberal: uma definição a partir das ideias de Keynes e Hayek.....	98
3.1.3 Políticas Sociais sob o capitalismo tardio.....	104
3.2 No Brasil: Estado e política social.....	108
3.2.1 O contra-senso brasileiro: compensação <i>versus</i> emancipação.....	108
3.3 Emancipação humana: uma análise marxista.....	114
3.3.1 Capitalismo e Emancipação.....	116
3.3.2 O processo de consciência crítica: caminhando para a emancipação humana...	120
3.3.2.1 A formação da consciência.....	120
3.3.2.2 O problema da alienação.....	123
3.3.2.3 O papel da ideologia.....	129
3.4 Políticas Sociais emancipatórias sob o capitalismo tardio e o PAA.....	136
3.4.1 Os limites da ação do Estado diante do processo emancipatório.....	139
4 PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS – ECONOMIA SOLIDÁRIA E PAA.....	143
4.1 Economia Solidária e emancipação.....	143
4.1.1 As raízes históricas da Economia Solidária.....	143
4.1.2 A Economia Solidária hoje.....	146
4.1.3 A Economia Solidária na sua dimensão de ação pública.....	149
4.2 PAA: limites e possibilidades para a potencialização de práticas emancipatórias.....	153

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS.....	173
ANEXOS.....	182

INTRODUÇÃO

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é um instrumento de estruturação da agricultura familiar que age na etapa final do processo produtivo, no momento em que o pequeno produtor, preferencialmente organizado em cooperativas e associações, está mais vulnerável por não ter espaços onde escoar sua produção. Assim, o PAA oportuniza que a agricultura familiar, em especial aquela vinculada ao cooperativismo e associativismo, tenha a garantia de comercialização dos seus produtos. Além disso, na sua modalidade de *compra para doação simultânea*, o PAA distribui os alimentos adquiridos dos pequenos agricultores às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, através da rede sócio-assistencial da própria localidade onde moram aquelas famílias.

Neste sentido, o presente trabalho trata da possível articulação entre o cooperativismo incentivado pelo PAA e o que segue a lógica da Economia Solidária como uma possibilidade de ação emancipatória para os trabalhadores rurais e urbanos.

Ao reconhecer a ambigüidade intrínseca no PAA de ser, ao mesmo tempo, ação estruturante para os agricultores familiares organizados em grupos cooperados e ação emergencial para as famílias em situação de insegurança alimentar (DELGADO, *et.al.*, 2005), o estudo em questão almeja explicitar os desafios e as possibilidades para que o PAA estenda seu caráter de prática emancipatória à totalidade de seus beneficiários. Para isso, sentiu-se a necessidade de observar a dinâmica do Programa junto àqueles beneficiários a fim de conhecer os resultados de suas ações distintas para públicos igualmente distintos.

Reconhecendo que para o fomento da Economia Solidária no país é necessário políticas que ajudem os trabalhadores a se auto-organizar coletivamente, o PAA, ao incentivar o cooperativismo, abre as portas para uma possível articulação do movimento de economia solidária com estes espaços. Uma *possível articulação*, porque, como será observado no decorrer deste trabalho, o incentivo ao cooperativismo não representa diretamente um incentivo à Economia Solidária.

Assim também, o ato de doar alimentos provindos da agricultura familiar às famílias em situação de risco social, por si só, não representa uma alternativa emancipatória daquelas famílias. Porém, se a doação dos alimentos for um primeiro passo dado para a construção de um projeto maior com viés emancipador, então o PAA também pode estender sua ação estruturante às famílias que, até então, só recebem os alimentos.

Para melhor analisar a possível articulação PAA/Programa Fome Zero e Economia Solidária, se propôs uma pesquisa com o intuito de responder ao seguinte problema: Quais os desafios e as possibilidades para que o PAA se concretize como uma política que propicia e impulsiona práticas emancipatórias para a totalidade de seus beneficiários?

Como forma de responder ao problema de pesquisa traçamos o seguinte objetivo geral: Analisar os desafios e as possibilidades para o PAA concretizar-se como uma política que potencialize práticas emancipatórias para a totalidade dos seus beneficiários, na perspectiva da economia solidária, considerando seus objetivos de ser, ao mesmo tempo, ação estruturante/emancipatória e ação emergencial/compensatória.

Para atingir esse objetivo maior buscamos contemplar os seguintes objetivos específicos: 1º) Estudar a formulação (objetivos, metas, recursos, etc.) e os pressupostos teóricos do PAA, sendo este ação estrutural do Programa Fome Zero; 2º) Compreender como o PAA vem se viabilizando no Município de Pelotas (RS); 3º) Verificar se os resultados oportunizados pelo PAA atingem seus objetivos (de ser, ao mesmo tempo, ação estruturante/emancipatória voltada aos agricultores familiares e pescadores artesanais organizados em cooperativas, e ação emergencial/compensatória voltada às famílias em situação de insegurança alimentar); e 4º) Analisar os desafios e as possibilidades para o PAA efetivar-se como uma política que potencializa práticas emancipatórias para a totalidade de seus beneficiários, na perspectiva da economia solidária.

A pesquisa está centrada no estudo analítico das ações desenvolvidas pelo programa junto às cooperativas Sul Ecológica e Lagoa Viva, assim como junto às famílias em situação de risco social, inseridas em três entidades assistenciais do Município de Pelotas, que são: Comunidade Eclesial de Base Peregrinos do Amor; OSC Gesto-GESC; e Associação Amar: Criança e Família. A investigação propõe partir do método dialético, por perceber que esta perspectiva proporciona uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Para os

estudos interpretativos foi utilizado instrumento qualitativo que mesclou entrevistas individuais e grupos focais enquanto técnica de captação de dados.

A estrutura da dissertação está dividida em quatro capítulos. Onde o primeiro trata do objeto de pesquisa; o segundo trata da pesquisa propriamente dita e trabalha com as falas dos pesquisados; o terceiro aborda as categorias de análise, sendo elas basicamente alienação, ideologia e emancipação humana a partir de um viés marxista; e, o quarto capítulo trata de ser mais conclusivo, em que retomamos algumas leituras já abordadas durante o trabalho, acrescentamos outras e, através do diálogo entre teoria e prática, delineamos os limites e as possibilidades para que o PAA articulado com a Economia Solidária possa adentrar ao processo emancipatório.

Resumidamente, no primeiro capítulo intitulado: “O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos”, fazemos uma pequena introdução acerca do PAA e buscamos expor de que forma ocorre sua operacionalização na cidade de Pelotas, além de lançarmos algumas indagações na tentativa de inserir no contexto do estudo a ambigüidade estruturante/emergencial que existe no PAA como política social.

O segundo capítulo trata da pesquisa realizada desde como foi construída, passando pelas bases teóricas para a construção metodológica e pela metodologia propriamente dita, chegando aos atores sociais que compõem a pesquisa – quem são e o que disseram (esta parte está dividida entre os grupos focais realizados junto às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e os grupos focais realizados nas duas cooperativas com sede em Pelotas) – e nos significados que podemos dar às falas daqueles atores. A partir destas falas retomamos as indagações acerca da emancipação e compensação, mas desta vez não nos restringindo a forma pela qual o PAA foi pensado na sua criação e sim na forma como ele se dá na prática.

No terceiro capítulo, salientamos a concepção marxista de Estado que o considera como um organismo de *dominação* de classe e de *submissão* de uma classe por outra até chegar na concepção gramsciana de Estado ampliado. Após abordarmos o papel do Estado na concepção keynesiana e neoliberal e a forma como ele se utiliza das políticas sociais na sustentação da ideologia dominante. Em seguida abordamos o perfil das políticas sociais sob o capitalismo tardio e de como vem se expressando o caráter do Estado e daquelas políticas na

realidade brasileira. No item 3.3 adentramos às categorias principais de análise que precisam ser consideradas na construção de políticas de cunho emancipatório, ou seja, a construção de um processo de consciência crítico que, através do movimento dialético onde está inserida a ideologia dominante e com ela as formas de alienação, haja a superação desta ideologia e a possibilidade da emancipação humana tal como Marx a concebe. Posterior a isso explicitamos nosso entendimento acerca do que consideramos práticas emancipatórias e como o PAA se encaixa nesse contexto, além de pontuarmos os limites do Estado diante desse processo.

No quarto e último capítulo, abordamos as raízes históricas da Economia Solidária, como ela se expressa hoje e vemos nela uma política que ao articular solidariedade, cooperação e autogestão nas relações de trabalho, vem a ter o viés emancipatório do qual falamos e, por isso, defendemos uma política pública para seu fortalecimento. Finalizando este capítulo, retomamos o PAA e tratamos de pontuar seus limites e possibilidades para estender à totalidade de seus beneficiários seu possível caráter estruturante-emancipatório articulado à Economia Solidária.

Por último, cabe destacar que a busca por ações emancipatórias para a totalidade dos beneficiários do PAA, através da inclusão da Economia Solidária como potencializadora do processo emancipatório, torna este trabalho relevante no sentido de traçar caminhos que instiguem o protagonismo das classes populares por meio de sua organização no trabalho coletivo.

CAPÍTULO I: O PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

1.1 O PAA: a proposta do programa

Em 2003, com a vitória nas urnas de um líder sindical, homem vindo do povo, criou-se várias expectativas quanto às medidas que seriam adotadas principalmente na área social, em benefício das camadas populares, cujas angústias e necessidades são íntimas conhecidas do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Os números comprovam que o Brasil vem melhorando sua distribuição de renda. Segundo levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que deu origem ao documento *Desigualdade e Pobreza no Brasil Metropolitano Durante a Crise Internacional: primeiros resultados*, no primeiro semestre de 2009, a desigualdade no país caiu 4,1%. Com base no Índice de Gini – coeficiente que varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de zero menor é a desigualdade de renda num país – o IPEA revela que em junho de 2009, o país atingiu 0,493 pontos nas suas seis principais regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), sendo este o menor índice já alcançado desde 2002¹.

Porém, mesmo com estes dados, a concentração de renda ainda é alta no país (cujo Índice de Gini é de 0,544 relativo ao ano de 2008, divulgado em 2009²) e é foco de discussões entre autores e setores populares que se preocupam com os que pouco ou nada possuem, pois a lógica de primeiro esperar o bolo crescer para que, posteriormente, suas fatias sejam distribuídas entre a população em geral, permaneceu a mesma dos governos anteriores.

Mas em meio às estratégias para o crescimento econômico, algumas medidas significativas foram tomadas no âmbito social, como a reestruturação do antigo Programa Bolsa Escola do governo FHC para o Bolsa Família, o fortalecimento da Agricultura Familiar através do PAA e a geração de trabalho e renda pela Economia Solidária, estando estes três eixos dentre as ações articuladoras do PFZ, carro-chefe do programa de governo do Presidente Lula.

¹Informação disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/comunicado_da_presidencia_n25_2.pdf> Acesso em: 27 Mar. 2010.

² Informação disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=12284> Acesso em: 27 Mar. 2010.

A construção de uma política de segurança alimentar para o Brasil – centrada na responsabilização do Estado por assegurar o direito à alimentação – é iniciada em outubro de 2001 através do documento *Projeto Fome Zero – Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil* que tem como Coordenadores Gerais José Alberto de Camargo e Luiz Inácio Lula da Silva, e foi elaborado pelo Instituto de Cidadania em conjunto com de representantes de ONG's, sindicatos, movimentos sociais, instituições de pesquisa, organizações populares e especialistas vinculados à questão da segurança alimentar no país (Instituto Cidadania, 2001).

Na síntese daquele documento são apontadas três prováveis causas para a fome no Brasil. A primeira diz respeito a ideia malthusiana de que há escassez de alimentos devido ao número elevado de habitantes do país, ou seja, “a agricultura brasileira não tem capacidade para fornecer os alimentos necessários à população e ainda exportar” (Instituto Cidadania, 2001, p. 79). A segunda causa está centrada nos problemas relativos a distribuição e comercialização, pois, segundo os debatedores do projeto, “há capacidade produtiva para uma produção suficiente de alimentos, mas a estrutura de distribuição é tão inadequada que, além dos desperdícios, causa um tal encarecimento dos preços desses produtos, que eles se tornam inacessíveis à população de mais baixa renda” (Instituto Cidadania, 2001, p. 79). E, por último, tece-se uma terceira causa que está centrada na falta de poder aquisitivo da população decorrente do desemprego e subemprego, limitando, assim, o acesso das famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional aos alimentos.

As três causas apontadas não são necessariamente independentes, mas se revezam de acordo com o período histórico pelo qual a sociedade está passando. Por exemplo, se tomarmos o Brasil da sua condição de colônia até início do século XX, vemos que a “causa básica da fome estava realmente ligada à questão da insuficiência da oferta agrícola”, porém, se caminharmos mais alguns anos, mais especificamente na década de 1960, vemos ser concebida “a política de implantação das Centrais de Abastecimento Alimentar – CEASA's, com o objetivo explícito de aproximar o produtor do consumidor” (Instituto Cidadania, 2001, p. 79).

A partir do século XXI, por sua vez, a principal causa da fome

está na insuficiência da demanda efetiva que inibe uma maior produção de alimentos por parte da agricultura comercial e da agroindústria do país [...] causada por concentração excessiva de renda, baixos salários, elevados índices de desemprego e baixos índices de crescimento econômico [...] forma-se, assim, um verdadeiro círculo vicioso [...], qual seja, desemprego crescente, queda do poder aquisitivo, redução da oferta de alimentos, mais desemprego, mais queda do poder aquisitivo, maior redução na oferta de alimentos. (Instituto Cidadania, 2001, p. 81)

Após apontadas as três possíveis causas para a fome no Brasil, o mesmo documento chega a conclusão de que a questão da fome no país tem três dimensões fundamentais, sendo elas:

a insuficiência de demanda, decorrente da concentração de renda existente no país, dos elevados níveis de desemprego e subemprego existentes e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos à maioria da classe trabalhadora; a incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com o baixo poder aquisitivo da maioria da sua população; e a terceira e não menos importante, a exclusão daquela parcela da população mais pobre do mercado, muitos dos quais trabalhadores desempregados e subempregados, velhos, crianças e outros grupos carentes, que necessitam de um atendimento emergencial. (Instituto Cidadania, 2001, p. 81)

O alimento é direito básico do ser humano e a discussão acerca desta temática não se inicia com a construção do documento *Projeto Fome Zero*, ela está na pauta nacional desde o início da década de 1990 com o movimento encabeçado pelo sociólogo Herbert de Souza, intitulado *Ação de Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida*. Este movimento eclode na formação de milhares de comitês de solidariedade e no Conselho de Segurança Alimentar – Consea (Instituto Cidadania, 2001).

Entre as principais questões que estavam na pauta de reivindicações da sociedade civil organizada, o PFZ, engloba a Economia Solidária e o incentivo à agricultura familiar através do PAA.

O fato do PFZ englobar reivindicações como a Economia Solidária e a Agricultura Familiar deve-se, entre outras questões, à histórica luta dos trabalhadores rurais, articulados ao Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), às entidades públicas e privadas que impulsionam o movimento da Economia Solidária e ao histórico apoio das administrações do Partido dos Trabalhadores (PT) ao desenvolvimento da solidariedade no Brasil.

No Rio Grande do Sul (pioneiro no desenvolvimento de políticas públicas para economia solidária) temos como modelo as prefeituras de Porto Alegre (na década de 1990) e Santa Maria e o governo do Estado na gestão Olívio Dutra (1999-2002).

O PFZ é formado por quatro eixos articuladores: 1º- acesso aos alimentos; 2º- fortalecimento da agricultura familiar; 3º- geração de renda; e 4º- articulação, mobilização e controle social. Seus princípios tem “por base a transversalidade e intersetorialidade das ações estatais nas três esferas de governo [...] *através* de medidas emergenciais com ações estruturantes e emancipatórias³.

É no segundo e terceiro eixos do PFZ que estão o PAA de incentivo à agricultura familiar e segurança alimentar e a Economia Solidária contribuindo na construção da autogestão e cooperação com viés solidário.

O PFZ articula políticas estruturais e políticas compensatórias. De acordo com o Projeto do PFZ, seu eixo central está na “conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros – e as intervenções de ordem emergencial, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias” (Instituto Cidadania, 2001, p. 06).

No bojo das ações estruturantes do governo está o PAA, que como instrumento de política pública, foi instituído pelo art. 19 da Lei n. 10.696, de 02 de Julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto n. 5.873, de 15 de Agosto de 2006.

O programa é uma ação federal que articula política agrária (no incentivo à agricultura familiar) e política de segurança alimentar (quando torna acessível às famílias em situação de risco social uma alimentação de qualidade).

A operacionalização do Programa é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em parceria com governos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Um grupo gestor coordenado pelo MDS e por representantes do Ministério da Fazenda,

³ Informação disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br>>. Acesso em: 08 Jun. 2008.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e Ministério da Educação faz o acompanhamento do programa, definindo as normas para sua implementação.

O Ministério da Educação passa a compor o grupo gestor do PAA sob o Decreto 6.447 de 07 de Maio de 2008. Decreto esse que determina que os agricultores familiares possam vender seus produtos diretamente para a merenda escolar. A aprovação do Projeto de Lei 2.877/2008 prevê que no mínimo 30% dos recursos sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios dos pequenos produtores.

Entre 2003 e 2005, o PAA foi operado, exclusivamente, com recursos disponibilizados para o MDS. A partir de 2006, os recursos orçamentários destinados ao programa passaram a ter origem no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que foi regulamentado pela Lei Complementar nº 111, de 2001.

O PAA/PFZ adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores, nem inferiores aos praticados nos mercados regionais. O valor antigo, até julho de 2009, era de R\$3.500,00 ao ano por agricultor familiar que tenha Declaração de Aptidão (DAP) do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A partir do dia 15 de Setembro de 2009, mediante o Decreto Presidencial 6.959⁴, o limite anual de algumas das modalidades de venda abaixo especificadas passou a ser de até R\$8.000,00 ao ano por pequeno agricultor, portanto a agricultura familiar passa a receber até 128% a mais do PAA. Os reajustes fazem parte do Plano Safra da Agricultura Familiar anunciado pelo MDA.

O PAA é composto por quatro modalidades⁵:

⁴ Informação disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/819105/decreto-6959-09>> Acesso em 18 Set. 2009

⁵ Informação disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/modalidades>> Acesso em 15 Mar. 2008.

Na **Compra Direta da Agricultura Familiar**, os produtos são adquiridos a preço de referência, com isenção de licitação. O limite é de R\$ 3,5 mil ao ano por agricultor familiar. É necessário que o agricultor se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A modalidade **Formação de Estoques pela Agricultura Familiar** visa adquirir alimento da safra vigente, próprios para o consumo humano. Tais alimentos são oriundos de agricultores familiares organizados em grupos articulados para a formação de estoques em suas próprias organizações. A **Compra para a Doação Simultânea** articula a produção dos agricultores com as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional das famílias preferencialmente já incluídas em programas sociais das localidades. Por último, a modalidade **Incentivo à Produção e Consumo do Leite**, objetiva contribuir para a diminuição da vulnerabilidade social, combatendo a fome e desnutrição e contribuindo para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição do leite com garantia de preço⁶.

Os limites para esses tipos de comercialização passam a ser de R\$8.000,00, para as duas primeiras modalidades, de R\$4.500,00 e de R\$4.000,00 para as demais, respectivamente. Os valores são anuais como anteriormente mencionado, com exceção do PAA-Leite, que é semestral⁷.

O PAA possui dois tipos de beneficiários: os beneficiário-fornecedores que são os pequenos agricultores e pescadores artesanais, preferencialmente organizados em cooperativas e associações, e os beneficiário-consumidores, grupos, que pertencem as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e demais cidadãos em situação de risco alimentar como os indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

A aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar, trazendo segurança e incentivo aos pequenos agricultores é o objetivo imediato do PAA. Ao comprar o produto familiar, o governo federal incentiva à permanência e a inclusão social do produtor na zona rural. Assim, o governo promove maior geração de trabalho e renda e, conseqüentemente, oportuniza uma maior rotatividade do dinheiro na economia regional.

Os produtos arrecadados através da compra direta, via CONAB, são distribuídos entre as famílias pobres por intermédio de entidades da rede sócioassistencial (Igrejas, Creches,

⁶ Cabe mencionar que esta última modalidade, até o momento, não está disponível para o sul do país, apenas para os Estado de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

⁷ Informação retirada da seção Rural do Diário Popular, com data de 25 de Julho de 2009.

Associações de Bairro, entidades filantrópicas, ONG's, etc.). Com isso, eleva-se o padrão nutricional dos habitantes locais através do consumo de produtos de qualidade que respeitam a biodiversidade.

Então, o PAA, da forma como foi pensado, não se baseia apenas na compra dos produtos agrícolas e sua doação às famílias em situação de insegurança alimentar, ele proporciona o desenvolvimento sustentável, pois incentiva a diversidade produtiva, permite a incorporação da mão-de-obra familiar aos meios de produção e ainda cultiva hábitos da cultura local.

Conforme levantamento anual realizado pela Superintendência Regional do Rio Grande do Sul da CONAB, em 2009, só neste Estado, o PAA encontrava-se em 93 cidades. Na região sul do Estado, dentre os municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas e Canguçu e mais recentemente Canguçu, estão incluídos no programa quatro empreendimentos de trabalho coletivo que são: a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul LTDA (COOPAR), Cooperativa de Pescadores Profissionais e Artesanais Lagoa Viva Ltda e a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares; e a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu e Região (UNAIC); cuja modalidade Compra para Doação Simultânea é comum a ambos: municípios e empreendimentos.

O campo de observação desta pesquisa está centrado apenas no Município de Pelotas (ver Capítulo II deste trabalho), portanto, o item a seguir busca conhecer como o PAA vem se operacionalizando nesta cidade, para possibilitar emergir subsídios que oportunizem conhecer os limites e as possibilidades do PAA ser caracterizado como ação estruturante do PFZ.

1.2 O PAA e sua operacionalização no Município de Pelotas

Com o intuito de conhecer como o PAA vem se desenvolvendo em Pelotas, primeiramente entramos em contato com o Coordenador Geral do Comitê Gestor do Programa em Pelotas, o Sr. Rodemar Ávila de Veiga e também com os Presidentes das duas cooperativas pesquisadas, o Sr. Everaldo Peres Motta (na época presidente da Cooperativa Lagoa Viva)⁸ e o Sr. Ivo Gilberto Scheunemann (da Cooperativa Sul Ecológica).

⁸Atualmente o Presidente desta cooperativa é o Sr. Emerson da Silva Redu.

Segundo o Sr. Rodemar apesar do PAA receber alimentos das cooperativas de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, a primeira cidade a inserir o Programa em suas ações foi Pelotas, na época governada pelo Prefeito Fernando Marroni (PT).

O processo de instalação do PAA neste Município teve ativa participação do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA)⁹ conforme nos mostra o recente estudo realizado por Wagner (2009). Segundo este estudo o CAPA, no ano de 2003, em parceria com a Prefeitura Municipal de Pelotas promove o Primeiro Seminário Regional da Agricultura Familiar que, além de discutir uma alternativa de “Rede de Cooperação e Comercialização Solidária”¹⁰, também ali é apresentado o PAA como uma possibilidade de garantir aquilo que é mais custoso para o pequeno agricultor e o pescador artesanal, ou seja, a comercialização dos seus produtos.

Naquele mesmo ano é, então, implantado o PFZ em Pelotas, inicialmente com o Programa “Alimentando a Cidadania”, que em algumas comunidades carentes fornecia sopa e arroz de carreteiro, e, em outras, fornecia sacolas de alimentos, já provenientes da agricultura familiar. O programa “Alimentando a Cidadania” era vinculado ao Gabinete do Prefeito e ligado à primeira-dama do município que, na época, era também vereadora.

O Sr. A.E.C., cooperado da Sul Ecológica, coloca que “antes era mais complicado, era pingadinho, pouca mercadoria. Antes ia mais pra aqueles sopão e também pras merendas, então saía mais era a couve. Depois que começou a vim a plantar repolho, plantar mais uma coisa e outra” (sic). Aqui, ele, durante o grupo de discussão, compara o início do PFZ em Pelotas com a forma como este programa, hoje através do PAA, tem evoluído com relação à qualidade e quantidade dos produtos oferecidos.

Neste período o PAA – cujo responsável pelo primeiro projeto encaminhado à CONAB foi o CAPA –, passou a ser gerido com a imprescindível participação da Prefeitura

⁹ O CAPA, segundo informações de seu sítio, é uma Organização Não-Governamental fundada pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, em 17 e 18 de maio de 1978).

¹⁰ Esta rede, também conhecida por Rede Solidária “é o aporte para que o PAA surtisse o efeito desejado: interligasse as entidades meio, com destaque ao CAPA, as cooperativas e associações de produtores, assim como as comunidades que distribuem alimentos para os beneficiários” (WAGNER, 2009, p. 59).

através da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos de Pelotas que se torna responsável por mapear nas comunidades, escolas, entidades religiosas etc., as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, estipulando alguns critérios que são mantidos até hoje e servem de parâmetro para a inclusão ou não da família no Programa.

O processo do PAA no município desenvolvia-se na gestão do PT da seguinte forma: primeiramente cada grupo de agricultores familiares, incluindo os pescadores artesanais, era responsável pela construção de um projeto com o apoio do CAPA, onde constava o que seria vendido à CONAB durante os próximos dez meses (prazo aproximado de execução de cada projeto). Quando o projeto era aprovado, aqueles passavam a fornecer seus produtos às famílias, sempre por intermédio da prefeitura que era responsável por cadastrar as comunidades que tinham como público-alvo famílias com o perfil já mencionado. Além disso, a prefeitura também era responsável por recolher e armazenar os produtos provenientes da agricultura familiar e também por distribuí-los semanalmente.

Na época o CAPA, parceiro da prefeitura, “assumiu o papel de criação da Central de Informações responsável pela logística do programa, ou seja, pela organização das entregas dos produtos e pela atualização e planejamento da produção” (FRÓES *apud* WAGNER, 2009, P. 58).

Porém, esta contribuição do poder público local teve curta duração, pois com a vitória nas urnas de um candidato de oposição (Bernardo de Souza, PPS)¹¹ o PAA, em 2005, deixa de ser responsabilidade da prefeitura e passa a ser gerido por um Comitê Gestor informal composto por representantes das entidades que distribuem os alimentos às famílias em situação de insegurança alimentar e têm como mediador o CAPA.

A princípio não houve uma explicação concreta por parte dos novos gestores municipais para não aderirem ao PAA, a única informação que temos a esse respeito está no trabalho de Wagner:

¹¹ Neste mandato o vice-prefeito de Bernardo de Souza foi Adolfo Fetter Junior do PP. Este, em 2008, disputa eleição municipal, mas agora como candidato a Prefeito e é eleito, assumindo o poder público municipal em Janeiro de 2009.

Martinez¹² afirma que, quando Bernardo de Souza assumiu a prefeitura municipal de Pelotas, no começo de 2005, a CONAB tentou realizar uma reunião com a nova administração para dar continuidade à parceria. Esta aconteceu, porém sem a presença de Bernardo e de seu vice Fetter Junior [...]. Segundo Martinez, mesmo com várias tentativas para que o governo municipal assumisse o PFZ, este se mostrou alheio e ignorou essa possibilidade. (2009, p. 62)

O Sr. Rodemar, atual Coordenador Geral do Comitê Gestor, é representante da comunidade São Francisco de Assis do Bairro Navegantes II e foi eleito pelas comunidades que participam do PAA no município.

Por ainda não estar legalizado, o Comitê Gestor não possui recursos próprios, por isso tem sua sede no CAPA e ali são realizadas as reuniões que ocorrem a cada dois meses. O Sr. Ivo coloca que a sede é no CAPA, porque “o CAPA também tem uma participação, como eles são assistência técnica pra nós, mais no início eles também organizaram, tiveram a iniciativa de trazer o programa pra cá pra região. O CAPA foi uma das entidades, uma ONG, no caso, que trabalhou também pra esse programa dar certo aqui” (sic).

Segundo nos informou o Sr. Rodemar, existem dois tipos de reuniões do Comitê Gestor: uma reunião da coordenação (composta por um coordenador, secretário, tesoureiro, seus respectivos vices, e também pelo Conselho Fiscal, composto por representantes de três entidades); e outra reunião referente a Assembléia Geral que conta com a participação da coordenação, dos representantes das entidades (sua coordenadora/coordenador e as voluntárias que auxiliam na formação e distribuição das sacolas), juntamente com a participação dos pequenos produtores.

O Sr. Rodemar informou que as famílias que recebem os alimentos não têm acesso às reuniões, pois o CAPA não conta com espaço suficiente para realizar reuniões com um público muito grande. As informações são repassadas às famílias pelos (as) coordenadores (as) de cada entidade que assistem às reuniões e também pelo próprio Sr. Rodemar quando este visita a entidade. Visita esta que não ocorre com frequência, visto que o Comitê Gestor não dispõe de automóvel próprio, então o Sr. Rodemar utiliza o transporte coletivo gratuitamente para realizá-la, pois tem mais de 60 anos de idade.

¹² Ernesto Martinez é Engenheiro Agrônomo e funcionário do CAPA.

A partir do momento que o poder público municipal não mais se responsabiliza pelo PAA, todas as atividades que antes eram desenvolvidas pela prefeitura passam a ser de responsabilidade do Comitê Gestor com o apoio do CAPA. As entidades comunitárias são que selecionam as famílias necessitadas com a supervisão do Sr. Rodemar; cada cooperativa é responsável pelo recolhimento e também pela distribuição dos produtos nas comunidades, estas por sua vez, compõe a sacola de alimentos e entrega-as às famílias.

Para isso, tanto a Sul Ecológica, quanto a Lagoa Viva têm caminhões próprios. Porém, como cada uma possui um caminhão, o trajeto para recolhimento dos alimentos junto aos pequenos produtores torna-se mais demorado e, por isso, desde que as cooperativas passaram a ser as responsáveis pelo recolhimento e distribuição dos alimentos nas entidades comunitárias, ele não é mais entregue semanalmente, mas sim de quinze em quinze dias (terças e quintas-feiras), conforme informação dos cooperados da Cooperativa Sul Ecológica. Esta demora no recolhimento dos alimentos é observada, principalmente, entre os cooperados desta última, pois habitam em oito cidades distintas, sendo elas: Cerrito, Herval, Pelotas, Turuçu, São Lourenço do Sul e Canguçu, Turuçu e Arroio do Padre; e recolher os produtos de todas estas regiões com apenas um caminhão torna o trabalho moroso.

Segundo o Sr. Ivo, o PAA

é um convênio, um contrato que a gente assina com a CONAB. É um repasse do MDS, o recurso é do MDS, via CONAB. Geralmente a gente faz o contrato com a CONAB por um ano, 10 meses, e dentro desse prazo, então, se tem o preço garantido e as quantias também. A gente faz um projeto dizendo: nós vamos fazer entrega a cada 15 dias ou a cada 30 dias. Porque nós temos projeto em três municípios: aqui em Pelotas (a cada 15 dias); São Lourenço (a cada 15 dias); e Canguçu (a cada 30 dias a gente faz uma entrega). Então, não são iguais, tem diferenças. (sic)

O Sr. Ivo nos relatou também que o beneficiário-fornecedor não pode ser individual e sim deve obrigatoriamente estar vinculado a alguma cooperativa, pois “a entidade que entrega o produto tem que ser uma entidade que tenha CNPJ, que esteja apta a comercializar. Um agricultor individual, não pode, tem que ser através de uma organização legalmente constituída” (sic).

Atualmente (novembro de 2009), segundo o Sr. Rodemar, em Pelotas existem 37 entidades cadastradas para receber o alimento e 2339 famílias para as quais os alimentos são doados.

Como já abordamos anteriormente, o PAA estipula critérios para os beneficiário-consumidores onde estes devem participar das atividades oferecidas pelas entidades, cuja terceira falta aos cursos oferecidos, sem justificativa acarreta na exclusão da família do programa. Além disso, a renda familiar per capita não pode ser superior a R\$69,00 mensais, acompanhando a mesma renda per capita exigida no Programa Bolsa Família para a condição de extrema pobreza. O programa dá prioridade a mulheres com filho menor de idade, porém, caso haja outras famílias que não correspondam a esse perfil, podem também ser inseridas desde que a renda mensal não ultrapasse o valor acima referido.

Ao referir-se sobre as exigências para manter as comunidades e as famílias inseridas no PAA, o Sr. Ivo relata que “é uma exigência da CONAB, MDS, que as comunidades beneficiadas não só recebam o alimento, mas que elas façam alguma atividade. Ou uma horta comunitária, ou um artesanato [...] alguma coisa que a comunidade já sabe fazer ou que eles estão acostumados a fazer, ou que eles têm vontade de fazer. Isso é uma exigência do PAA” (sic).

Diferentemente da atitude tomada pela Prefeitura de Pelotas que optou por não se responsabilizar pela gestão do PAA, a Prefeitura de São Lourenço do Sul é bastante atuante nas questões referentes ao programa. Também o Sr. Ivo nos diz que neste município “eles participam, inclusive, bastante; é praticamente bastante coisa que se concentra por lá, tem uma Assistente Social liberada pra fazer esse trabalho. Então, varia muito de município pra município” (sic). Aqui, a Assistente Social do município é responsável por fazer o que, em Pelotas, fica a cargo dos representantes de cada comunidade e do coordenador geral do Comitê Gestor, ou seja, estes representantes estipulam, sem respaldo técnico, alguns critérios para a inserção e manutenção das famílias no programa.

A partir desta sucinta introdução observamos quanto é importante o papel do Estado na criação e execução de políticas que vão ao encontro dos anseios da população em vulnerabilidade social. Porém, como o Estado faz parte de um “cabo de guerra” onde o mais forte é o que tem toda sua atenção; suas políticas sociais, na maioria das vezes, além de

atender emergencialmente as camadas populares, ainda correm o risco de não serem assumidas pelos sucessivos governos federais ou pelos governos das demais instâncias (estadual e municipal) por divergências políticas, que, freqüentemente, estão acima dos interesses coletivos.

1.3 O PAA como política social: primeiras indagações sobre emancipação e compensação

Partindo para uma análise mais detalhada do que podemos encontrar na lei que institui o PAA, observamos no *caput* do artigo 19¹³ uma certa ambiguidade do programa que é considerado *ação estruturante* do PFZ.

A partir da leitura que fizemos antes mesmo de conhecer a forma pela qual o programa se materializa, mais especificamente, na cidade de Pelotas, já antevíamos que ele não pode ser chamado de estruturante na sua totalidade, pois designa ações diferenciadas para seus diferentes beneficiários.

Para os agricultores familiares, preferencialmente organizados em cooperativas e/ou associações, são dadas as condições necessárias para viabilizar economicamente seus empreendimentos através de uma estratégia de comercialização. Por outro lado, para as famílias em situação de insegurança alimentar as ações se restringem a simples doação de alimentos provenientes da agricultura familiar.

É claro que tem toda importância o ato de dar alimento para quem tem fome, visto que “para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais” (MARX, 1999, p.39), mas no momento em que a fome é saciada, qual o segundo passo?

Além disso, o simples fato de dar condições para a geração de trabalho e renda ao produtor familiar não contempla a condição de eixo articulador com as demais ações do PFZ e tampouco torna o PAA uma “ação estruturante”.

¹³ Informação disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1145.pdf>. Acesso em: 25 Mai 2008.

Isto porque aprovar preferencialmente os projetos daqueles agricultores familiares organizados em cooperativas e associações por si só não subentende uma articulação entre PAA e Economia Solidária. Cooperativismo e/ou associativismo está longe de ser sinônimo de solidariedade e autogestão nas relações de trabalho. Uma empresa pode ter caráter legal de cooperativa, mas não passar de uma empresa convencional capitalista nas relações internas entre dirigentes e cooperados como as conhecidas cooperato¹⁴.

Agora, na sua condição de ação emergencial/compensatória o PAA cumpre em parte seus dois papéis: o de tratar pontualmente a questão imediata da fome e o de eixo articulador, pois é comum que as famílias em situação de risco que estão inseridas no programa também participem do Programa Bolsa Família.

O PAA, para ser pensado como ação pública que, enquanto eixo articulador do PFZ possibilita o fortalecimento da Economia Solidária, necessita romper com esta ambiguidade superando sua condição de política compensatória. A Economia Solidária pode materializar-se, no espaço oportunizado pelo PAA, como política pública, porém limites devem ser superados e alternativas de avanço devem ser traçadas.

Por isso, a construção de um “segundo passo” para efetivar a articulação entre PAA e Economia Solidária, estendendo sua ação estrutural para a totalidade de seus beneficiários torna-se providencial quando se visa o início de uma prática emancipatória.

Mas, afinal, que prática emancipatória é essa? Quando o PAA é considerado ação estruturante, qual o conceito de emancipação que se está defendendo? E na sua condição de programa compensatório, ela faz parte do processo para um projeto político maior que engloba as famílias em vulnerabilidade ou é um fim em si mesma?

“Estruturante, é assim que seus idealizadores caracterizam o PAA. Porém, o significado desta terminologia não é claramente explicitado nos documentos que originam o

¹⁴ Segundo Pereira citando Oliveira, “[...] a criação de falsas cooperativas para burlar a legislação trabalhista, com o fim único de reduzir custos, tem denegrindo o movimento das cooperativas de trabalho” (1999, p. 13). Estas falsas cooperativas são providas de patrão que exploram seus trabalhadores da mesma forma que as empresas convencionais, não existindo uma relação de cooperação, de horizontalidade nas relações de trabalho.

programa. A justificativa adotada para caracterizar o PFZ e seus eixos articuladores como políticas emancipatórias está no fato de que ele vem oportunizando uma mudança na vida das pessoas por ele atendidas. E de fato está?

É em busca de respostas para este conjunto de questões que partimos agora para o segundo capítulo deste trabalho. Capítulo este que tem o objetivo de explicitar a pesquisa realizada e os resultados proporcionados através dela para possibilitar-nos conhecer o PAA que realmente existe.

CAPÍTULO II – O CAMPO DE OBSERVAÇÃO: O PAA E SEUS ATORES

2.1 A metodologia

2.1.1 Amadurecendo as ideias

Durante o processo de construção do projeto de pesquisa para o Mestrado em Política Social, tratamos de buscar uma política onde um dos objetivos fosse a articulação com a Economia Solidária. Este tema foi escolhido não ao acaso, ele faz parte da nossa história de militância por um projeto político que oportunize a construção de uma nova ordem societária. Militância que se dá em todos os espaços de fortalecimento da Economia Solidária, entre eles as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), e, em especial, a incubadora do qual fazemos parte, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas (INTECOOP-UCPEL).

Na caminhada, repleta de avanços e limites, conhecemos um programa do qual alguns empreendimentos que possuem contato direto com a INTECOOP-UCPEL participam e tem, neste, a principal fonte de comercialização para seus produtos. Este programa, o PAA do PFZ, foi o que proporcionou trabalhar temas com os quais temos forte afinidade, sendo eles: a construção da emancipação humana através do processo de consciência crítica e a Economia Solidária como um dos caminhos que pode oportunizar a constituição de espaços e práticas emancipatórias.

Com o intuito de melhor conhecer como este programa vem se desenvolvendo no Município de Pelotas, realizou-se uma pesquisa exploratória junto aos presidentes de dois empreendimentos (Sul Ecológica e Lagoa Viva) que vendiam os produtos para a CONAB e também junto ao presidente do Comitê de Gestor do PAA/Fome Zero, conforme abordamos no primeiro capítulo deste trabalho.

As entrevistas realizadas foram gravadas, com exceção das informações dadas pelo presidente do Comitê Gestor, e baseavam-se no conhecimento do programa; como ele funciona na região; quais os critérios de inserção das cooperativas; como a cooperativa avalia o programa no seu todo; o que poderia melhorar no PAA; conhecer se o PAA é a principal fonte de comercialização do empreendimento etc.

A pesquisa, até a qualificação, contou com uma metodologia baseada na coleta de dados quanti-qualitativa, desvinculada com as até então utilizadas na vida acadêmica, visto que a pesquisa realizada na época da graduação baseava-se no método de história oral de vida.

A metodologia quanti-qualitativa foi utilizada por parecer a que mais representaria a avaliação dos beneficiários a respeito do PAA e que contemplaria a análise dos desafios e possibilidades para que ele efetive-se como política emancipatória na sua totalidade.

Após a qualificação, com as orientações que ali foram dadas optamos por redefinir a metodologia que seria empregada na pesquisa. Primeiramente, restringiu-se o campo de pesquisa apenas ao município de Pelotas, pois foi a primeira cidade da metade sul do Rio Grande do Sul em que o programa ocorreu. O que também foi mudado refere-se ao processo de coleta e análise dos dados, onde foi substituída a pesquisa quanti-qualitativa pela pesquisa apenas qualitativa, cujo instrumento de grupo focal passou a ser utilizado.

Optou-se por restringir o campo e substituir a metodologia, para estar presente em todos os momentos da pesquisa, desde o contato com os beneficiários a partir das discussões que a coleta de dados proporcionaria até a degravação e análise das falas dos grupos que seriam estudados. Enfim, a substituição foi feita, porque, após a qualificação, observou-se que “os critérios de representatividade estatística não são determinantes [...] o mais importante *são* (grifo nosso) os critérios qualitativos, ou seja, de representatividade política” (HAGUETTE, 2007, p. 119).

Por isso a metodologia adotada contou com um processo de construção iniciado pela leitura da Enquete Operária, com o questionário de 1880, elaborado por Karl Marx, através de dois livros principais: *Crítica Metodológica*, *Investigação Social e Enquete Operária* de Michel Thiollent e *Metodologias Qualitativas na Sociologia* de Teresa Maria Frota Haguette. Porém, a leitura da enquete operária é aqui utilizada apenas como ponto de partida para a construção de questões que estimulem o grupo a explorar sua condição de classe, ou seja, “elas se destinam à produção de um efeito de conhecimento dentro da atividade mental dos respondentes e de uma avaliação crítica sobre sua condição” (HAGUETTE, 2007, p. 119) e não como forma de pesquisa-ação – como Thiollent propõe – visto que esta não é a intenção da pesquisa, principalmente em função do curto período exigido pelo mestrado para sua realização.

2.1.2 A construção metodológica

Falando um pouco da enquête operária, esta surge na primeira metade do século XIX, como um instrumento de pesquisa utilizado primeiramente pelos governos dos países europeus marcados pelo capitalismo industrial para criar estratégias de contenção da massa operária que já sofria com a miséria, a exploração e alienação do e no processo de trabalho (THIOLLENT, 1987).

Já na segunda metade do mesmo século, a enquête operária passou a ser utilizada para que grupos socialistas pudessem fortalecer o movimento de enfrentamento à classe burguesa, utilizando-o não apenas para obter informações para análise da realidade da classe operária, mas principalmente como possibilidade de oportunizar a construção da criticidade a partir do reconhecimento pelo próprio proletário, da sua condição de subalternidade dentro da relação patrão-empregado.

Analisando o questionário de 1880, formulado por Karl Marx a pedido da Revue Socialiste na França, Thiollent coloca que:

As perguntas contidas no questionário estimulam os respondentes a explorarem o universo das condições de trabalho e de remuneração ligadas às relações de produção capitalistas. Em vez de ser incitado a manifestar apenas sentimentos, afetos ou opiniões, o respondente é convidado a descrever o que ele conhece a partir da sua própria experiência na vida material. (THIOLLENT, 1987, p. 103)

As questões que compõem a enquête devem ser formuladas pelo pesquisador de forma que o próprio questionamento que elas são capazes de gerar seja mais importante do que suas respostas. Isto porque ela é um instrumento que tem uma finalidade diferente das técnicas convencionais, a enquête é mais que uma coleta de dados propriamente dita, *seu sentido* está na possibilidade de realizar duas ações concomitantemente: produzir resultados concretos ao que se deseja conhecer e também oportunizar que o próprio processo de pesquisa seja um meio de incitar do conhecimento crítico daqueles que participam da pesquisa como entrevistados, pois através dos questionamentos as pessoas tomam consciência da sua condição de oprimidas e podem iniciar numa condição de protagonistas do processo histórico vivido.

Segundo Haguette (2007, p. 117), o questionamento na enquête “deve obedecer a certos fins didáticos, ou seja, deve levar os respondentes a produzirem suas próprias explicações. [...] *as respostas* se justificam, pois quebram a passividade e impedem as respostas fáceis, de conteúdo vazio ou sem compromisso”.

Apesar dessas possibilidades, a enquête operária tem limites como qualquer outro instrumento de pesquisa. Thiollent (1987, p. 111) aborda pelo menos dois: o primeiro seria que “as perguntas ‘explicativas’ são um meio de influenciar a resposta do entrevistado, [...] assim, os resultados obtidos nestas condições seriam distorcidos e sem objetividade”; outra objeção à enquête está na “ilusão de pretender ‘conscientizar’ uma determinada população através *dela mesma* ou de amostra representativa”.

Os contra-argumentos para as duas objeções apresentadas acima estão em que não existe neutralidade na pesquisa como um todo, a diferença é que a pesquisa convencional quase sempre favorece aqueles que estão no poder, enquanto que instrumentos dialógicos favorecem a construção de uma nova realidade a partir do coletivo de *despossuídos*. Cada instrumento, método, metodologia tem neles impregnados a visão de mundo daquele que pesquisa. Portanto, tanto as perguntas “explicativas” quanto às “não explicativas” acabam de alguma forma influenciando as respostas daquele que é pesquisado. A diferença da enquête é que “a influência exercida pelas perguntas tem por objetivo tornar os interlocutores capazes de ultrapassarem o plano da resposta estereotipada, ou resposta condicionada pela conformidade à ideologia ou à moral dominante” (THIOLLENT, 1987, p. 112).

Quanto ao segundo limite apresentado, o que se pode afirmar é que a enquête operária não tem a pretensão de, por si só, requerer a “conscientização”.

O papel “conscientizador” da enquête não é associado à ilusão de “falar” com o conjunto da população ou da classe considerada. Trata-se de um descondicionamento para com o senso comum ou a ideologia dominante, de tal modo que seja possível a descrição do universo de vida ou de trabalho, o qual é dificilmente atingido por outros procedimentos. (THIOLLENT, 1987, p. 113)

Abrindo um parêntese: a “conscientização” que pode ser iniciada pela enquête operária, em nada se equivale à invasão cultural abordada por Freire (1992), onde,

dependendo do pesquisador, a metodologia de pesquisa utilizada pode retardar ao invés de potencializar o processo de emancipação humana.

A metodologia de investigação realizada através de questionários tradicionais, na maioria das vezes, não remete a outra coisa senão ao conformismo, à passividade do entrevistado que, não sendo instigado a pensar sua relação com o meio no qual está inserido, acaba tornando-se um mero objeto. Isto é, através dos meios convencionais, estende-se à lógica do homem mercadoria para dentro da investigação, onde de seus resultados nada se espera a não ser a reprodução da lógica dominante nua e crua, sem que se possibilite ao menos sua crítica pelo entrevistado. No método de pesquisa convencional “não há focalização da pesquisa na dinâmica de transformação desta situação numa outra situação desejada” (THIOLLENT, 2000, p. 19).

O pesquisador tem um papel fundamental no processo tanto de reprodução quanto de ruptura com a ideologia dominante. Isto porque sua ida a campo, querendo ou não, acaba interferindo na rotina daquela comunidade, daquelas pessoas, das vidas daquele universo pesquisado.

Sua interferência pode ser radical, mas também, e mais comumente, reacionária, pois ao invés de instigar, acaba impedindo a possibilidade da crítica para a transformação, ao invés de contribuir para fazer emergir as contradições sociais, as encobre mantendo o indivíduo na sua condição de ser humano alienado.

O pesquisador conservador, avesso à mudança, utiliza métodos tradicionais de pesquisa e os dados coletados a partir destes “não permitem uma visão dinâmica da situação” (THIOLLENT, 2000, p. 19). Ele não pretende uma interação com os pesquisados, tomando estes como objeto de seu aperfeiçoamento intelectual. O pesquisador que opta pelos métodos tradicionais trata o indivíduo como “mero informante, e ao nível da ação ele é mero executor” (THIOLLENT, 2000, p. 19).

Esta distinção entre o pesquisador radical e o conservador se faz pertinente pela “necessidade de uma vanguarda para, entre outras tarefas, desenvolver a consciência política da classe operária por meio de um trabalho teórico e de um trabalho de propaganda e agitação apropriados que não se limitam à esfera das limitações trabalhistas” (THIOLLENT, 1987, p.

115). Neste sentido os pesquisadores radicais desempenham o papel de vanguarda das massas e a enquête operária é tida aqui como um tipo de investigação associada a uma ação política, ou seja, “é um instrumento de conhecimento da realidade concreta e um meio de ação de base que consiste em estabelecer contato com os trabalhadores” (THIOLLENT, 1987, p. 124).

O parágrafo acima se torna relevante à medida que o processo de consciência com viés crítico não se dá espontaneamente junto às massas populares. Então, a opção por procedimentos metodológicos que ofereçam “às pessoas a possibilidade ou mesmo a necessidade de raciocinar para que seja captada uma informação relevante e não a vaga reação moral baseada na desinformação” (THIOLLENT, 1987, p. 106) torna-se condição *sine qua non* para iniciar o processo de construção daquela consciência. Cada momento da metodologia “implica certo esclarecimento didático para estimular *o participante* [grifos nossos] a produzir suas explicações e a colocar-se em situação de observador, individual ou coletivo, para descrever a realidade” (THIOLLENT, 1987, p. 109).

Então, além de tomar como base a enquête operária para a formulação de questões que seriam abordadas junto aos grupos trabalhados, optou-se também nesta pesquisa por utilizar o instrumento de coleta de dados baseado no grupo focal, através de perguntas abertas que oportunizassem o diálogo entre os sujeitos da pesquisa, estabelecendo “critérios de ruptura com o senso comum e outras formas de ilusão *onde* o pressuposto de não-neutralidade é explícito e considerado como critério” (THIOLLENT, 1987, p. 106).

A partir do estudo feito por Gatti (2005), a técnica de grupo focal tem utilização recente dentro das ciências sociais, porém sua história como fonte de coleta de dados data do início do século passado.

Inicialmente esta técnica de pesquisa foi mais utilizada em *marketing* nos anos 1920, com a intenção de – a partir da formação de pequenos grupos – conhecer, por exemplo, se determinado produto estava sendo ou não aceito por seu público-alvo, ou ainda, durante períodos eleitorais, cujo objetivo era saber qual a aceitabilidade de certo candidato perante o eleitorado.

Nas ciências sociais foi o sociólogo americano Paul Lazarsfeld que, na década de 1940, utilizou a metodologia para analisar como ficava a moral das pessoas durante as

transmissões da Segunda Guerra Mundial pelos programas de rádio da época (LEITÃO, 2003).

Em seguida, 1950, a técnica passa a ser trabalhada nas pesquisas sobre a avaliação da eficácia da comunicação, do também sociólogo americano Robert K. Merton que estudou minuciosamente a técnica, e no trabalho em conjunto com Fiske e Kendall resultou, em 1956, na publicação do livro *The focused interview: a manual of problems and procedures*.

Porém, é nos anos 1970 e início dos 1980 que este instrumento de coleta de dados torna-se comum em áreas muito particulares como “na pesquisa em comunicação, na avaliação de materiais diversos ou de serviços, em estudos sobre recepção de programas de televisão ou de filmes, em processos de pesquisa-ação ou pesquisa-intervenção” (GATTI, 2005, p. 08).

Apesar de R. Merton ser considerado um dos precursores do grupo focal ou pelo menos o sociólogo que sistematiza e insere este instrumento nas ciências sociais, este não se desenvolveu como técnica de pesquisa naquela área, isto só ocorreu na década de 1990.

Segundo Gaskell (2007), existem pelo menos mais dois progenitores dos grupos focais além de R. Merton que são: W.R. Bion (1961), com a tradição da terapia de grupo do Tavistock Institute; e K. Lewin (1958), com a tradição da dinâmica de grupo em psicologia social.

A construção de grupos focais não significa a realização da mera entrevista com um grupo, mas deve-se criar “condições para que este se situe, explicita pontos de vista, analise, infira, faça críticas, abra perspectivas diante da problemática para o qual foi convidado a conversar coletivamente” (GASKELL, 2007, p. 09).

O grupo focal, segundo Powell e Single (*apud* GATTI, 2005, p. 07), “é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”.

Entre as potencialidades do grupo focal pode-se destacar o tipo de material que emerge nas discussões. A partir dele pode-se conhecer “as idéias, opiniões, modo de ver,

atitudes, valores, que são evidenciados e processados num coletivo, mostrando mudanças, influências recíprocas, acordos e desacordos, que se produzem e se alteram ao longo da dinâmica do trabalho” (GATTO, 2005, p. 67).

Porém, o trabalho com o grupo focal também possui limitações. Primeiro, com relação ao número de pessoas envolvidas no processo, dando a ideia de que uma “amostragem” pequena não possibilita generalizações à cerca de um determinado tema. Uma segunda limitação diz respeito à interferência do pesquisador correndo-se o risco de direcionar a discussão realizada dentro do grupo para atender a necessidade de responder positivamente às hipóteses da pesquisa.

Com relação à amostragem quando se refere a pesquisas qualitativas, Gaskell (2007, p. 70) diz que o “objetivo da pesquisa qualitativa é apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista. Diferentemente da amostra do levantamento, onde a amostra probabilística pode ser aplicada na maioria dos casos, não existe um método para selecionar os entrevistados das investigações qualitativas”.

Ou seja, quando a pesquisa é qualitativa não importa a quantidade de pessoas que se pretende pesquisar, o número é irrelevante quando o objetivo é conhecer a visão de mundo, suas posições, seus argumentos sobre um determinado tema. Por isso, em se tratando de grupo focal, o pequeno número que este abarca, variando entre 6 e 12 participantes por grupo¹⁵, não chega a ser uma limitação efetiva, visto o objetivo da metodologia em questão.

Cabe destacar ainda que:

Em sua essência, a pesquisa mostra que o grupo, distinto de determinado número de pessoas em um mesmo local, é mais do que a soma das partes: ele se torna uma entidade em si mesma. Ocorrem processos dentro do grupo que não são vistos na interação didática da entrevista em profundidade. A emergência do grupo caminha lado a lado com o desenvolvimento de uma identidade compartilhada, esse sentido de um destino comum presente quando dizemos “nós”. (GASKELL, 2007, p. 75)

¹⁵ Existem divergências quanto ao número máximo de participantes dentro do grupo focal. Gatti (2005) coloca que o grupo não deve ser grande, nem excessivamente pequeno, variando entre 6 e 12 pessoas. Já Gaskell, (2007) afirma que o grupo focal tradicional compreende 6 a 8 pessoas.

Além de um número limite de pessoas na composição do grupo focal, outra condição defendida por alguns autores é que quando se trata de um viés tradicional daquele instrumento de pesquisa é importante que as pessoas sejam desconhecidas entre si, ou seja, não seja um grupo preexistente, porém, esta não é uma pré-condição. Estudos indicam que quando o grupo preexiste, ou seja, não foi formado pelo pesquisador para a coleta de dados, “as pessoas aproveitam a oportunidade para falar sobre o papel de ensinar e na medida em que elas, individualmente e coletivamente, explicam sua situação, alguns aspectos do conhecimento tácito auto-evidente são elaborados de um modo que seria difícil de conseguir a partir de um conjunto de perguntas” (GASKELL, 2007, p. 82).

É condição para a formação do grupo focal que seus componentes tenham características homogêneas entre si. Estas características comuns dizem respeito, por exemplo, ao fato de pertencerem a mesma classe social, à mesma comunidade, escolaridade, espaço de trabalho, idades pouco variáveis etc.

Para que seja possível a construção de grupos focais é imprescindível à presença de um moderador que faça encaminhamentos sobre o tema abordado, faça intervenções que facilitem as trocas e não se perca dos objetivos que levaram a formação daquele grupo.

O papel do moderador é o de “introduzir o assunto, propor algumas questões, ouvir, procurando garantir, de um lado, que os participantes não se afastem muito do tema e, de outro que todos tenham a oportunidade de se expressar, de participar” (GATTI, 2005, p. 30-1).

O moderador deve tomar cuidado para que suas interferências não prejudiquem os objetivos que se buscou atingir com a construção do grupo. “Deve cuidar para que o grupo desenvolva a comunicação sem ingerências indevidas da parte dele, como intervenções afirmativas ou negativas, emissão de opiniões particulares, conclusões ou outras formas de intervenção direta” (GATTI, 2005, p. 08).

Mas, por outro lado, o moderador não deve ser passivo, ele deve atuar “estimulando o debate em pontos onde, de outra maneira, ele teria terminado, desafiando os participantes em questões tidas como certas e dadas e encorajando-os a discutir as inconsistências dos

argumentos dos participantes ou de um participante” (KITZINGER *apud* GATTI, 2005, p. 33).

A flexibilidade na construção do roteiro de questões é importante, pois é imprevisível saber se aquelas questões – tidas na proposta inicial construída pelo pesquisador – são de interesse do grupo ou ainda se outras questões, que não foram abordadas no roteiro, necessitam ser acrescentadas no decorrer da discussão. Então, devido à necessidade de tornar o grupo dinâmico para que a discussão de fato aconteça, é imprescindível que o pesquisador seja capaz de ter “jogo de cintura” para não tornar o momento exaustivo, pouco interessante, e nem que o grupo descambe para uma discussão que não tenha relação com a pesquisa em si.

Esta flexibilidade nas questões que estão sendo abordadas no grupo é importante também para que haja a efetiva interação entre seus participantes, principalmente porque este instrumento de coleta de dados não se restringe a apenas conhecer o que as pessoas pensam, mas como e porque pensam de tal maneira. Por isso, para utilizarmos o instrumento de grupo focal, foi importante uma leitura prévia da enquêta operária

Resumidamente, o grupo focal é uma espécie de entrevista, que depende de um roteiro ou *tópico guia* (GASKELL, 2007) estipulado pelo pesquisador para que os objetivos da pesquisa sejam atingidos. Este roteiro tende a ser flexibilizado no decorrer na discussão conforme a demanda do próprio grupo e a necessidade do pesquisador em aprofundar questões que foram emergindo nos diálogos. Envolve um número mínimo de 6 e máximo de 12 componentes por grupo. Além disso, o número de grupos que serão pesquisados não é estipulado, pois varia de acordo com a necessidade da própria pesquisa. Os componentes devem ter características comuns e a duração de cada encontro não pode ultrapassar três horas. O moderador deve ser participante, mas ter cautela, para que não sobreponha sua visão de mundo sobre as demais visões. Por último, o grupo focal pode interagir com outras metodologias, inclusive junto ao mesmo grupo, onde o pesquisador pode optar por realizar algumas entrevistas individuais se julgar necessário, porém, quando usado isoladamente, também é rica técnica de coleta de dados.

Então, cabe salientar que a leitura prévia da enquêta operária foi importante para que o instrumento de grupo focal não se limitasse à mera coleta de dados, mas que, a partir do

roteiro de questões, houvesse uma possibilidade de instigar os sujeitos da pesquisa a pensarem sua realidade, a realidade do seu grupo e sobre o lugar que ocupam dentro do PAA.

2.1.3 Ideias maduras: a metodologia e suas ferramentas

Para melhor analisar a possível articulação PAA/PFZ e Economia Solidária, propusemos uma pesquisa com o intuito de responder ao seguinte problema: *Quais os desafios e as possibilidades para que o PAA se concretize como uma política que propicia e impulsiona práticas emancipatórias para a totalidade de seus beneficiários?*

Para respondê-lo, o objetivo geral trata de: *Analisar os desafios e as possibilidades para o PAA concretizar-se como uma política que potencialize práticas emancipatórias para a totalidade dos seus beneficiários, na perspectiva da economia solidária; considerando seus objetivos de ser, ao mesmo tempo, ação estruturante/emancipatória e ação emergencial/compensatória.* E com ele, os objetivos específicos trataram de: 1º) Estudar a formulação (objetivos, metas, recursos, etc.) e os pressupostos teóricos do PAA, sendo este ação estrutural do PFZ; 2º) Compreender como o PAA vem se viabilizando no Município de Pelotas; 3º) Verificar se os resultados oportunizados pelo PAA atingem seus objetivos (de ser, ao mesmo tempo, ação estruturante/ emancipatória voltada aos agricultores familiares e pescadores artesanais organizados em cooperativas, e ação emergencial/compensatória voltada às famílias em situação de insegurança alimentar); e 4º) Analisar os desafios e as possibilidades para o PAA efetivar-se como política que potencializa práticas emancipatórias para a totalidade de seus beneficiários, na perspectiva da economia solidária.

Seguindo o problema e o objetivo proposto neste trabalho, os procedimentos metodológicos aqui utilizados buscam a intersecção entre a opinião individual e o contexto social, considerando a relação teoria-prática-teoria na explicação que os sujeitos atribuem aos fenômenos sociais, oferecendo subsídios para que se possa pensar em ações emancipatórias para a totalidade dos beneficiários do PAA, através da inclusão da Economia Solidária como potencializadora deste processo.

Neste sentido, a metodologia está centrada no estudo analítico, onde os fenômenos sociais não foram apenas descritivos, mas minuciosamente analisados através do estudo do universo (produtores rurais organizados em cooperativas e/ou associações e famílias em

situação de insegurança alimentar) e da “amostra” (formação de cinco grupo focais: três compostos pelas famílias que recebem o alimento e dois formados por integrantes das duas cooperativas que vendem seus produtos à CONAB¹⁶) da pesquisa. Seguindo a linha de investigação da confrontação dos dados obtidos entre os dois campos pesquisados, a pesquisa será estruturada sob o “método comparativo, descrevendo, explicando e comparando por justaposição e comparação propriamente dita os fenômenos” (TRIVIÑOS, 1987, p. 136), visto que o “enfoque comparativo enriquece a pesquisa qualitativa, especialmente se ele se realiza na perspectiva histórico-estrutural” (TRIVIÑOS, 1987, p. 136).

A presente pesquisa referenciou-se na teoria dialética, pois este “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.” (GIL, 1999, p. 32). Para isto foi utilizado o instrumento qualitativo para os estudos interpretativos através do grupo focal enquanto técnica de captação de dados, sendo um recurso valioso no processo de estudo. Optou-se pela investigação qualitativa, por considerar que, lembrando Sanches e Minayo (1993), ela trabalha com valores, crenças, hábitos, representações, opiniões, oportunizando aprofundar a complexidade dos fatos e processos particulares de cada indivíduo ou grupo estudado.

O instrumento de grupo focal, cujo roteiro de questões seguiu o princípio que orienta a enquete operária, é utilizado, por entender que a partir dele, o pesquisador consegue subtrair do depoente como este percebe determinado tema do contexto social no qual está inserido, possibilitando que o trabalho científico condiga com a verdade a partir da óptica do entrevistado, neste caso, do grupo. Como relata Alberti (2003, p. 03), “que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem!”. A técnica de grupo focal

permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas [...], além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de idéias partilhadas por pessoas no dia-a-dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros. (GATTI, 2005, p. 11)

¹⁶ As famílias já tinham grupos formados dentro das comunidades onde foi feita a pesquisa, já dentro das cooperativas, foram compostos grupos menores.

Optamos pela utilização dos instrumentos acima na presente pesquisa, por entendermos que os mesmos oportunizarão um movimento dialético de troca entre os saberes, dando ênfase ao processo dialógico, tornando ambos – pesquisador e pesquisados – sujeitos fundamentais na construção do conhecimento.

Em Pelotas foram pesquisadas três comunidades que recebem o alimento proveniente da agricultura familiar: Comunidade Eclesial de Base Peregrinos do Amor, Organização da Sociedade Civil Gesto GESC (Grupo pela Educação, Saúde e Cidadania)¹⁷, e Associação Amar: Criança e Família; e também pesquisadas duas cooperativas: a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares e a Cooperativa de Pescadores Artesanais Lagoa Viva Ltda.

A pesquisa contou com a amostragem não-probabilística por acessibilidade ou por conveniência, pois “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 1999, p.104). Ou seja, os sujeitos da pesquisa foram organizados em grupos focais para a discussão a cerca do tema proposto não importando tanto a representatividade, mas sim a qualidade das discussões oportunizadas.

Já a coleta de dados foi realizada a partir dos seguintes procedimentos:

- Pesquisa Bibliográfica: enquanto fonte secundária de pesquisa refere-se à busca de material bibliográfico a respeito do tema em livros, consulta à Internet e relatórios de avaliação.

- Pesquisa documental: neste caso como fonte primária de pesquisa, foram consultados a legislação, os documentos de monitoramento e avaliação, etc. tanto do PFZ, quanto do PAA e da Economia Solidária.

- Pesquisa de campo: preocupando-nos com os devidos cuidados éticos (através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Informado pelos integrantes de cada grupo),

¹⁷ É uma Organização da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, fundada em novembro de 2003, que surgiu com o propósito de contribuir com a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida dos cidadãos, priorizando pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade.

na pesquisa foram realizados cinco grupos focais, contendo tópicos cujas perguntas eram semi-estruturadas¹⁸ – feitas com um pequeno número de pessoas e cuja grande abertura das perguntas permitiu uma maior profundidade do assunto abordado – realizadas através da gravação de áudio das falas dos participantes durante o processo de coleta de dados, tanto junto às cooperativas quanto junto às famílias que compõem as comunidades para onde os alimentos são destinados.

Os grupos variaram entre 06 e 11 participantes cada e as sessões duraram entre uma hora e meia e não mais que duas horas, havendo apenas uma sessão por grupo, visto que “com uma ou duas sessões se obtêm as informações necessárias a uma boa análise” (GATTI, 2005, p. 28). As discussões realizadas com os pequenos agricultores e com os pescadores artesanais, assim como com as famílias em situação de insegurança alimentar, mantinham certa homogeneidade quanto às características de cada pessoa em cada grupo, assegurando uma das condições estabelecida pela modalidade de coleta de dados utilizada na pesquisa.

A pesquisa foi aplicada entre os dias 15 de dezembro de 2008 e 23 de Julho de 2009. Esta demora se deu, porque a metodologia baseada no grupo focal, depende da reunião dos integrantes de cada grupo e foi difícil encontrar um horário compatível com a disponibilidade de cada um e de todos. Isto ocorreu principalmente entre os grupos realizados nas cooperativas, pois numa tratam-se de pescadores, que passam pouco tempo em terra¹⁹ e na outra são produtores rurais que não estavam dispostos a parar sua produção para realizar a pesquisa. Já com as famílias em situação de risco social este processo foi fácil visto que elas já se reúnem nas comunidades semanal ou quinzenalmente.

Cabe destacar que antes da formação dos grupos focais com as comunidades, selecionamos aleatoriamente cinco mulheres daquelas para uma pesquisa exploratória através de entrevistas semi-estruturadas individuais, cujo objetivo foi conhecer melhor o espaço em

¹⁸ Entende-se por entrevista semi-estruturada, “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

¹⁹ Esperou-se pelo período de defeso (de junho a outubro), pois nesse momento os pescadores são proibidos de exercer atividade pesqueira e, para isso, recebem o seguro-desemprego de um salário mínimo durante aqueles meses.

que a pesquisa seria realizada e também para, a partir das entrevistas, constituir o roteiro de questões que seriam discutidas pelo grande grupo.

Como foi dito anteriormente, a técnica de grupo focal prevê a presença de um moderador que tem como objetivo facilitar a discussão dentro do grupo, porém além deste, recomenda-se que haja mais uma pessoa acompanhando-o. Esta pessoa é o observador “responsável pelas anotações que auxiliarão no momento da análise da gravação e/ou filmagem” (LEITÃO, 2003, p. 53). Dada a carência de estruturas de pesquisa (recursos financeiros etc.), esta pesquisa contou apenas com a presença de uma moderadora/observadora.

Como será observado no decorrer deste capítulo, o instrumento de grupo focal apresentou algumas limitações principalmente quanto às discussões oportunizadas dentro do mesmo. Ou seja, houve discussões acerca do tema proposto, porém existindo em alguns grupos a cultura de discutir no coletivo determinado assunto e reconhecendo a nossa pouca experiência em conduzir um grupo focal, fez com que este não fosse aprofundado e esgotado o tema discutido até que o grupo chegasse num determinado consenso. Cabe destacar que na maioria dos grupos a discussão sobre o PAA nunca havia ocorrido e isto também dificultou os participantes a chegarem numa conclusão enquanto grupo a respeito do assunto.

A organização e análise dos dados coletados através dos grupos focais passaram por três etapas: transcrição, agregação e síntese. A transcrição das fitas foi realizada de forma que as falas dos (as) participantes (as) fossem fidedignamente transcritas sem perda da subjetividade das palavras. Na agregação, para cada pergunta do instrumento de coleta de dados foram agregadas as respostas dadas pelos grupos. Quanto à síntese, esta consistiu na filtragem das percepções mais significativas do enfoque estudado, aproveitando somente “o que é relevante e significativo para a compreensão da sociedade e não a acumulação anárquica de supostas peças de evidência que não acrescentam em nada aos dados já existentes” (HAGUETTE, 2007, p. 93).

A partir da filtragem das percepções mais significativas, foi realizada a interpretação a fim de compreender os significados dos conteúdos estudados em relação aos dados coletados, sendo estes confrontados conjuntamente, pois “não podem ser vistos em termos de suas peças individuais, ou seja, da informação de um único depoente” (HAGUETTE, 2007, p. 94), isto é,

não apenas interpretar separadamente o que foi coletado das famílias em situação de insegurança alimentar e dos agricultores familiares, mas realizar uma interpretação do que foi obtido com o conjunto dos beneficiários do PAA.

Cabe mencionar que (por questões éticas que perpassam a obrigatoriedade da pesquisa ser realizada com o consentimento dos sujeitos pesquisados), a análise da pesquisa tomou em conta também a apresentação das conclusões aqui observadas para o Comitê Gestor do PAA/PFZ, na cidade de Pelotas, para que, a partir de sua discussão e a avaliação coletiva da operacionalização do programa neste município, crie-se a possibilidade de que as fragilidades sejam sanadas e as potencialidades sejam mantidas e, se for o caso, melhoradas a partir das demandas daqueles que de fato participam e são beneficiados pelo programa.

2.2 O campo de observação – o PAA segundo seus atores

2.2.1 Os atores²⁰ da pesquisa: quem são e o que disseram?

Como dito acima, a pesquisa de campo foi realizada em três comunidades assistenciais e em duas cooperativas todas com sede na cidade de Pelotas.

A primeira entidade visitada foi a Comunidade Católica Peregrinos do Amor. A comunidade está localizada no Bairro Fragata e estão inscritas no PAA/PFZ 56 (cinquenta e seis) famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda entidade visitada foi a Organização da Sociedade Civil Gesto-GESC que fica no Bairro Centro e têm 18 (dezoito) famílias cadastradas naquele programa. E a terceira entidade onde foi realizada a pesquisa trata-se da Associação Amar: Criança e Família²¹, localizada também no Centro de Pelotas, porém mais próximo dos bairros Navegantes e Nossa Senhora de Fátima e têm cadastradas 40 (quarenta) famílias.

Nos grupos focais realizados participaram apenas mulheres, não por um critério pré-estabelecido pela pesquisa, mas porque são as mulheres que geralmente participam deste tipo de grupo cujo objetivo é oferecer cursos profissionalizantes, que são de características

²⁰ Segundo Freire (1987, p. 126), na teoria da ação, isto é, na práxis, “exatamente porque é revolucionária, não é possível falar nem em ator, no singular, nem apenas em atores, no plural, mas em atores em intersubjetividade, em intercomunicação”.

²¹ Ligada a Diocese Anglicana de Pelotas, foi constituída em 10 de novembro de 1998 e é uma entidade civil, de caráter beneficente, assistencial, educativo e cultural, sem fins econômicos.

culturalmente compreendidas como “femininas” tais como: tricô, crochê, macramê, artesanato em geral, corte de cabelo, manicure-pedicure e assim por diante.

Depois da pesquisa realizada nas entidades que formam grupos para contemplar os critérios do PAA/PFZ, foi a vez de realizar a pesquisa com as duas cooperativas que fornecem os produtos àquelas famílias.

No grupo focal realizado nestas, por sua vez, destacou-se a presença masculina, principalmente na Cooperativa Lagoa Viva, onde participaram 11 (onze) pescadores, dos 33 sócios ativos. Já na Cooperativa Sul Ecológica, contamos com a presença de 03 (três) homens e 03 (três) mulheres de um total de 243 sócios inscritos na cooperativa.

A pesquisa na Sul Ecológica contou com apenas 06 (participantes), porque – ao contrário da Lagoa Viva que está localizada em um único território, na Colônia de Pescadores Z3 – aquela está dividida em 23 (vinte e três) pequenos grupos que estão localizados em 08 (oito) municípios distintos, apesar da sede da cooperativa estar localizada em Pelotas, sendo eles: esta última, São Lourenço do Sul, Canguçu, Turuçu, Arroio do Padre, Cerrito, Morro Redondo e Herval. Isto dificultou a reunião de um número maior de pessoas.

Para fins de apresentação, separamos as falas das participantes das entidades beneficiadas com o PAA/PFZ das falas dos cooperados e cooperadas. Não pareceu necessária uma subdivisão entre cada entidade e cada empreendimento, pois o interessante é observar o que coletamos dos dois tipos de beneficiários do programa para depois confrontar os dados e analisar os limites e possibilidades que o mesmo nos oferece.

2.2.2 O que dizem as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional?

“Isso aqui é uma maneira de passar mel no beijo da gente pra gente ficar quieto pra gente não sair a gritar que quer trabalho, que quer dignidade, que quer oportunidade. É pra manter a gente quieto !!!” (M.A.G.S.)

As entidades pesquisadas em cada comunidade possuem perfis distintos que devem ser considerados, pois estes interferem diretamente nas atividades exigidas pelo programa e que

são oferecidas às famílias beneficiárias, ou seja, as atividades oferecidas devem levar em consideração as peculiaridades de cada grupo.

A primeira entidade onde foi realizada a pesquisa trata-se de uma Comunidade Eclesial de Base, cujos cursos de geração de renda são oferecidos por voluntárias do mesmo grupo. Esta afirmação pode ser observada no relato de uma das mulheres do grupo: “a Ceneida²² falou um dia que se alguém quisesse fazer alguma coisa que ensinasse as outras, né... Eu a única coisa que eu sei fazer é artesanato de jornal, que eu já fiz bastante. Fazia vasos, fazia com flores, coisas assim, aí como ela falou, ninguém se ofereceu, ninguém sabia ensinar nada, aí eu disse: olha a única coisa que eu sei é isso. Aí eu vim ensinar as gurias, quem queria aprender, né” (I.C.C.).

Porém, na OSC Gesto-GESC e na Associação Amar: Criança e Família a situação é bem diferente. Estas entidades mantêm regularidade nas atividades desenvolvidas junto às famílias e, além disso, existe uma diversidade nos cursos oferecidos, pois ambas buscam subsídios para suas ações através da elaboração de projetos.

Estas últimas também contam com diferentes profissionais para desenvolver suas atividades. A OSC Gesto-GESC possui em seu quadro técnico, profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Pedagogia e Direito. Já a Associação Amar: Criança e Família conta com profissionais do Serviço Social e Psicologia. Ambas também contam com a participação de oficinairos (as) que são contratados com recursos do Programa ASEF (Ações Sócio-educativas de Apoio à Família).

Um dos questionamentos, feito durante a pesquisa, referiu-se ao surgimento do grupo, com o intuito de conhecer se o mesmo originou-se por exigência do PAA/PFZ ou se já existia antes. Este perguntava possibilitava a todos expressarem suas opiniões, pois se trata de uma pergunta simples e de fácil entendimento, instigando a participação das pessoas.

Segundo informação do grupo que participa da Comunidade Peregrinos do Amor “começou depois que começou o Fome Zero. Nesse tempo todo que a gente tá aqui, há uns 05 anos, não tinha nada, se tinha não me disseram então” (C.P.C.).

²² A Sra. Ceneida é a coordenadora da Comunidade Peregrinos do Amor e, por isso, a responsável pelo PAA naquela Comunidade.

No caso da OSC Gesto-GESC o grupo com o qual foi feita a pesquisa existe desde 2008, segundo informação das mulheres que dali participam. A OSC iniciou suas atividades independentemente do programa, mas como entre seus objetivos estava a formação de grupos de geração de renda, viram sua participação no PAA bastante pertinente.

O grupo de mulheres da Associação Amar é o mais antigo entre os pesquisados. No grupo focal havia mulheres que participavam das atividades promovidas pela instituição há 12 (doze) anos.

Durante a pesquisa vimos que, apesar do Comitê Gestor insistir que apenas receberiam os alimentos aquelas famílias que desenvolvessem as atividades fornecidas por cada entidade conveniada, a maioria das famílias não participava dos grupos e seguiam, igualmente, inseridas no PAA. Por isso, as diferenças que existem em cada entidade são importantes de serem observadas, já que, dependendo do que cada uma pode dispor à comunidade, implica no interesse das famílias em participarem ou não das atividades propostas.

Ou seja, “as pessoas não participam porque aqui o nosso grupo não tem motivação. Tem outra comunidade que tem cursos, tem atividades pras crianças. A gente vem pra cá, eu mesmo tenho gêmeos de 06 anos que só faltam botar a Igreja abaixo. Aí eu não sei se eu aprendo a fazer trabalhos em jornais, se ensino as outras a montar as peças ou se corro atrás deles” (M.L.S.). “Eu venho né. Eu tava participando em outra comunidade que é a Medianeira, aí lá eles tem o grupo segundas. Então, lá tem psicólogo, tem Assistente Social, lá tem curso de tricô, lá eles são bem empenhados, eles motivam a gente a participar, eles serviam um lanchinho pra gente, um suco, bolachinhas. Eu acho que aqui falta é motivação mesmo” (C.S.G.).

Quanto ao motivo que faz elas permanecerem nos grupos, no geral diz respeito à vontade de ensinar e aprender, de ter uma renda e, além destes, para muitas o mais importante é o convívio com as outras mulheres, a troca, a amizade.

Durante a discussão sobre este tema, as mulheres expressaram o que as faz permanecer no grupo: “eu tô aqui pra ensinar alguém. Quem quer aprender no caso, né? Quem não quer aprender eu não posso fazer nada.” (I.C.C.) “Eu já falei pra vocês, aqui falta motivação mesmo” (F.L.S.). “Ou organização também, não há um órgão que ensine as pessoas” (S.T.G.).

Nesta última fala, vemos claramente que a falta de intervenção do poder público municipal em programas com este perfil, acaba desgastando o próprio grupo que se formou. Então, ao invés de participar com a perspectiva de mudar de vida, as pessoas acabam participando apenas como uma forma de ajuda (tanto financeira, quando ajudam a complementar a renda familiar, quanto terapêutica, pois o contato permitido dentro do grupo, faz com que elas troquem experiências, vejam que têm outras pessoas na mesma situação que a sua e se fortaleçam).

A falta de técnicos que diversifiquem as atividades dentro do grupo, técnicos estes que, no caso de municípios como o de São Lourenço do Sul, são disponibilizados pela Prefeitura, faz com que a situação de desinteresse só piore. É o que nos a fala de A.G.S.: “eu fiz uma tonelada de fuxico, tô com os fuxico encalhado, prontos e não tem aonde botar os fuxico” (risos).

Fuxico é uma técnica utilizada para a confecção de almofadas, bolsas, roupas, tapetes etc. cuja matéria-prima restringe-se a retalhos de tecidos que podem ser adquiridos em qualquer malharia, sem custo algum. Como, entre outras demandas não supridas, estas mulheres não têm quem as ensine a transformar os fuxicos em produtos que tenham utilidades, elas passam uma tarde da semana produzindo a mesma coisa, sem perspectiva de ganho, pois não sabem agregar valor naquilo que produzem. Então, “a gente anda, anda, anda e fica sempre no mesmo lugar” (A.G.S.).

Após conhecer um pouco do grupo a partir da fala das pessoas que o compõem, passamos a introduzir, lentamente, o tema PAA/PFZ na discussão. Iniciamos com o tópico que buscou conhecer como cada mulher entrou em contato com o programa.

Neste tópico, o problema da falta de ingerência do poder público municipal também veio à tona. Diferentemente do que ocorre com o Programa Federal Bolsa Família, no PAA não teve uma divulgação eficiente de chamamento das famílias para participação.

Este movimento ocorreu informalmente, “boca-a-boca”, os coordenadores de cada instituição, a partir do momento que receberam orientações sobre as exigências do programa e de como fariam para cadastrar cada família, começaram o mapeamento e foram de porta em porta convocando as pessoas a participar.

“Na época que eu iniciei foi na Farroupilha [outra comunidade] e foi uma... como é que chama aquela mulher? Acho que a coordenadora, a Lola. Ela foi na minha casa, viu a minha situação, aí me inscreveu, aí eu tava aprendendo lá, só que aí eu recebi alguns anos e tiraram o programa [da comunidade], terminou o programa. E daí, a Ceneida conheceu a minha mãe, como minha mãe precisa muito, colocou a mãe. Aí eu me separei há pouco tempo e tava com muita dificuldade, aí conversei com ela. Aí ela me disse: olha tu vem e quando tiver sobra [da comida distribuída] eu te dou, até quando alguém falhar três vezes, eu te consigo uma vaga. Daí foi que ela me conseguiu. Então foi assim, aqui eu procurei, mas quando eu recebia lá na Farroupilha, a Lola foi na minha casa” (S.C.B.).

Assim, observa-se uma espécie de rede de divulgação informal que, tanto atraiu pessoas que realmente precisavam, como outras que nem tanto. A coordenadora da comunidade Peregrinos do Amor, em nosso primeiro encontro, informou que ficar a cargo dela selecionar as pessoas para o programa era bastante complicado. Relatou que não é o seu caso, mas assim como ela está comprometida em selecionar pessoas que necessitam financeiramente, podem existir outras coordenadoras, em outras comunidades que não tenham este mesmo discernimento.

A seleção da forma como ocorre atualmente no PAA é de extrema pessoalidade. As pessoas se conhecem, muitas têm certo grau de parentesco e isto acaba prejudicando a seriedade do programa. Segundo a Sra. Ceneida é preciso que tenham profissionais habilitados para fazer essa seleção, assim como ocorre com o Programa Bolsa Família²³.

Ela mesma se mostra temerosa com esta questão. Como vimos anteriormente um dos critérios para que as famílias mantenham-se no PAA é não terem mais que três faltas injustificadas. Porém, a Sra. Ceneida relatou que não excluiu uma família do programa por medo de sofrer represálias. Isto porque, segundo ela, “a mulher nunca vem no grupo, só pra pegar a sacola, agora tu imagina se eu tiro ela do programa? Meus Deus! Os filhos dela são marginal, um é até traficante, sabem tudo onde eu moro. Tu acha que eu vou me incomodar? Mas é bem capaz! Eu deixo, fazer o quê?” (sic).

²³ O Sr. Rodemar como presidente do Comitê Gestor tem também o papel de averiguar possíveis denúncias de famílias que estejam usufruindo dos alimentos do PAA sem necessitarem realmente. Segundo ele, denúncias já foram recebidas, mas não são muito comuns casos de pessoas que burlam sua condição socioeconômica para beneficiarem-se do programa.

Outra questão visava avaliar se as pessoas inseridas no PAA sabem o que ele é, de onde vem os alimentos que lhes são doados, enfim, avaliar se elas conhecem a totalidade do programa do qual participam.

A esse respeito, todas concordaram com a mulher que disse: “eu acho que esse programa fome zero é pra ajudar as pessoas que realmente precisam, sabe? Como o meu caso, eu tô desempregada só junto PET²⁴, latinha, vou ali e vendo e dá R\$1,50, o arroz tá R\$2,00 dois e tanto. Então, eu acho que esse programa é pras pessoas que realmente precisam” (S.T.G.). Outra fundamentou melhor sua resposta, colocando que “é um programa do governo federal, acho que assim como ele dá, pode tirar, acho que se trocar o governo pode acabar. E aqui aconteceu isso com nós, era um prefeito, entrou o outro aí ele não quis assumir, aí acabou que um tempão a gente não recebeu. Agora não tem ninguém que seja responsável por isso, porque era a prefeitura” (M.A.G.S.).

Quando esta última opinião foi externalizada, a maioria das pessoas que compunham aquele grupo tiveram uma reação de surpresa por falta de conhecimento acerca do programa. Quando a primeira mulher fala, restringe-se a opinar sobre quanto o programa beneficia sua vida e todas concordaram, porque de fato ele é uma ajuda importante. Porém, quando a outra conceitua o programa, as demais se surpreendem. Isto ocorre, porque a maioria não sabe o que é o programa, de onde vem, quais são as outras pessoas beneficiadas, de onde são agricultores e pescadores que fornecem os produtos.

Ao observar que a maioria das mulheres não conhecia o PAA na sua totalidade, surgiu então o seguinte questionamento: Quando vocês vieram participar do programa, o que falaram pra vocês sobre ele?

A maioria afirmou que não haviam lhe explicado nada acerca do programa. O conhecimento do que é o PAA/PFZ restringiu-se na afirmação “a gente vem, a gente recebe e pronto” (J.L.S.).

²⁴ Plástico Politereftalato de etileno.

Apenas M.A.G.S. colocou que “falaram pra mim que a Igreja ia dá pra gente as coisas que iam vim do governo. O produtor, acho que é, o produtor mandava pra nós. Não explicava o que é mesmo o Fome Zero, isso aí não!” (sic).

Se observarmos a afirmação “... falaram pra mim na Igreja” (sic), vemos que, em alguns momentos, as informações sobre o programa foram passadas individualmente e não de forma coletiva e regular. Por que evidenciar essa questão? Porque nesses grupos, apesar da condição para receber os alimentos esteja centrada na participação das famílias nas atividades oferecidas pela entidade, existe uma grande rotatividade, não tanto das pessoas que recebem, mas sim das pessoas que se dispõem a participar do grupo. Então, seria importante que as informações acerca do programa não se restringisse quando da inclusão na entidade, mas que isto fizesse parte da rotina dos grupos.

É importante que a informação permeie o grupo, pois isso beneficiaria as próprias pessoas que o compõe, visto que, a partir do conhecimento da totalidade do programa, elas teriam subsídios para fazer críticas e sugestões, saberiam a quem se reportar quando essas críticas fossem feitas e, além disso, a informação possibilitaria valorizar o trabalho e produtos dos pequenos agricultores e pescadores artesanais da região, pois conhecer de onde são provenientes os alimentos, acarretaria numa maior divulgação e valorização do que se produz no âmbito local.

A partir desta concepção a pergunta que trata de saber se as famílias conhecem de quem recebem o alimento, de onde vem esse alimento nos pareceu pertinente. Porém, novamente em todos os grupos onde a pesquisa foi realizada a resposta da maioria foi um incisivo “Não!”. “Eu não sei! Não sei se explicaram pras outras que já tão há mais tempo” (C.D.C.). Foram poucas as que relataram “eu sei que é os produtor que dão pra nós. Tem alguém que planta e alguém compra” (M.S.P.) e, ainda “eu sei que é dos pequenos produtores aqui da região” (S.L.L.M.); “Eu sei que é do governo” (I.C.C.).

A discussão foi se estendendo, onde uma ia perguntando pra outra se sabia de mais alguma coisa sobre o programa, até que em dois grupos estudados surgiu a mesma pergunta, porém de forma diferente: “Tá, e tu sabe falar pra gente da onde vem o alimento?” (C.D.C) Então, vimo-nos obrigados a responder a referida questão, pois partimos da ideia de que num grupo de discussão – apesar do motivador, como a palavra já diz, ser aquele que deve criar

estratégias que possibilite o debate, a externalidade de opiniões – é, em muitas situações, importante que haja a interação entre pesquisador e pesquisados, para que não se caia numa perspectiva positivista de neutralidade da pesquisa, como se qualquer intervenção do pesquisador, por menor que seja, corrompesse a veracidade dos dados.

Após explicar da onde provem os alimentos e como eles chegam até as entidades para serem doados, surgiu a oportunidade de colocarmos outra questão ao debate. Questão esta que buscou conhecer se aquelas mulheres achavam importante conhecer a origem dos alimentos e por quê. Foi unânime: todas disseram que achavam importante. Umas porque “eu acho bom saber o que a gente tá comendo, da onde vem isso” (C.D.C.), “imagina quando é que a gente vai comprar comida pensando se é natural, se faz bem pra saúde da gente” (M.S.P.), “é cara essa comida, eu não ia conseguir comprar, lá em casa que não ia ter” (risos) (M.R.F.), e outras enfatizaram, “ah, é importante, porque pelo menos não tão nos dando comida de outro lugar, a comida é daqui, ajuda a nossa gente” (V.B.M.C.), “o governo vai lá, compra deles e tá ajudando eles” (M.A.G.S.).

Um ponto importante surgiu no grupo mais antigo, onde as pessoas dele participavam até mesmo antes do início do PAA em Pelotas. Uma das mulheres reconhece a importância de saber quais produtores lhes fornecem o alimento, “porque eles tão ajudando a gente. Imagina, eles tão doando pra dar pra gente” (C.D.C.). Neste momento percebemos um enorme equívoco por parte daquelas pessoas sobre a dinâmica do programa. Então, fomos obrigados a indagar: Todas acham que eles doam os alimentos pra vocês? A maioria lançou: “Isso!” (sic). Mas uma delas questionou: “Para aí que eu vou te fazer uma pergunta: eles doam ou eles recebem de alguém que não é da gente?” (M.S.P.). Havendo este questionamento, nos pareceu pertinente também explicar o movimento realizado no programa entre os que comercializam e os que recebem o alimento.

Fazendo uma conexão com a questão acima levantada, pensamos em abordar também como elas viam a diferença entre o que o programa fazia pelos pequenos agricultores e pescadores artesanais, de ajudá-los na comercialização de seus produtos e o que fazia por elas, na ação de lhes dar o produto. Por que essa diferença?

Uma opinião interessante que surgiu em meio à discussão foi a seguinte: “é que eles produzem, eles moram lá fora, eles têm onde produzir e nós aqui vamos produzir o que? Se a

gente nem arruma um serviço. A gente faz curso e não consegue serviço. Eu mesmo tenho um curso de costura industrial, vê se eu achei serviço? Fiz o curso no Senai, tenho diploma tudo, largo currículo, ali já te entrevistam, já querem saber quantos filhos tu tens. Eu tenho dois pequenos que estudam de manhã, uma no turno da tarde, chego em casa meio-dia correndo pra fazer comida pra levar a menina no colégio, agora mesmo tenho que vim correndo pra cá. Quem vai dar serviço pra uma mãe assim? Eu não tenho serventia pra malharia lá, eu tenho serventia pra cuidar da minha família, da minha casa, agora pra eles...” (S.L.L.M.).

De outro grupo, nos pareceu importante explicitar neste trabalho a discussão realizada entre duas participantes. Uma enfatiza: “a diferença é que eles trabalham e nós não!” (E.D.); outra se opõe: “não, mas para aí, como é que a gente não trabalha? Pra mim a gente trabalha sim. A gente vem pra cá toda semana, aprende, produz, pra mim isso daí é trabalho. Pra mim a diferença é que eles recebem e nós não” (E.C.S.).

Outra ainda relata que “teve um senhor [o Sr. Rodemar] aqui e disse que ia trazer semente pra gente fazer a horta em casa, mas as sementes não chegaram. A gente ia plantar em casa e colher dali. Depois ele falou também que ia ter os cursos, que a gente ia poder trabalhar dali, tirar dali pra trabalhar, mas que isso aí, assim, não era uma coisa concreta, ele disse que ia tentar conseguir. A gente ia fazer os cursos, dali a gente ia aprender a fazer unha, trabalhar pra gente pra poder ganhar” (A.M.F.)²⁵.

Em um dos grupos, depois que essa questão sobre a diferença entre as ações do PAA foi levantada, também em meio às discussões estabelecidas, apareceu a seguinte opinião: uma participante iniciou colocando que “a diferença de nós ganhar e eles trabalhar é que esse Fome Zero eles dão pras famílias que precisam que não tem da onde tirar. No caso assim,

²⁵ Em conversa com o Sr. Rodemar, descobrimos que na verdade ele não prometeu sementes para as famílias. Ele apenas informou que tem um projeto cuja instituição proponente é a ONG Curunilha, projeto este que a mesma tentou encaminhar ao MDS em parceria com a Embrapa num primeiro momento, mas como esta não se interessou, então a parceria foi firmada com a UFPEL, através da Faculdade de Nutrição. O projeto visa à construção de hortas de fundo de quintal e hortas comunitárias com o auxílio de técnicos que seriam contratados com os recursos do próprio projeto para assessorar as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional a cultivarem as sementes que seriam doadas para a formação de cada horta. Trata-se, então, de um outro projeto que contribuirá com o PFZ em Pelotas e região, servindo de complemento a este, por isso, o público-alvo são as famílias inscritas no PAA e também no Programa Bolsa Família. Além da UFPEL, outras entidades como o Comitê Gestor do PAA-Pelotas, a CUFA, o MTD, entre outras que o Sr. Rodemar não soube precisar os nomes, também são parceiras da ONG Curunilha neste projeto que está esperando aprovação junto ao MDS.

aqui nós ganhamos. No caso, tem famílias que tem um monte de filhos e só o marido trabalha, no caso, eles dão as coisas pra nós e aquilo ali é uma ajuda, claro que a gente sabe que não pode ficar dependendo só daquilo ali, que a gente tem que procurar melhorar pra ver se a gente consegue...” (K.J.T.D).

A partir dessa colocação nos pareceu importante esclarecer que aquele tema não foi colocado em discussão para julgá-las pelo fato de não ter um emprego, ao contrário, era justamente para pensar o porquê de não ser oferecido para elas a mesma oportunidade que o governo estava garantindo aos pequenos agricultores.

Seguindo, então, M.A.G.S., surpreendentemente, lançou a seguinte afirmação: “isso aqui é uma maneira de passar mel no beijo da gente pra gente ficar quieto pra gente não sair a gritar que quer trabalho, que quer dignidade, que quer oportunidade. É pra manter a gente quieto (risos)!!! Isso é o que eu penso!”.

Todas concordaram com a afirmação e seguiram a discussão nesse sentido. “Se tivesse um serviço melhor pra pessoa trabalhar pra ter seu salário digno que dê pra sustentar a família, isso sim. A gente recebe uma miséria que não dá pra nada” (M.B.S.). “Sabe que a pessoa precisa trabalhar, agora fecharam as fábricas. Saía 40 ônibus cheio de mulheres daqui da cidade pra trabalhar nas fábricas e fecharam. Imagina se enchesse 40 ônibus cheio de mulheres e levasse pra apitar na porta de uma prefeitura, lá na porta da Yeda, lá na porta do Lula, ia incomodar muita gente então eles tão mandando isso pra gente ficar quieto no canto da gente” (M.A.G.S.).

Apesar dessas críticas, em todos os grupos houve a mesma opinião acerca do programa. Para as famílias é um programa bom, “porque as coisas que vem são poucas, mas pelo menos vem pra ajudar, pelo menos ajuda” (R.G.). “É bom, porque aqui a gente aprende, aqui tem sempre uma recreação. É melhor que tá em casa” (A.M.R.). “Sabe o que eu acho ótimo? É que se tu pegar R\$10,00 ir em qualquer supermercado tu não consegue comprar tudo o que vem. Faz dois meses que tá vindo o peixe, só pra dá esse exemplo” (A.L.R.). “Tem comunidade aí, por exemplo, lá na outra que eu participava, na Dona Conceição era desorganizado, vinha bem pouca coisa e as coisa que vinha era mal distribuído” (I.F.). “Na outra comunidade que ia eu e essa guria aí, era um sacolão, vinha o leite, vinha tudo, só que elas não dividiam direito. Tinha sobra e elas não davam pras pessoas” (L.S.S.).

E algumas sugestões foram dadas para melhorá-lo: “Pra mim é bom, porque a gente ganha o alimento que é pra família da gente. Bom se tivesse mais coisas pras pessoas aprender, assim se tivesse condição da gente montar assim, por exemplo, um tipo de uma lojinha pra gente ter uma rendinha a mais. Eu acho que podia melhorar um pouquinho, mas melhor pouco do que nada” (G.D.S.). “Se tivesse curso, se tivesse mais oportunidade da gente aprender” (E.C.S.). “Se tivesse alguém pra ficar com os filhos da gente. Eu mesmo tenho filho pequeno e tenho que deixar em casa para vim fazer a reunião aqui” (I.C.S.). “Antes quando começou o projeto aqui tinham muitos planos, a gente aqui queria montar uma malharia, até pros colégios, a gente não sabe fazer roupa pra vender em boutiques aí no centro, mas abrigos pros colégios né? Mas foi só um sonho da gente! Depois parou tudo. Eu acho que foi falta de interesse do prefeito em manter o projeto, que vinha bombando! Não vinha?” (E.V.L.) “Vinha!”, as que participam a mais tempo do grupo entoaram.

Nos dois grupos em que houve maior entrosamento entre as participantes – que eram os grupos onde elas estavam há mais tempo inseridas no programa – as diferenças do PAA, entre o período em que iniciou suas ações em Pelotas e o período de realização da pesquisa foram mencionadas. Entre elas podemos citar: que os produtos vêm em menor quantidade e variedade, “vinha arroz, feijão, que não vem, vinha peixe, que não vem. Muita coisa diminuiu!” (A.S.C.). “Vinha até suco! Agora eu acho que faz uns dois anos que não vem” (I.C.C.). “Eu pegava lá na Farroupilha sabe? E era a mesma sacola daqui e vinha peixe, só que o que eu nunca peguei lá foi o leite, porque meus filhos tavam maior um pouco, mas eu pegava feijão, arroz, a farinha de milho vinha, até farinha de trigo vinha, suco, vinha doce” (J.L.M.). “Agora vem três laranja, dois molhe de couve e um vidro de doce” (J.C.R.).

Abrindo um parêntese, cabe destacar que no momento em que foi feito o grupo focal na comunidade onde as opiniões do parágrafo acima foram expressas, ou seja, em dezembro de 2008, a Cooperativa Lagoa Viva não estava fornecendo o pescado por questões burocráticas. Quando foi realizado o segundo grupo, em maio de 2009, o peixe já estava sendo fornecido, por isso que em uma das falas, isso aparece.

Retornando à discussão anterior, a explicação para essa mudança do PAA inicial para o PAA do período seguinte, deve-se principalmente a negligência da Prefeitura, pois sem sua intervenção, são as cooperativas às responsáveis pela entrega dos produtos e, cada uma

disponibiliza de apenas um caminhão, e, além disso, o trajeto é longo e o tempo tornou-se curto.

Por tratar-se de produtos agroecológicos e devido às variações climáticas, nem sempre as cooperativas conseguem fornecer a quantidade necessária num curto espaço de tempo. Por exemplo, o Sr. Rodemar nos relatou que o projeto da Cooperativa Sul Ecológica terminou em setembro de 2009, porém eles tiveram que entregar os produtos até dezembro do mesmo ano para conseguir cumprir o que foi acordado com a CONAB.

Após estas reclamações, introduzimos na discussão com os grupos a seguinte questão: então, o que vocês acham que deveria mudar no programa? “Pra mim a sacola deveria ter mudado! (M.R.S.F.). “Acho que deveria vim mais alguma coisa, né? Como parou, deveria aumentar, vim como vinha antes. Deveria vim mais cursos pra gente aprender” (J.L.M.).

Mas as sugestões de mudança não se restringiram apenas às sacolas com os produtos, outras mulheres emitiram as seguintes opiniões: “Ah, eu acho, sinceramente que deveria ter mais professores, mais participantes. Alguém que viesse e dissesse: ah, eu vou ensinar crochê hoje, vou ensinar tricô, vou ensinar a fazer bolo. Um lugar maior, onde tivesse um espaço pra nos ensinarem a fazer bolo, aprender a cozinhar” (L.M.B.). “Acho que tinha que ter mais oficinas. Eu mesma, tô desempregada, então eu faço crochê pra vender pras professoras do colégio que tem perto da minha casa. Então, seria interessante se a gente pudesse aprender mais alguma coisa aqui. Porque se vai sair de casa, pra vim pra cá, pra ficar parada olhando uma pra cara da outra, vai vim pra que?” (R.C.D.S.).

E outra participante ainda coloca que queria “alguma coisa que não fosse só a sacola!”, mas nesse primeiro momento não explicita o que seria. Então, aprofundamos a discussão indagando, mas que outra coisa? “Alguma coisa pra gente ter renda, ter o nosso dinheirinho. Eu pensei no Natal passado, aqui nós somos unidas, a gente faz os curso, então a gente podia juntar as coisa que a gente faz pra vender” (R.L.A.). Outra participante exclama: “tipo uma cooperativa!” (L.X.C.). E ela segue: “É isso, acho que essa é uma forma da gente ganhar dinheiro” (R.L.A.).

Também referente a esse ponto de discussão surgiram outras abordagens, porém sempre enfatizando a geração de renda através do trabalho e não se restringindo a programas

assistenciais do governo através da doação pura e simples. Como destacou uma participante “acho que ninguém gosta de ganhar assim de graça, né! O importante é a gente fazer alguma coisa pra poder ganhar o próprio dinheiro” (E.M.D.S.).

Outra coloca para o grupo que quer “em primeiro lugar emprego pra quem não é... pra quem tem uma certa idade avançada” (R.M.F.). Trazendo à tona as restrições do mercado formal de trabalho para pessoas cuja idade não condiz mais com os parâmetros estipulados pelo mesmo. A mesma ainda segue: “Fábrica mesmo, passou dos 30, 40 anos eles já não te querem mais. A gente que tem filho, a gente já vai depender de uma creche e muitas vezes não tem vaga na creche. Agora mesmo tô esperando vaga na creche a vaga não sai” (R.M.F.).

Nesta fala observamos que as exigências do mercado de trabalho acabam provocando na vida das pessoas uma espécie de *autodesvalia*, pois elas reproduzem a lógica de que o fator idade faz delas menos preparadas, menos capaz de assumir um emprego. Freire (1991, p. 50) nos fala que a *autodesvalia* é uma característica dos oprimidos, “resulta da introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores”.

Seguindo o roteiro de entrevista, o seguinte tópico nos pareceu interessante ser abordado, porque ali está o limite entre o compensatório e o emancipatório. Tratamos, neste momento, de conhecer se o programa mudou efetivamente a vida das pessoas que nele estão inseridas.

A primeira reação das participantes, de um modo geral, foi que sim, que suas vidas haviam mudado com a vinda do programa. Muitas afirmaram que “pra mim mudou, porque eu tive oportunidade de entrar numa comunidade pra ensinar e aprendi também aqui” (I.C.C.). “Ah, mudou, porque é uma ajuda” (M.R.S.F.).

Porém, à medida que a discussão foi se estabelecendo e que outras mulheres foram expressando suas opiniões, o resultado foi outro. Isto ocorreu em todos os grupos, e aí notamos o quanto é rica essa discussão, pois em entrevistas individuais é provável que isto também aparecesse, só que as opiniões restringir-se-iam à escuta do entrevistador e à fala do entrevistado. No grupo isto se estende, as pessoas interagem, todas têm a oportunidade de falar o que pensam, escutar sobre o que até então não pensavam e nesta troca, as ideias podem manter-se as mesmas, podem ampliar-se e também podem mudar completamente.

Nem todas afirmaram que o programa mudou suas vidas. Surgiram nas discussões com todos os grupos frases do tipo: “Olha, se a vida de vocês mudou eu não sei, mas pra mim não mudou, pra mim ia mudar se gerasse emprego. No momento que gerar um emprego pra todas nós, pra gente não ter que ficar correndo atrás aí ia mudar mesmo” (I.F.). “Mudar, mudar mesmo ia mudar se a pessoa arrumasse alguma coisa, arrumasse algum serviço, se a pessoa aprendesse alguma coisa aí sim seria mudar” (R.G.). “Desde que eu tô pegando não mudou não. O que mudou foi assim, eu conheci bastante pessoas, fiz amizade, a gente conversa, pelo menos isso, né!” (G.D.S.).

Ao formular este último tópico pensávamos que apareceria a geração de trabalho como a única alternativa para uma mudança radical na vida dessas pessoas, portanto, o tópico subsequente baseou-se em observar como seria um programa social que contemplasse os interesses dos seus beneficiários, daquilo que eles priorizam como ação para satisfazer suas necessidades.

Quando este tópico foi lançado, inicialmente nos grupos houve total silêncio. Em seguida, algumas mulheres começaram a balançar a cabeça fazendo sinal de negativo e outras diziam que não faziam idéia do que sugerir. Após este momento, a questão do trabalho foi retomada. “Não pode faltar é emprego” (I.F.). “Eu acho que só melhoraria com serviço, só o serviço, não tem outra coisa” (L.S.S.). “É, é a falta de serviço. Porque eu gostaria de poder trabalhar pra ajudar meu marido. Sabe, às vezes eu quero comprar umas coisinhas pra mim, um sapato, uma blusa, mas aí eu penso nas contas pra pagar. E o dinheiro é apertado, né, ainda mais pra gente que tem filho” (A.L.R.).

Uma outra opinião que nos chamou a atenção diz respeito ao velho mito de que com qualificação (profissional) o emprego é garantido. A partir dessa ideia, uma participante coloca: “eu acho que tinha que ter cursos, com diplomas, certificados pra gente ter oportunidade” (S.L.L.M.). E após essa afirmação, sua companheira de grupo discorda “pra mim certificado é só um papel” (R.T.G.), e a primeira retruca “Eu sei, mas é uma garantia”

(S.L.L.M). No final do diálogo, a que discorda, lança “Não adianta se tu não botar a mão na massa eles²⁶ não vão vê que tu sabes fazer bolo” (R.T.G.).

Também surge na discussão em um dos grupos a questão da força de vontade, corroborando a ideia de que se “tu” és esforçado, consegues um emprego, então, depende mais do teu esforço individual, do que de uma garantia através da construção de uma política de emprego eficaz. “Se tiver força de vontade tem, porque o produto de limpeza, ele não é caro²⁷... Porque infelizmente as batatinhas, essas coisas que eles dão, não adianta de nada. O que que vai te adiantar, se tu não tens dinheiro pra comprar teu botijão de gás, se tu não tiver dinheiro pra pagar tua luz” (M.D.S.).

Baseando-nos nessa questão sobre a criação de emprego, e também na possibilidade delas, enquanto grupo, pensarem em alguma alternativa para conseguirem gerar trabalho e renda sem precisar esperar por uma ajuda governamental, achamos pertinente lançar uma pergunta na última parte da pesquisa que incorporasse essas duas questões. Então perguntamos: Caso esse programa acabe, vocês já pensaram, enquanto grupo, numa forma de geração de renda, sem depender da ajuda do governo?

Em todos os grupos pensou-se na comercialização dos produtos feitos pelas participantes como uma oportunidade de não depender exclusivamente das ações governamentais. “A gente tinha pensado em vender junto, mas não tem onde colocar as cestas e as coisas que a gente faz. Só teve uma feira eu acho, lá na São José, faz tempo já, a gente não conseguiu terminar tudo, porque fazia pouco tempo que a gente tinha começado” (C.D.C.). “A gente sempre pensa numa pessoa ou outra juntar o que sabe fazer e tentar botar em algum lugar. Agora como fazer isso é o que a gente não sabe” (M.S.P.).

A Comunidade Peregrinos do Amor fica próxima da Associação de Moradores das Vilas Reunidas FRAGET, associação esta que tem no trabalho coletivo sua principal fonte de renda. Baseada nisso, uma participante que conhece o trabalho desenvolvido ali, argumenta: “Eu acho que tinha que ter alguém que nos ensinasse o que é uma associação, onde tem que ir, o que que tem que fazer. Associação, cooperativa, não sei se as duas são a mesma coisa, se

²⁶ Aqui a participante refere-se ao poder público, visto que a discussão estava centrada na geração de empregos para a população.

²⁷ Referindo-se a produção artesanal de materiais de limpeza como uma alternativa de renda.

são parecidas, sei lá” (J.F.). “Seria tipo um comércio, cada um colocar o seu produto pra vender, mas todo mundo junto. Ela botaria o produto dela de desinfetante, eu o jornal a outra o guardanapo e depois venderia junto e depois dividiriam o lucro” (R.G.).

Em outro grupo, o argumento gira em torno da mesma questão: “Até talvez podia ser que nem tem as cooperativas. Não tem as cooperativas? Então, no caso se um dia terminar, se todo mundo se ajudar e seguir fazendo como a gente faz esses trabalho, e a gente vender. E dali a gente podia criar também [referindo-se a criar uma cooperativa], aí a gente teria uma alternativa pra não depender do governo. Porque isso aí um dia acaba” (D.G.M.).

Porém, no grupo comunitário formado há menos tempo, uma das participantes expôs a ideia de comercializar coletivamente o que era produzido, dando, inclusive a ideia de se criar uma cooperativa. Nesse intervim, outra se contrapôs a esta alternativa, dizendo: “Eu acho que tá errado isso aí: uma que esse grupo é muito novo, outra que, uma semana tá cheio, semana que vem não vai tá todo esse pessoal aqui. Não tem união, não tem diálogo entre as pessoas, muitas eu nem conheço. Essa é nova, essa também. Tem aquelas que vem direto, e às vezes a gente conversa, mas têm outras que nem sempre vem” (T.S.R.). Esta não foi uma posição isolada, sua companheira concorda: “eu vejo assim, nunca vem todo mundo, mas quando tem comida não dá nem pra caminhar de tanta mulher, né! Desde que eu comecei a vim eu não faltei nenhum dia” (M.L.N.).

Outras participantes centraram suas opiniões apenas na parte da pergunta que fala no término hipotético do programa e, no geral, afirmaram: “eu não teria condição de comprar essa comida sem a ajuda do programa” (L.S.S.).

Deixamos por último uma questão bastante polêmica que surgiu dentro do grupo cujas participantes estão há mais tempo dentro da entidade. Trata-se do papel que a entidade deve desempenhar como gestora do PAA/PFZ. Como mencionado anteriormente, entre as obrigações de cada entidade estão: selecionar as famílias em situação de insegurança alimentar, ser depositária do alimento proveniente da agricultura familiar, distribuir este alimento a cada quinze dias, formar grupos com as famílias, desenvolver e ofertar àquelas, oficinas de geração de trabalho e renda, além de palestras sócio-educativas que as mantenham informadas de seus direitos e deveres fora e dentro do PAA. Essas oficinas são oferecidas

gratuitamente e devem potencializar a capacidade produtiva dessas famílias dando as condições mínimas para que elas criem possibilidades de emancipar-se economicamente.

Porém, em algumas entidades que não incluem em suas atividades a construção de projetos para a captação de recursos, este movimento torna-se mais difícil. Na Comunidade Peregrinos do Amor, por exemplo, além de não haver a intervenção do poder público municipal, ela não tem condições de contratar oficinairas e tampouco de disponibilizar matéria-prima para a confecção dos produtos. Por isso, acabam dependendo da boa vontade de voluntárias que, provêm geralmente do próprio grupo, para ministrar os cursos e ainda de doações da própria comunidade, incluindo as famílias atendidas, da matéria-prima necessária.

Contudo, nem todas as entidades têm este perfil. A Associação Amar: Criança e Família é um exemplo de entidade que, através da intervenção de suas técnicas (Assistente Social e Psicóloga) consegue recursos para contemplar as exigências do PAA. E é aí que entra a questão polêmica que, por uma questão ética, nos obriga a explicitar.

No grupo focal realizado nesta última entidade, uma das participantes relata: “Outra coisa que tá errada gurias é o seguinte: o curso antes quando a gente fazia, vocês devem de lembrar, a gente fazia guardanapo, os guardanapos eram vendidos, vendeu então por R\$5,00, a gente ganhava um dinheirinho. É justo tu vim pra cá, fazer, aprender e ganhar pelo que tu tá fazendo. Agora tu tens que comprar deles, tu não ganha mais nada. Poxa, podia juntar, como antigamente era juntado, e a gente vendesse, nem que seja pra ganhar uns R\$10,00 ou R\$12,00 no mês já era alguma coisa. Pra ti levar o que tu fez pra casa tu tens que comprar. O esfregão é R\$1,00, o guardanapo é R\$5,00” (sic).

Deparando-nos com esta afirmação, indagamos: “vocês têm que comprar as coisas que vocês mesmas produziram?”

- É, é!!!
- Eu me lembro das bijuterias que a gente fazia aqui nessa peça, a gente vendia e dava dinheiro. Agora isso aqui não tá aquela coisa, não é uma cooperativa mais.
- Eu me lembro que era assim mesmo, antes faziam isso aí!
- O Fome Zero exigiu, eu me lembro, não foi? Que eles tinham que te ensinar, o trabalho que tu fizesse era vendido e o dinheiro era repartido com a turma.
- Por isso que a gente fala que era tipo uma cooperativa.

- Por isso que eu digo assim que a turma não é sempre a mesma²⁸. Mas a gente tem que ver pelo lado das pessoas, porque imagina tu largar tua família na segunda-feira, pra vim aqui fazer pra dar pra eles.
- E não é só isso! E quando tu tens uma faxina? Às vezes tu não tem um pão pra dar pro teu filho, um leite e acaba faltando a faxina, pra não perder aqui.
- Se tu trazer um filho com mais de 12 anos, ele é barrado aqui e vai embora.
- Maior de 12?
- Não, maior de 08.
- Às vezes eles tão servindo aqui [refere-se ao lanche que é servido], e é só pros adultos, crianças não!
- Eu mesma não vou vim mais no projeto. Sabe por que? Eu tenho o meu com 12 anos e não deixo ele sozinho. Hoje eu saí de manhã, invadiram a minha casa. Pularam no canal e invadiram a minha casa, roubaram as roupa de dentro da minha casa e eu não tava. Isso aí é perigoso, não dá pra deixar.
- Elas disseram que quando não puderem vim liguem ou mandem um recado por alguém.
- A é, nem sempre tu tens crédito no celular pra tá ligando.
- Porque se tu não vem e pede pra tua vizinha, olha, pega a minha sacola que eu tô no postinho, não tem sacola.
- Pois é, mas a gente compra se a gente quiser, ninguém é obrigado a comprar [referindo-se as coisas por elas produzidas].
- Claro que não, mas a gente tem vontade.
- A gente até podia falar essas coisas, mas se uma for falar, sozinha, a gente vai ser mal interpretada, aí a gente vai ser pega de rixa. Tu não pode falar os pontos errados do local que tu tá, que aí tu olha... Então, alguém de fora poderia ver, como tu tá aqui hoje de repente, e conversar, dizer assim: olha, me disseram algumas coisas, eu não vou falar quem é, mas...
- Gurias, cada almofada que fica aqui pra elas venderem, sabe quanto custa? R\$35,00. Seis almofadas nós já fizemos, é R\$35,00 cada uma.

Nesta última parte do diálogo observamos o que Freire (1981, p. 70) denomina como “a cultura do silêncio”, que além de reproduzir a ideologia dominante também é um mecanismo “próprio aos oprimidos em que se amuralham para defender-se, preservar-se, sobreviver”. Por isso, que as mulheres neste grupo se eximem de falar o que pensam e acham que “tu não pode falar os pontos errados do local que tu tá” (sic).

Então, o diálogo nos mostra apenas um exemplo de como o PAA vem sendo gerido no município de Pelotas a partir do olhar das próprias famílias que dele participam. Este tipo de ação desempenhada dentro da entidade também pode ser um dos indicativos que justificam a falta de motivação das famílias em participar das atividades de exigência do PAA. Em nenhuma das entidades pesquisadas o número de famílias inscritas no programa é o mesmo que participa das atividades dentro dos grupos.

²⁸ Referindo-se a rotatividade dentro dos grupos. A maioria das famílias não participam das atividades oferecidas e mesmo assim recebem o alimento.

No item a seguir conheceremos o que os pequenos agricultores e os pescadores artesanais têm a dizer acerca do programa.

2.2.3 O que dizem os (as) cooperados (as) da Sul Ecológica e da Lagoa Viva?

“A cooperativa é a mesma coisa assim: se tu pegar só um palitinho, ele quebra, agora se tu pegar vários, a força que tu tem que fazer pra ti quebrar é muito maior” (J.C.S.).

Assim como ocorreu com os grupos focais realizados nas entidades que gestionam o PAA no município, nos grupos realizados dentro das cooperativas, também iniciamos a discussão passando por um período de obtenção da confiança dos participantes, para que eles se mantivessem à vontade em todo o período de pesquisa.

Para isso, iniciamos com uma pergunta bastante acessível, buscando conhecer o que era a cooperativa, quando surgiu, quantos sócios tem, enfim, utilizamos questões que instigasse a participação para que a discussão se desse naturalmente, sem forte influência da motivadora.

Realizamos o primeiro grupo focal junto à Cooperativa Lagoa Viva, onde participaram 11 (onze) cooperados, dos quais 08 (oito) faziam parte da diretoria e 03 (três) representavam a base da cooperativa. Desde já, esclarecemos que este número não foi intencional, visto que tínhamos que contar com as pessoas que se dispusessem a participar.

No primeiro dia compareceram apenas 02 (dois) pescadores cooperados e foi a partir desses 02 (dois) que conseguimos convocar as demais pessoas.

Dois meses depois, o grupo focal foi realizado num dos 23 grupos que compõem a Cooperativa Sul Ecológica. Grupos estes que estão situados em 08 municípios de nossa região e que representam um total de 120 famílias associadas à cooperativa, o que corresponde a um total de 243 sócios. Estes são grupos pequenos, que não ultrapassam 07 (sete) pessoas, por isso, não conseguimos aglutinar o número máximo de pessoas que prevê a metodologia de grupo focal.

Na Sul Ecológica a pesquisa foi realizada junto ao grupo que está localizado no Rincão do Andrade. Retomando o que falamos anteriormente, este grupo conta com um total de 06 (seis) pessoas, 03 (três) homens e 03 (mulheres).

É importante aqui mencionar que tivemos imensa dificuldade em compor este grupo focal. Isto porque, conforme frisou o presidente da cooperativa, o Sr. Ivo, é muito difícil que os pequenos agricultores parem seus afazeres para realizar uma pesquisa. Então, teríamos que realizá-la num momento em que a técnica da cooperativa, a Agrônoma Denise, fosse até o grupo para prestar-lhes a assessoria de rotina. Foi isso que fizemos: aguardamos o momento propício e fomos com a técnica até àquela localidade para compor o grupo focal.

Primeiramente, nos parece importante expor, a partir da fala dos próprios cooperados, das duas cooperativas, o histórico das mesmas. Após isso, é que pretendemos agregar as informações coletadas, principalmente dos pontos que elas têm em comum e aí sim, expor suas peculiaridades.

2.4.2.1 História e organização interna das cooperativas

A Cooperativa dos Pescadores Profissionais Artesanais Lagoa Viva LTDA. foi fundada em julho de 2001, com o apoio da Prefeitura Municipal de Pelotas, na época administrada pelo PT. Sua construção foi iniciada a partir da demanda de um pequeno grupo de pescadores que tinham o interesse comum de criar uma alternativa de renda que oportunizasse ampliar a comercialização de seu pescado, não dependendo apenas da figura do atravessador.

Os pescadores se organizam ali de forma autônoma onde cada um tem sua embarcação e seu material de pesca. Sua relação com a cooperativa restringe-se à venda de seus produtos por intermédio dela. As reuniões na cooperativa são realizadas uma vez por mês, cuja principal pauta é prestar contas sobre a situação econômica da mesma. Apesar dessas reuniões serem abertas ao público, na maioria das vezes comparecem apenas algumas pessoas da diretoria, o presidente e o vice, havendo forte evasão dos demais sócios. Cabe destacar que quase todos os pescadores donos de embarcações que participaram da pesquisa possuem empregados.

A Cooperativa Sul Ecológica, fundada em Dezembro de 2001, nasce da necessidade dos agricultores ecologistas da Região Sul de ter uma organização e estrutura que lhes permita ampliar a produção ecológica e interagir de forma eficiente com o mercado.

Diferentemente dos pescadores artesanais da Lagoa Viva, os pequenos agricultores sócios da Sul Ecológica, apesar de também produzirem em suas propriedades individualmente, seguem a lógica da economia familiar. Alguns, antes de associarem-se à cooperativa trabalhavam como empregados. Além da Assembléia Geral que é realizada uma vez por ano, os cooperados que fazem parte do Conselho Administrativo se reúnem há cada 03 (três) meses e também existem as reuniões, que ocorrem de dois em dois meses, com todos os grupos que compõe a Sul Ecológica. Para definir quem participa do Conselho Administrativo é eleito dentro de cada grupo um representante (o coordenador) e um suplente em função da característica da cooperativa de ser “um grupo grande dividido em subgrupos”.

Então, apesar de cada um ter sua propriedade, “todos seguem as regras da cooperativa” (A.E.C.). “Porque hoje a cooperativa é o seguinte: não adianta eu ter 5 mil quilos de repolho e botar mil lá, porque eu tenho bastante, não, se precisar só de 1.500 e o grupo tiver cada um 500Kg cada um vai dar 500 quilos. Não é, porque eu tenho bastante [que] eu vou mandar o meu e os outros vão sobrar” (S.E.V.). “Todos tem que vender mais ou menos igual. Só se tiver faltando aquele produto e um só [produtor] tem, aí pode entregar a mais. Senão, não, aí é tudo dividido” (R.B.). “Todo mundo tem o mesmo direito de mandar de acordo com que tem. Conforme a demanda, se tá faltando, tu mandas bastante, se tem pouca encomenda e cada um tiver um pouquinho, cada um manda um pouco pra fechar a quantia x que é o pedido” (S.E.V.). “É, cada um [cada grupo] tem um limite. Nós mesmo, de couve, que eu me lembro, pra couve é 450 molhe, pro nosso grupo. Cada grupo tem uma quantia, um limite. Aí, por exemplo, se nós todos tiver a couve e dos outros (grupos) faltou, então eles aceitam os 700 ou 800 o que seja, pra completar o pedido da CONAB. Senão é só os 450. E aí, é repartido entre nós os 450. Eu mando 50, ela manda 30 até fechar os 450” (R.B).

Pelo breve relato acerca da organização interna de cada cooperativa, podemos ver que, em ambas os cooperados produzem individualmente, cada um em sua propriedade e barco pesqueiro. Porém o espírito do cooperativismo e da solidariedade permeia com maior intensidade na Sul Ecológica do que na Lagoa Viva. Isto poderá ser mais bem observado no decorrer deste mesmo capítulo.

Cooperativismo e Economia Solidária

Tanto na Lagoa Viva quanto na Sul Ecológica, os sócios optaram pelo cooperativismo, pois viam neste a possibilidade de ter maior autonomia na comercialização de seus produtos, driblando a exploração da qual eram submetidos quando não estavam organizados no coletivo e, por conseguinte, obter um melhor preço de seus produtos. “Nós queria era fundar a cooperativa era pra plantar e já pra pegar a vender couve a 0,30 centavos o molhe. Era um bom dinheiro, era alto. Era um bom negócio, e ainda é, não é ruim até hoje. Ainda é o melhor que tem por ai” (A.E.C.). Baseado neste contexto é que um dos cooperados acrescenta: “Pelo menos todo mundo sabe por que qual é o anseio do trabalhador? É fugir do atravessador! Não é só o pescador, é toda a classe trabalhadora, o pequeno trabalhador” (L.V.). E ainda: “a expectativa de melhorar é o preço. A única coisa que todo mundo acha que a cooperativa pode melhorar simplesmente é o preço do peixe. O preço melhor que do atravessador” (J.M.L.).

Porém, o atravessador ainda é figura importante no processo de escoamento da produção. Isto se observou, principalmente entre os cooperados da Lagoa Viva, cuja participação do pescador junto à cooperativa está prejudicada devido a este confiar mais no atravessador do que no empreendimento do qual faz parte.

Quando os pescadores relataram um pouco da história e da forma como se organizavam dentro da cooperativa, surgiu o descontentamento geral a respeito da forte evasão que ocorria nas reuniões informativas e deliberativas da mesma. Esta evasão, segundo eles, não ocorre apenas nas reuniões, ocorre principalmente no momento da entrega do peixe.

Muitos reclamaram que, apesar de inúmeras vezes a cooperativa proporcionar um melhor preço no quilo do peixe, o pescador, por medo, por desconfiança, preferia vender seu pescado ao atravessador do que à cooperativa.

“Mas só que o atravessador é uma jogada simples, não é vício, nem meta, é uma necessidade que o pescador tem de quando vai sair pro mar, o atravessador faz isso há anos. Eu digo que é vício nosso, depois passa a ser uma necessidade. Por isso que eu digo que tem vários motivos. A cooperativa tem um quadro grande de sócios e um pequeno quadro de vendas” (E.X.S.).

A figura do atravessador é legitimada por uma questão cultural. Como dito anteriormente, a cooperativa é formada por um motivo concreto, libertar-se do atravessador, porém é ele que, por gerações e gerações, manteve economicamente famílias inteiras nestas localidades. No caso da Colônia Z3, até pouco tempo era apenas ele que existia para o escoamento da produção, e exercia uma função estritamente paternalista de disponibilizar ao pescador todo o material para a pesca, além de sacolas econômicas e empréstimos em dinheiro.

“Tem o paternalismo do salgueiro muito grande junto ao pescador! Paternalismo explorador, que é aquele paternalismo que explora as pessoas. Então, o pescador diz que o salgueiro dá rede pra eles, quando eles pagam por uma rede que... de uma fábrica nós poderíamos encomendar e trazer pra cá num valor de R\$30,00 e os caras vendem por R\$70,00. Quer dizer, se no mínimo das hipóteses eles pagassem só a metade do valor...” (E.P.M.). “A parte maior vai continuar, mesmo sabendo que tá sendo explorada, lá no atravessador, porque ele te dá condições. E aí são poucos que conseguem alimentar o Fome Zero” (E.X.S.).

O atravessador foi o motivo que também levou os pequenos agricultores da Sul Ecológica a fundarem a cooperativa. “Porque nós vendia pra um atravessador daqui por um preço muito ruim. Aí chega um preço desses aí o ano todo aí foi muito melhor²⁹. Melhorou o preço, saiu fora o atravessador no caso. Tirou o atravessador fora de nós. Aquilo que o atravessador ia ficar e que ainda fica hoje, aquilo vem direto pra nós. Nós recebemos o preço livre e já é descontado o frete e as despesas da cooperativa” (R.B.).

Na discussão, quando surgiu o tópico a respeito dos pontos positivos do trabalho cooperativo, os pequenos agricultores centraram-se no fato da cooperativa lhes proporcionar certa segurança, tanto na venda dos produtos, quanto no melhor preço e também na possibilidade de diversificar (no sentido de não se restringir ao plantio convencional) a plantação, trabalhando com a agroecologia.

²⁹ O preço do qual se refere diz respeito ao que é pago pela CONAB pelos produtos, preço este que, segundo os próprios cooperados, “é o melhor que tem por aí” (sic).

Acompanhemos o diálogo: “É um mercado garantido, não é muito, é pouco, mas é garantido” (A.E.C.). “Eu não plantava verdura, tinha outro ramo, o A.E.C. também, depois que se começou nesse ramo aí... se diversificava bastante o produto dava pra sobreviver. Mas tem que diversificar bastante o produto, não pode ficar com pouco produto, porque senão aí tu não consegue” (S.E.V.).

Apesar de optar pela plantação de alimentos ecológicos, ainda se vê resistência a essa forma de plantio, principalmente pelo trabalho dobrado que ela demanda e pelo alto valor cobrado pelo esterco necessário à sua produção: “Nós no começo usava esse adubo preto, que a gente acostuma a dizer por aqui, aí a gente colhia mais, e entregava todas as semanas. Era bem melhor! Eu tinha bastante ameixa, safra de ameixa, abandonei com tudo pra seguir só nisso [com os agroecológicos] aqui, mas agora tá terminando [o uso do adubo preto]. Agora só com esterco e essas coisas assim” (A.E.C.).

Porém, a Sul Ecológica vem trabalhando para que seus produtores não necessitem mais nem da intervenção do atravessador e tampouco produzir da forma convencional. Aos poucos, a produção da pequena propriedade tem priorizado os alimentos orgânicos. Porém, esta forma de produção não é hegemônica, isto porque “a gente planta e no fim perde a metade. Se toda a semana fosse descarregando como era no começo³⁰ eu acho que seria muito melhor. A pessoa ia se motivar e plantar mais. Ia voltar a cuidar só daquilo, porque agora a gente já tá meio que deixando, tamo cuidando só um pouquinho e pendendo pra outro lado” (A.E.C.). “É muito pouca a produção e a pessoa viver só daquilo não tem condição” (R.B.). “Tu não consegue atender, porque tu só tem um dia e pouco pra colher. Um dia e meio, dependendo do produto. Porque tu não pode colher uma couve na terça de manhã pra entregar na quarta de tarde, e ir quinta de manhã pro mercado ou pro programa. Tem que colher na terça de tardinha pra na quarta de manhã já entregar” (S.E.V.).

Então, observamos que se o mercado para a comercialização dos produtos agroecológicos fosse ampliado, a produção com este perfil seria hegemônica, principalmente se dependesse apenas da vontade do pequeno agricultor.

³⁰ Aqui, o produtor se refere ao início do PAA, quando o alimento era entregue semanalmente e não a cada 15 (quinze) dias como é hoje.

Um ponto em comum entre as cooperativas está na falta de conhecimento sobre o que é a Economia Solidária. Este tópico foi necessário, pois, um dos objetivos do PAA é priorizar a aprovação de projetos provenientes de cooperativas para, assim, oportunizar sua articulação com a Economia Solidária.

Na Sul Ecológica, entre os 06 (seis) participantes do grupo, nenhum deles soube explicar o que é a Economia Solidária: “eu já ouvi falar mas foi só no jornal, no Diário Popular que eles falaram nesse nome aí. Mas eu não tenho base do que seja isso aí, só tenho assim ouvido falar” (R.B.). E os demais sequer ouviram falar sobre ela: “que eu me lembre eu nunca ouvi falar nisso aí, não” (A.E.C.).

Entre os participantes da Lagoa Viva, o quadro não foi muito diferente. A maioria também desconhecia o assunto. Porém, dois integrantes deram indícios de que conhecem a Economia Solidária e um deles inclusive relatou que: “Olha, eu sou bem franco! Dentro da expectativa que ela [a cooperativa] foi criada e pelo que aconteceu até hoje, eu acho que tá longe ainda” (E.X.S.). E outro relaciona o que seu companheiro falou com a falta de incentivo do governo para com as cooperativas de um modo geral: “a cooperativa a princípio tinha que ser isentada de impostos, porque o atravessador mesmo não paga imposto, ele sonega. Não que eu seja contra, ao contrário, eu sou até a favor do atravessador, não tenho essa visão negativa, pelo contrário. Mas na cooperativa tudo é pago, tudo que é nota e o governo não dá sustentação, na minha opinião, devida pra uma cooperativa. Se ele [o governo] ficasse com os peixe, pagasse os peixe, a cooperativa tava bem, muito obrigado! Só que eles não fazem isso, né? Nunca fizeram! Aí tem que buscar o comprador e muitas vezes esse comprador acabaram não pagando o peixe que levaram” (J.A.S.O.).

A partir desta última afirmação, surge outra questão: mas com o Fome Zero não tá acontecendo isso? E este último afirma: “sim, mas é muito pouco ainda pra manter esse povo unido. Aí o povo fica na mão do atravessador” (sic).

Ainda segundo ele “hoje tá todo mundo aqui, se a gente conseguisse colocar o peixe ali e todo mundo dissesse, ‘não, mas pera aí, eu tenho 1000, o outro botou 500, vamos repartir isso aí? Vamos ver se dá pra manter a cooperativa em pé’, eu não vou querer receber meus 1000, eu acho que isso aí é uma economia solidária. Mas isso aí é difícil, porque o que o cara ganha às vezes não é o suficiente pra manter ele, pra se manter e manter suas redes, seus

botes, então é difícil esse tipo de economia pro pescador. Muito difícil! Ah e outra coisa, não existe aquela safra pronta lá nos esperando, e outra coisa o pescador nunca ganha igual, um ganha o suficiente pra sobreviver e outros não, outros ficam devendo, outros ganham pouco. Quem não deve pro atravessador? A maioria deve! É difícil! Aí que tu vê a dificuldade. Quem tá de fora pensa assim: ‘ah fizeram uma safra de camarão, todo mundo ganhando dinheiro!’ Isso é mentira!!! Poucos ganharam o suficiente pra se manter, o resto tá todo mundo aí, numa situação crítica. A maioria tá aí esperando o seguro [defeso] pra poder comer! Essa que é a verdade!” (sic)

E segue: “e outra coisa: as pessoas não vê aquilo ali como uma união de todos, eles acham que tem quatro ou cinco que eles vê praticamente como os donos que tão comprando e sempre foi assim. Eles não vê como “a minha cooperativa”. Agora se pelo menos uma vez por semana cada um doasse uma caixa de peixe, já levantava a cooperativa” (J.A.S.O.).

Outro da mesma cooperativa, ainda enfatiza: “A cooperativa é a mesma coisa assim: se tu pegar só um palitinho, ele quebra, agora se tu pegar vários, a força que tu tem que fazer pra ti quebrar é muito maior” (J.C.S.).

Os cooperados e o atravessador

A partir do grupo focal realizado junto à Cooperativa Lagoa Viva, observamos que a presença do atravessador é muito forte na vida de cada pescador, cooperado ou não. Em toda a discussão oportunizada com a pesquisa, este tema foi o de maior relevância, permeou todos os tópicos, sem exceção.

Por isso, nos pareceu importante abrir um subitem somente para este tema, visto que é a confiança nessa presença histórica – o atravessador – que impede a cooperativa de adquirir o pescado para fornecê-lo ao PAA e também para expandir sua comercialização.

A figura do atravessador é vista como positiva por toda a categoria, até mesmo por aqueles que a criticam e reconhecem a exploração que ela exerce sobre o pescador. Porém, para eles é um mal necessário, pois programas governamentais vêm e vão, o atravessador está sempre ali, sempre esteve e romper com sua intervenção requer tempo, paciência, já que a confiança do pescador quem tem é ele e não a cooperativa.

A falta de confiança na cooperativa diz respeito, principalmente, ao atraso no pagamento dos produtos: se “a cooperativa pudesse trabalhar e pagar. Porque a gente sabe que a gente é sócio, sabe que a gente tem que entregar, só que a gente não pode” (J.A.S.O.). “O problema é que tu vendendo pra cooperativa, ela demora quinze dias pra pagar e tu tem gasto. Tem que pagar teus empregados, aí fica difícil. Quinze dias é muito tempo!” (C. D.F.).

Esta demora no pagamento dos pescadores está centrada no que relata um dos cooperados: “Mas o que acontece: a cooperativa não tem capital de giro, eles tem que comprar o teu produto, vender pra CONAB, daqui a 15 dias é que a CONAB vai repassar o dinheiro” (J.M.L.). “Esse é o prazo mínimo, né! A média é 30, 45 dias” (A.B.M.). “Porque não tem dinheiro em caixa, a situação da cooperativa é crítica” (J.M.L.). “Quando a gente pensou na cooperativa, a gente pensou que poderia ter um armazém, que teria a comida, teria óleo, teria material de pesca, coisa boa se esse sonho fosse realizado. Só que sonho e realidade fica bem distante uma coisa da outra” (A.B.M.).

No decorrer da discussão, os pescadores assumiram posições contraditórias: tinham momentos que apareciam opiniões afirmando que o pescador não entregava seu pescado à cooperativa por falta de confiança; em outros, aparecia que, mesmo todos os pescadores da Colônia Z3 entregando seu produto a mesma, ela não teria condições de adquiri-lo, porque não tem capital de giro e, por isso, não teria como pagar o pescador em dia.

Quando este impasse surgiu, se estabeleceu o seguinte diálogo:

- (J.A.S.O.) É quase uma piada isso aqui, mas olha só: todos que tão aqui dentro, só tem um que tem condição de sobreviver, só tem o J.C.S.... Não é pessoal?

- (J.C.S.) Mas por que? Por que só eu?

- (J.A.S.O.) **Porque tu és um cara trabalhador, a sorte sorriu, a tua esposa ela é professora. Eu só tô dando um exemplo, não é nada negativo!**

- (J.C.S.) Eu tenho dificuldade igual a todos. Mas hoje, hoje eu vejo que a cooperativa (prova disso é que na reunião aqui nós só temos onze) pode ter o dinheiro, mas não vai ter o peixe que ela tem que comprar. **Por que? Porque eu não acredito! O pescador não acredita na cooperativa.** Não acredita na cooperativa! Agora nessa safra que teve aí, a cooperativa tinha tanto dinheiro quanto o atravessador...

- (J.A.S.O.) Mas não tinha a confiança do pescador.

- (J.C.S.) Mas ela tinha o dinheiro pra comprar! Eu mesmo vendi 4 mil quilos de tainha pra ela e ela me pagou no mesmo dia. O que acontece hoje na nossa cooperativa é que os sócios não acreditam nela. Ela pode ter o

dinheiro que tiver que ela vai continuar sempre nessa mesma crise que tá. Não é essa questão de dizer aí: “ah, que o fulano pode!” Negativo! São eles que não confiam na cooperativa.

- (J.A.S.O.) Mas deixa eu continuar o exemplo que eu tava te dizendo. Se todo mundo tivesse uma condição razoável financeiramente, que pudesse arriscar perder, mas não ser passado pra trás depois aí podia ser diferente.

- (J.A.S.O.) **Pra maioria de nós, nosso único meio de renda é a pescaria. Então, a gente não tem como deixar o peixe lá pra cooperativa pra depois, sabe se lá quando, ela vai nos pagar, se é que vai. Deixar esse peixe na cooperativa, devia ser um esforço que todos nós devia fazer, mas como é que nós vamos fazer se temo que botar comida pra dentro de casa? Esse que é o problema!**

- (J.C.S.) Mas tem um detalhe aí! Se o pescador tivesse interesse na cooperativa, vendia... Foi o que eu acabei de dizer, nessa safra que teve aí não teve um pescador que não fosse lá matasse 500 quilos de peixe, porque que o sócio não entregou nem que seja 20 quilo todo o dia ali pra ela? Ia pesar 20 quilos a menos no final de semana pra dar pra cooperativa? Negativo! Vê se os sócios fizeram isso! Aqui ó! Então, a cooperativa tendo o dinheiro que tiver, ela não vai sair nunca disso aí. Tem muito pescador que pensa assim ó: ah eu vou vender pro atravessador, porque se eu não matar ele vai lá e paga minhas contas. Ou eu tô mentindo nisso aí?

- Essa é a realidade!

- (J.C.S.) Agora eu não! Eu quero saber de pagar a despesa que eu criei lá com o atravessador.

- (J.A.S.O.) O que queria falar é o seguinte: a cooperativa até podia assim, como o J.C.S. falou “ela tá descreditada”, e realmente tá mesmo, mas o certo é fazer como nós fizemos pro atravessador, a gente deixa o peixe e vai receber só no sábado, não tem “ah, pesei o peixe segunda e terça-feira vou receber”, não, a gente recebe praticamente no sábado. E assim poderia se fazer na cooperativa, mas com condições: que ela tivesse alguém por trás que garantisse a renda do pescador, aí teria a confiança que tá faltando.

- (J.C.S.) “Mas em quem o pescador realmente confia pra tá coordenando a cooperativa?”

- (J.A.S.O.) **Quem tenha instrução. Na verdade não é a pessoa, eu não vejo que uma pessoa vai me roubar, o que eu vejo é a capacitação mesmo da pessoa.**

Desta última discussão podemos destacar três pontos importantes: 1º) diz respeito a questão ideológica de que o fato de um dos cooperados não depender exclusivamente do pescado para sobreviver, porque a “sorte sorriu” pra ele o torna diferente perante o grupo; 2º) os pescadores não acreditam na cooperativa, nem mesmo o membro da diretoria da cooperativa não acredita; 3º) O pescador não confia na sua própria classe, para ele alguém com o mesmo grau de instrução que o seu não é capaz de administrar o dinheiro da cooperativa e, portanto, seu próprio dinheiro.

Isto tudo contribui para que se fortaleçam os vínculos com os atravessadores e não o contrário. Essa relação vira uma bola de neve à medida que são “vários pescador: cada um vende pra um salgueiro, outro vende pra outro, todos vende pro mesmo que tem vários

compradores. A maioria de nós todos devemos, então muitos fazem por uma questão de honra. 100% eu tenho certeza que não iam entregar pra cooperativa seu pescado, porque tu tens uma dívida e tens que honrar com aquilo que te seguiu até lá, e até porque tu tens que continuar. Mas **se tivesse uma garantia** eu tenho certeza que se hoje nós temo aqui nessa sala onze, que se tiver três que teja entregando, só um exemplo, oito não, inverteria, passaria pra oito entregar. Não deixando o atravessador mal. Mas eu tenho certeza que 100% levaria uma fatia maior pra cooperativa” (J.C.S.).

O atravessador garante o pagamento do pescador. Explorado ou não, este se sente seguro ao entregar seu produto àquele e não à cooperativa, porque aquele é empresário, e na visão dos pescadores, tem conhecimento de como administrar seus negócios, já a cooperativa é administrada pelos próprios pescadores e isto acaba interferindo numa possível relação de confiança.

Aqui observamos aquilo que Freire (1987) chama de “medo da liberdade”, que acarreta numa série de responsabilidades que a pessoa passa a ter ao tomar decisões que a possibilite ser livre. Por isso, observamos que os pescadores preferem a opressão segura dos atravessadores à liberdade “arriscada” que podem construir através da cooperativa.

O PAA segundo os cooperados

Chega então o momento da discussão sobre o PAA. Esta seção está dividida em alguns tópicos que buscam conhecer a percepção do programa pelos cooperados, como estes vêem sua participação no mesmo, também as mudanças, se houveram, com o surgimento do programa e, por último, quais as alternativas de comercialização que cada cooperativa tem traçado caso o PAA se extinga com a mudança de governo.

A discussão acusou uma opinião unânime entre os cooperados: “O programa pra mim é bom, é um programa bom” (A.E.C.). “E eu acho uma boa, porque, por exemplo, hoje, eu posso sair amanhã pro mar e chegar aqui e vender, porque eu sei que tem alguém comprando pra Fome Zero, e aí eu vendo” (J.M.L.).

Porém, nem todos os que vendem o peixe pro PAA, via cooperativa, conhecem o que é o programa. Isto porque – tudo indica – os pescadores não participam das reuniões, não existe

comprometimento: em suas falas existem fortes indícios de que eles não se sentem parte da cooperativa. Isto é observado num diálogo entre dois pescadores, quando ambos defendem a intervenção do atravessador e expressam sua falta de confiança na cooperativa:

- (J.M.L.) Aqui tem quatro atravessadores, vou dar os nomes: Marcelino, Beto, os dois Beto, o “João Luis” e o Zica, são cinco, levaram um baita dum cano, calote, e o que aconteceu? Aconteceu que eles não deixaram de pagar nós porque levaram um calote, eles pagaram!

- (J.A.S.O.) Se fosse com a cooperativa era uma desgraça encima do pescador! Simplesmente ia deixar todo mundo num desespero terrível!

Então, o pescador não conhece, porque não participa, conforme vemos nas palavras de um dos pescadores: “Tem gente que vende o peixe, até tem um cadastro de todos eles, mas a maioria não participa de reunião. São poucos! Acho que só participam mesmo os da diretoria. A gente vai, pede pro pessoal vim pra reunião e não aparece um [...] Na nossa própria cultura é muito mais fácil criticar o trabalho dos outros, não participa, mas quer criticar, aí é fácil. O problema é fazer, se colocar no lugar daquela pessoa e fazer” (J.C.S.).

Aí podemos destacar a forte diferença entre os cooperados da Lagoa Viva e da Sul Ecológica. Enquanto a participação daqueles no PAA se restringe à entrega dos produtos à cooperativa e nada mais. “Eu contribuo com o Fome Zero! Não que eu seja assim ó, que eu vivo em torno só do peixe da Fome Zero, não! Muitos de nós aqui temo compromisso com os atravessador. Eu vendo o peixe ali, eu vendo um pouco, vendo o que acho que devo vender, vou lá e vendo um pouco e assim eu trabalho com a Fome Zero” (J.M.L.). Já a participação dos cooperados da Sul Ecológica se intensifica a medida que a organização interna do empreendimento permite uma frequência de reuniões propiciando a participação dos cooperados e cooperadas.

Para ambas as cooperativas, o PAA tem se mostrado a possibilidade concreta e lucrativa de comercialização de seus produtos. Porém, contar apenas com o PAA para comercializá-los é um grande risco que cada produtor está correndo. Isto porque o PAA, como se sabe é uma ação do programa governamental Fome Zero e, como o nome já diz, tanto pode manter-se no decorrer dos próximos governos, como pode ser substituído por outro programa, ou simplesmente desaparecer.

Segundo informações dos cooperados da Lagoa Viva, o PAA deveria ser apenas um complemento, um dinheiro extra para pagar algumas despesas com funcionários e outros encargos, porém “ele [o Fome Zero] passa a ser a única alternativa, olha a palavra, única alternativa. É ruim quando tu tem uma única alternativa, porque quando aquela falha, tu não tem mais nada. Então, tu tem que ter uma a mais” (E.X.S.). “Ele serve pra ela se manter em pé, ela só não fechou a seis anos atrás por causa dele” (C.D.F.).

Vejamos o que os cooperados da Sul Ecológica dizem a respeito da possibilidade do PAA terminar: “Bah, e se sair o PAA fora, aí findou” (R.B.). “A cooperativa tinha aquelas feiras, né? Ela pegava os produto e fazia, aquilo era uma coisa também. Mas depois que veio esse Fome Zero, aí é que a coisa levantou, aí melhorou de vez, porque antes era complicado. Ia pra feira e voltava a metade das coisas de volta” (A.E.C.). Observemos agora o que nos diz os cooperados da Lagoa Viva: “Vamo voltar pra estaca zero, o atravessador!” (J.S.C.). “Se acabar nós voltamos a vender pro atravessador como a gente já tá fazendo” (C.P.C.). “Vai acabar [a cooperativa] !!! Porque pra comprar o peixe pra comercializar a cooperativa tem que ter dinheiro e assim [sem o Fome Zero] vai ficar difícil!” (L.M.).

Apesar do PAA ser a fonte mais segura e concreta de comercialização dos produtos proveniente da agricultura familiar, os cooperados, principalmente da Sul Ecológica, já vêm discutindo sobre alternativas de mercado. Nas reuniões periódicas eles têm mapeado alguns supermercados que podem estar acessíveis à compra de seus produtos. Inclusive parte dessa caminhada vem dando frutos.

Eles conseguiram mercado em um dos supermercados da região, mas segundo os participantes do grupo focal, ainda é pouca coisa. “Achar os supermercado assim pelas ideias que a gente pegou. Procurar mercado dentro dos supermercados mesmo. Ver nos supermercados! Como ficou o Guanabara, mas é pouca coisa ainda” (A.E.C.). “Mas o Guanabara quando começou não dava quase nada por mês, dava uns duzentos e tantos real por mês, hoje dá mil e tanto, dois mil real por mês, de venda. Aumentou bastante” (S.E.V.). “Pois é, mas agora a cooperativa toda com cento e tantas famílias? Vai entregar 2.000 real por mês, vê quanto é que dá por mês se dividir por 150 sendo que nem todas mandam igual? Vai dá 30 reais e nem dá isso, por mês” (A.E.C.). Além do Supermercado Guanabara, a Sul Ecológica possui sua própria loja instalada no mesmo prédio do CAPA e também os grupos que estão situados próximos da cidade, realizam feiras para comercialização dos produtos. O

grupo do Rincão do Andrade não participa das feiras, porque “nós não temos caminhão, não temos nada. O nosso grupo fica muito longo, tem outros grupos que ficam longe também, aí não fica viável fazer feira” (F.B.B.). “Até veio uma proposta pra gente fazer feira, mas como é que a gente ia fazer se nem condução a gente tem” (A.E.C.).

Já na Lagoa Viva isto não se observou, caso o PAA acabe, acaba junto a cooperativa. A única alternativa que eles ainda têm é a Feira do Peixe (que ocorre em 13 locais da cidade de Pelotas entre o centro e os bairros), porém não é o suficiente. Os pescadores lembraram que a cooperativa tentou uma parceria com um macro atacado da região, porém a demanda por pescado foi muita e contando com poucos cooperados fornecedores do peixe, a cooperativa não pôde atender ao pedido e perdeu o negócio.

O PAA e as famílias em situação de insegurança alimentar segundo os cooperados

Este tópico foi construído com a intenção de conhecer a opinião dos cooperados a cerca das famílias que recebem os alimentos por eles comercializados. Para isso, buscamos conhecer como eles observam a diferença das ações que o PAA desenvolve com seus beneficiários e, também, se eles acreditam que o PAA oportunizou alguma mudança efetiva na vida daquelas famílias.

Surpreendeu-nos o fato de que em nenhum dos grupos focais realizados nas cooperativas a diferença de ações do PAA destinadas a elas e às famílias em situação de vulnerabilidade foi exposta. Quando este tópico foi lançado, os cooperados e cooperadas se restringiram a dialogar sobre a qualidade dos produtos ofertados a essas famílias. Primeiramente eles colocam que “Eu acho que isso é bom pra nós e também pros que recebem os produtos ecológicos, que não tem agrotóxico” (E.G.B.). “Pra eles [pras famílias] eu acho que é até melhor do que pra nós. Bah, é uma baita ajuda! E o que o governo comprava nesse Ceasa³¹ é tudo abaixo de veneno, é tudo convencional” (F.B.B.).

Num certo momento da discussão, um dos cooperados faz relação com a compra direta da agricultura familiar, como ocorre no PAA e a compra de produtores convencionais como

³¹ F.B.B. está se referindo a Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul com sede em Pelotas.

era antes: “é, se não fosse nós plantar, colher esses produtos e mandar eu acho que o governo ele ia comprar de outros e não de nós” (A.E.C.).

Ainda referindo-se a qualidade de seus produtos, principalmente às exigências que hoje são feitas, os cooperados dialogam:

“(S.E.V.) E eu que tô desde de 2004 posso dizer: as cargas que nós mandava naquela época, se fosse hoje nós botava fora. Bem sendo que agora eles tão exigindo mais qualidade. Mas eu mesmo a couve que mandava naquela época, hoje eu botava fora”. “Mas é que eles aceitavam, ia porque eles aceitavam, e acredito que ainda hoje vai muito coisa de pior qualidade. Naquela época eles pediam um monte e a gente como não tinha acabava aproveitando aquelas folhas mais velhas e tudo e passava né [...] Tem controle e tudo e é rigoroso. Tem fiscal que cuida, tem lá o carregador, o caminhoneiro ele tem ordem de que se tiver um produto que não tiver em condições, de não carregar. Assim como é a abóbora, a laranja, tem que ser tudo embalado em sacos ralo e costurado. Eu peguei a mandar a abóbora sem costurar, eu só amarrava, dava dois nós no saco, porque era muito mais fácil, mais rápido e não ia. De começo ia, agora melhorou muito a qualidade. Isso aí foi muito importante também. E mesmo o próprio pessoal que tá lá na fila esperando, que tá na entidade esperando, eles também já tão mais por dentro. Se vai alguma coisa, tipo uma couve bonita, porque quando a couve é nova vai com uma folha grande, bonita, então se vai uma couve bonita que pesa quase um quilo, e aonde vai aquela outra mais murcinha, com a folha amarela, aquele que recebe aquela mais feia e olha pro outro, já diz: ‘ah, mais essa aqui eu não quero’. (risos) Aí já dá as encrenca. Então tem que ser quase tudo padrão” (A.E.C.).

Apesar das discussões restringirem-se, de modo geral, à qualidade dos produtos ofertados, uma opinião que surge entre os cooperados da Lagoa Viva merece nossa atenção. “Agora falando um pouco de política, eu acho que esse governo ele veio pra nos ajudar bastante, pra ajudar a classe trabalhadora, o pequeno trabalhador do Brasil. E nós somos uma parte dela, o pescador artesanal! E que lá na ponta final chega na boca de muitas pessoas que não tem condições de comprar um peixe, quanto mais um quilo. E algumas tão recebendo um quilo, um pouco mais de um quilo às vezes por família. E eu como fui várias vezes nas entregas, a gente vê aquela felicidade das pessoas que recebiam o peixe. Eles faziam mais questão de receber o peixe, do que receber a batata, a verdura. Da alegria, né, de comer um peixe. Nisso aí é que ajuda um pouco: a pessoa quando vê um peixe ela quase faz uma festa. Nas vilas que a gente entrega é sempre nas classes mais pobres mesmo. Então, é uma coisa que conforta, viu! A parte do governo, é claro que isso é ótimo, porque deu chance da cooperativa pros peixe do Fome Zero, pagar um pouquinho mais. O governo começou a ajudar as duas pontas!” (E.X.S.).

A partir dessa fala, vemos que para esse cooperado, na verdade não existe diferença. Afinal, todos fazem parte da classe trabalhadora! E “o governo começou a ajudar as duas pontas” (sic). Porém, o que não podemos escamotear é que neste processo uns recebem pelo trabalho que desenvolvem e outros recebem apenas o alimento, porque não lhes deram oportunidade de trabalhar para obter o poder de compra.

Também durante essa discussão, uma outra questão foi levantada. Ela diz respeito à opinião sobre se o PAA mudou ou não a vida das famílias que recebem o alimento. Tanto na Lagoa Viva, quanto na Sul Ecológica a resposta imediata foi sim, onde a explicação estava sempre centrada na qualidade dos produtos. Na Sul Ecológica, porque “pelo menos eles tão recebendo um produto limpo, um produto sem agrotóxico. Acho que elas devem tá contente” (R.B.). Na Lagoa Viva, “porque olha, a hortaliça e a verdura eles conseguem e o peixe não chega na mesa deles nunca, quando chega é uma alegria” (L.S.F.) “Tem duas vantagens: a vantagem dele chegar, porque é dado, que é a primeira vantagem, que não é a melhor, a melhor é a nutrição que eles tão conseguindo, coisa que eles nunca iam ter essas condições. Aí é que tá a grande vantagem!” (C.P.C.).

Porém, à medida que outras pessoas foram se posicionando, o quadro inicial mudou. “Totalmente eu acho que não chega a mudar, não é um quilo de peixe que vai mudar a vida de alguém” (J.M.L.).

Observemos este diálogo que ocorreu na Lagoa Viva:

- “Na realidade mesmo o Fome Zero pra essas famílias é só um complemento. É um complemento alimentar! Porque isso aí nada ajuda elas em termos disso aqui [fez sinal de dinheiro com os dedos], do financeiro” (J.C.S.). “Pro financeiro seria ter um bom emprego” (L.M.). “Se eles tivessem um bom emprego, eles iriam lá na feira comprar, porque tem a feira do peixe. Aí como eles não têm condições, quando aquele peixe chega é uma festa. Por que que quando chega é uma festa? Porque chega pras pessoas carentes. Por que que são carentes? Porque não tem uma alternativa de vida. Se tem uma alternativa de vida, poupa dali, poupa daqui, uma vez por semana vai ali e compra um quilo, porque tem dinheiro pra comprar. E seria um cliente a mais comprando”. (Oilson) “Mas é o governo que tem que fazer essa mudança. Nós tamu aqui contribuindo com ele, nós tamu aqui fazendo a nossa parte” (E.X.S.).

E ainda:

- “Deveria ser feito um trabalho governo e prefeitura” (J.M.L.). **“Tudo isso aí que o governo fala do Fome Zero que tá favorecendo as cooperativas, deveria ser feito um trabalho dentro das comunidades, no sentido de um serviço.** Pra ver o que..., eu acho que tinha que ter um auxílio do governo em termos disso aí: gerar alguma coisa pra eles fazer. Já que a prefeitura saiu. A prefeitura teria que entrar com uma contra-partida no caso” (J.C.S.). “Todo o projeto do governo federal segundo eu sei, ele tem que chegar pra uma entidade, o correto, é ele vim: governo federal e prefeitura municipal, esse é o caminho. Por que que esse nosso não faz esse caminho? Porque a nossa prefeitura fecha as portas e o projeto vem direto pras entidades, e isso não é o correto. E por que que a prefeitura fecha a porta? Politicamente pra não ter que participar de projeto do governo por bobagens políticas. Eu acho que se ele viesse dentro de uma prefeitura de um município que taria mais perto. Quem é que tá mais perto de nós? É a prefeitura ou o palácio lá em Brasília? É a prefeitura! Eles teriam que designar alguém pra fazer esse acompanhamento, essa fiscalização” (E.X.S.). “Mas eles fazem! Sabe como é que eles fazem, que eles já fizeram aqui uma vez que eu sei? Em anos políticos pra criticar. Pra criticar vem bastante. Pra filmar, tirar proveito do outro pra usar em campanha política. Agora, pra fazer esse trabalho correto, não!” (J.A.S.O.).

O desemprego como consequência da falta de oportunidade aparece como opinião hegemônica entre os cooperados de ambos empreendimentos, porém, no grupo da Sul Ecológica, uma cooperada indaga: “Tá, mas isso aí é família que não tem ou é família acomodada que quer tudo na mão?” (E.G.B.). Referindo-se que o desemprego existe não apenas por falta de oportunidade, mas também por falta de vontade das pessoas. E assim, o diálogo prossegue: “Ah, isso aí eu já não sei. Mas acho que com o tempo vão se acomodando, vão ganhando aquilo ali e vão se acomodando” (R.B.). “Mas se tão ganhando, pra que vão trabalhar?” (A.E.C.). “É, tem gente que tá muito acomodada” (F.B.B.).

Porém, ainda predomina a primeira opinião “Mas na cidade eu acredito que a coisa é ruim. Além de morar naqueles cantinho, não pode nem se virar e não tem nem aonde morar muitas vezes. Morar naquelas beira de banhado, aquela mosquitama. Olha, não é fácil! Olha, pra melhorar a vida daquelas pessoas..., não sei o que o governo tem ideia. Emprego? Não sei. Tem muita gente que não tem nada, alguns até meio analfabeto deve ser, muita gente não tem emprego, não tem um curso, não tem estudo, não tem nada, então como é que vão arrumar um emprego? Não tem como arrumar” (R.B.).

Observamos nestas últimas passagens dois pontos importantes: o argumento próprio do senso comum que não se refere ao desemprego como um problema estrutural e sim pessoal (de acomodação), culpabilizando as pessoas individualmente por sua condição precária e a

relação entre desemprego e escolaridade, como se esta fosse garantia para conseguir e manter-se empregado³²; e também o problema do desemprego como questão social que cabe ao Estado responder.

PAA: as mudanças necessárias

Por fim, chega o momento da discussão onde os grupos focais passam a dialogar sobre o que pode ser mudado no PAA para facilitar suas vidas e a de suas famílias.

No geral o programa foi avaliado como uma boa ação do governo federal, para muitos foi a melhor coisa que aconteceu para viabilizar economicamente suas cooperativas. Porém, como todo programa, sempre tem algo que precisa mudar, ser melhorado para que contemple os anseios das pessoas que dele fazem parte.

Durante os diálogos observamos que o PAA não se mantém o mesmo desde seu início. Apesar de hoje haver um controle mais rigoroso da qualidade dos produtos fornecidos, e isso é considerado um ponto positivo, os preços pagos pelos produtos vem diminuindo com o passar do tempo. “E o preço também, o convencional agora aí tão pagando mais do que nós tamu recebendo” (A.E.C.); “é, os preços também diminuíram (R.B.)”; “quando iniciou era uma maravilha!” (A.E.C.); “quando iniciou era o dobro do convencional, agora tá o contrário, o convencional tá mais alto que os nossos produtos” (R.B.); “o PAA parou no tempo!” (S.E.V.); “eles não acompanharam os preços” (E.G.B.); “não acompanharam e ainda diminuíram. Do primeiro projeto pros últimos agora teve muitos produtos que baixou” (F.B.B.).

Outro problema apontado pelos cooperados diz respeito ao fato do programa não respeitar uma continuidade de suas ações. Os pequenos produtores encaminham os projetos via cooperativa, porém estes têm um prazo de execução. Quando se esgota este prazo, as cooperativas precisam encaminhar novos projetos. Entre o término do último projeto e o envio e aprovação do próximo, o programa simplesmente cessa, chegava a ficar de 06 a 08 meses parado. Agora esse tempo tem encurtado, mas ainda é preocupante, visto que o PAA é

³² Freire(1981, p. 15), ironicamente, escreve: “João já sabe ler. Vejam a alegria em sua face. João agora vai conseguir um emprego”.

a principal fonte de comercialização daquelas cooperativas. “A fraqueza do programa é uma só, quando tem muito projeto leva muito tempo pra dar seqüência no projeto. Esse projeto em 2006 ele levou 06 a 08 meses, 08 meses pra sair um outro programa, quer dizer: ele cria uma deficiência muito grande até pra nós, cooperativas. Ele pára!” (E.P.M.).

Além disso, no caso da Lagoa Viva, o PAA não contempla todos os pescadores artesanais que dela são sócios. Isto porque, “é um projeto que não dá pra ti contar o tempo todo. Ele tem um limite de valor e a gente já passou por vários Fome Zero aqui na cooperativa, mas com um valor ‘x’ e aí tem gente querendo entrar e não pode, porque tem um limite de talão, tem um limite de peixe pra comprar e tem um limite de dinheiro que vai vim. Aí tu imagina se esse projeto, que eu chamo de projetinho, fosse um projetão? Em vez de agregar ali vinte, trinta talões ali como é a média do Fome Zero, ele agregar trezentos, quatrocentos talões, olha a diferença de números que abrangeira de pescador. Em vez de ser um projeto de R\$220.000,00 fosse um projeto de R\$1.500.000,00 (um milhão e meio), que é uma diferença grande. É isso que a gente reclama do governo. Mas mesmo assim, eu tenho coisa mais de contente do que de incontente pra falar do PAA” (E.X.S.).

No caso da Sul Ecológica o PAA estende-se a todos os pequenos agricultores, porém a quantidade fornecida por cada produtor é menor para poder contemplar a todos. “Eu acho que eles tinham que recolher mais produto. Eles tinham que comprar mais produto de nós” (R.B.).

Também foi apontado como uma limitação do PAA, o valor máximo que ele assegura a cada produtor ao ano. Quando realizamos os grupos focais o valor não ultrapassava R\$3.500,00, porém hoje, como foi mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, o valor passou para R\$4.500,00 ao ano na modalidade de Compra com Doação Simultânea.

Por último, um dos cooperados da Lagoa Viva, que no decorrer da discussão já havia mencionado a necessidade do governo federal, através do PAA, disponibilizar a contratação de profissional da área de Administração, indagou: “O governo diz assim ó: toma aqui, chegou, deu um dinheirinho e se virem. Se deu certo deu. Eles não procuram saber se... Eu acho que até antes de começar eles deviam saber se o povo que ele vai largar aquele dinheiro, no caso o pescador aqui, se a gente teria condição cultural, intelectual de fazer isso andar. Isso aí, eles jamais fizeram uma pesquisa. Quem é que tem cultura o suficiente, quem é que tem uma administração pra saber como andar?” (J.A.S.O.).

A partir das discussões estabelecidas dentro de cada grupo focal, podemos, através da análise das falas dos sujeitos buscar evidências que nos permitam avançar em direção aos objetivos de nossa pesquisa.

2.3 Uma leitura sobre as falas dos atores

No final deste capítulo, optamos por analisar as falas dos grupos focais formados pelos beneficiário-consumidores e pelos beneficiário-fornecedores para conhecer como o PAA vem interferindo em cada grupo e, conseqüentemente, na vida das pessoas que dele fazem parte, no sentido de avaliar o perfil de suas ações consideradas estruturantes dentro do PFZ.

Iniciamos refletindo a cerca da premissa de que as cooperativas foram iniciativas dos próprios pequenos produtores para conseguir melhor preço aos seus produtos e poder libertar-se da figura do atravessador. A entrada no PAA foi consequência de uma prévia organização daqueles trabalhadores. Já os grupos formados pelas famílias em situação de insegurança alimentar, são o movimento contrário de tudo aquilo, ou seja, não se formaram por iniciativa das famílias, foram formados por uma constatação das entidades que abrigam estas famílias e se mantém por uma exigência do próprio PAA.

Dessa forma, o PAA se restringe, de fato, a ser ação emergencial para as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, porque estas representam uma economia de consumo dispersa, fragmentada e precarizada, ou seja, não estão organizadas num movimento maior com viés reivindicatório, oportunizando que elas sejam vistas e respeitadas pelo poder público.

Ambos, cooperados e famílias em situação de insegurança alimentar, são trabalhadores. Porém, no caso daqueles o governo favorece a comercialização de seus produtos, no caso destas ele restringe-se a fornecer alimento e exigir sua participação em cursos profissionalizantes que de nada adiantam visto que nas três entidades onde a pesquisa foi realizada, em geral, as mulheres produzem, mas não têm mecanismos eficientes para qualificarem seus produtos e escoarem sua produção.

Os cursos profissionalizantes enquanto alternativa para que aquelas vidas mudem são velhos conhecidos do povo brasileiro. Podemos aqui citar dois exemplos: primeiramente a

proposta dos governos da Ditadura Militar que criaram o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), com a intenção de erradicar o analfabetismo no país através da educação aliada a programas de profissionalização, qualificando as pessoas para o mercado de trabalho; e, mais recente, podemos citar o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), criado em 1995, pelo Ministério do Trabalho com o “objetivo geral de mobilizar e articular a infraestrutura de qualificação profissional no país, para treinar pelo menos 20% da população economicamente ativa” (CADOSO et.al, 2002, p. 13).

Em ambas as épocas, viu-se que este tipo de ação, sem estar articulada com um amplo conjunto de políticas, não cumpre sua função de garantir emprego. Hoje, apesar de tal mito desvelado, ainda observamos este tipo de ação, com perfil paliativo que, é reproduzido neste governo e legitimado por estas famílias.

Por isso, o PAA protagonizou uma melhora na vida econômica das cooperativas, pois, segundo as falas dos cooperados, é através dele que elas conseguem manterem-se ativas no mercado. Porém, na vida das famílias ele nada mudou. Um ponto em comum das discussões estabelecidas dentro das cooperativas e dentro das comunidades está no fato de que em ambas apareceu a geração de trabalho como a única alternativa para a mudança real na vida daquelas famílias empobrecidas.

O cooperativismo apareceu como “uma alternativa viável”, na perspectiva dos participantes de dois dos três grupos focais realizados junto às comunidades, porque para aquelas famílias que já trabalham em grupo, ele seria a maneira mais fácil delas comercializarem os produtos que aprendem a fazer. Porém, quando os cooperados e cooperadas colocam que a única forma de mudar a vida dessas famílias é através da geração de emprego, eles não falam no cooperativismo como alternativa, este sequer é mencionado em meio à discussão. Para eles a intervenção do poder público municipal em parceria com o federal é imprescindível na geração de emprego, porém não se colocam como exemplo de trabalhadores que ao organizarem-se em cooperativa passaram a ser reconhecidos como tal.

Então, vemos que enquanto os cooperados e cooperadas sugerem apenas reformas pontuais (elevação do preço de venda, maior absorção dos produtos, aumento do valor anual pago a cada produtor etc.) ao PAA, para que ele lhes garanta maior rentabilidade (reformas estas que vêm sendo realizadas, prova disto é a promulgação do Decreto 6.959/09), as

famílias empobrecidas sugerem uma mudança estrutural do programa, para que ele não restrinja sua possível ação estruturante aos pequenos produtores rurais, mas que possibilite a elas também ingressar no processo emancipatório através do trabalho.

Por que falamos em possível ação que potencializa práticas emancipatórias do PAA junto aos pequenos produtores? Porque a partir das discussões nos grupos e da forma como se organiza cada cooperativa, podemos afirmar que o acesso ao trabalho é condição básica para o processo emancipatório, porém não é o suficiente. Temos que indagar qual tipo de trabalho se julga importante na construção daquele processo?

Aqui não estamos falando de qualquer trabalho, de trabalho em seu sentido abstrato. Referimo-nos àquele que é a base material para se atingir a emancipação humana, ou seja, o trabalho concreto realizado por homens e mulheres livremente associados. Até mesmo a ação que o PAA destina aos pequenos produtores, de priorizar o cooperativismo como forma de articulação com a Economia Solidária, pode ter intenção emancipatória, mas como apontamos neste trabalho, nem todas as cooperativas seguem a lógica da solidariedade, autogestão e cooperação entre seus sócios.

Como pudemos verificar, a forma como vem se organizando a Cooperativa Lagoa Viva, demonstra que ainda é preciso percorrer um longo caminho de construção da criticidade, a fim de que seus sócios a vejam como um espaço de discussão e luta contra a opressão da qual, principalmente, exercem sobre eles os atravessadores. É importante lembrar que “somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor” (FREIRE, 1987, p. 52).

Aqui a relação de cumplicidade com o atravessador dá-se, principalmente, pela “falsa generosidade”³³ que este culturalmente emprega no seu contato com o pescador artesanal. “O paternalismo do salgueiro é muito grande junto ao pescador! Paternalismo explorador, que é aquele paternalismo que explora as pessoas” (E.X.S.), faz com que estes trabalhadores mantenham-se submissos aos seus ditames e, assim, não consigam perceber a cooperativa

³³ “Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua ‘generosidade’ continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A ‘ordem’ social injusta é a fonte geradora, permanente, deste ‘generosidade’ que se nutre da morte, do desalento e da miséria” (FREIRE, 1987, p. 31).

como uma possibilidade de libertação. Ela é vista como mais um comprador para seu produto. Na realidade, a cooperativa também é vista por eles como mais um atravessador, porém um que não lhes proporciona todos os benefícios que o atravessador convencional.

Situação esta que não acontece na Sul Ecológica, pois, para os pequenos agricultores, esta lhes proporcionou melhores condições do que o atravessador, principalmente com relação ao preço do produto. “Aquilo que o atravessador ia ficar e que ainda fica hoje, aquilo vem direto pra nós. Nós recebemos o preço livre e já é descontado o frete e as despesas da cooperativa” (A.E.C.).

Observamos que, apesar de ambas terem se constituído cooperativas por um objetivo comum de seus sócios, a forma de organização vista na Sul Ecológica, sua intenção de hegemonizar a produção de hortifrutigranjeiros orgânicos e o trabalho que vem sendo desenvolvido para que seus sócios participem das atividades de decisão e formação, demonstra que essa cooperativa vem trabalhando para que a solidariedade e autogestão sejam seus princípios norteadores. Muito embora um dos 23 grupos que compõe a Sul Ecológica não tenha ouvido falar em Economia Solidária, sua atitude para com os sócios demonstra que, independente de conhecer ou não o conceito, estes vêm criando essa cultura em suas relações. Já na Lagoa Viva é observado o oposto. Apesar de dois ou três sócios terem certo entendimento a respeito do que pode ser considerado uma Economia da Solidariedade, eles não conseguem trabalhar as inter-relações entre os sócios e destes com a cooperativa para que possam vivenciar essa outra economia possível.

Mesmo com este impasse, não desprezamos por completo que a prioridade de ação que o PAA destina aos pequenos produtores organizados em cooperativas é um grande passo – porém o primeiro – para se construir uma política pública para a Economia Solidária no país.

Outra questão observada na pesquisa, diz respeito à relação de dependência que se tem criado entre o PAA e as cooperativas. Observou-se nas falas dos atores da pesquisa que o PAA é a forma mais importante que as cooperativas têm para a comercialização de seus produtos. Sem perspectiva de alternativas concretas, eles crêem que, caso o PAA acabe, acaba com ele os empreendimentos estudados. Então, até mesmo sua ação junto aqueles grupos precisa ser questionada. Até que ponto a ação é de fato emancipatória, quando ao invés de

trabalhar e oportunizar a autonomia dos grupos cooperados acaba fazendo com que eles dependam apenas desta via para o escoamento de sua produção? Nesse momento temos que concordar com a sugestão dada pelo Sr. J.A.S.O. quando o mesmo enfatiza a necessidade do programa oportunizar técnicos para qualificar os pequenos produtores. Porém, não no sentido de qualificá-los propriamente, mas de construir com eles alternativas no mercado local para a comercialização de seus produtos e que assim, gradativamente, esta dependência seja rompida.

Obviamente não estamos aqui menosprezando a iniciativa do Governo Federal. Ao contrário, sabemos que sem sua intervenção efetiva (compra direta e doação simultânea, e o importante decreto 6.447/2008 através do PL 2.877/2008) não haveria como os pequenos agricultores alavancar economicamente seus empreendimentos, mas não podemos desconsiderar o fato do PAA ser um programa de governo – com ele veio, sem ele pode acabar – portanto, construir estratégias de comercialização passa também por ações que permitam às cooperativas *emanciparem-se*, antes de mais nada, do Governo e do PAA.

No primeiro capítulo deste trabalho vimos que a dinâmica do PAA em Pelotas ocorre sem a participação da Prefeitura Municipal, o que dificulta que o mesmo atinja seu objetivo de ser estrutural/emancipatório junto aos agricultores familiares que têm trabalho e que podem manter-se através dele, e mantendo-se compensatório/emergencial para as famílias em situação de insegurança alimentar que apenas recebem o alimento.

Também tivemos que reconhecer a limitação do próprio PAA como uma das ações estruturantes do PFZ. Mesmo que houvesse a intervenção do poder público municipal, no sentido de oportunizar uma melhor seleção das famílias atendidas e também um planejamento das atividades dos grupos que elas compõem, no sentido de contratar profissionais responsáveis por diversificar os cursos profissionalizantes oferecidos, cumprindo assim com a proposta do PAA, isso não seria o suficiente.

É preciso construir estratégias para que seja dada a essas famílias a mesma oportunidade que estão garantindo aos agricultores familiares e pescadores artesanais. Então, construir alternativas de geração de trabalho que não se restrinjam ao oferecimento de cursos é uma possibilidade viável, principalmente se considerarmos que os grupos já estão formados, pois isso já se conseguiu dentro de cada entidade. Porém, o processo não se restringe à

formação dos grupos, ele também passa pela organização das pessoas nesses grupos, garantindo-lhes informação³⁴, formação e assegurando que os produtos por elas fabricados tenham viabilidade econômica para que a geração de renda, priorizando o coletivo, seja possível.

Dessa forma estaríamos diante de um programa social que se preocupa com ações que tenham caráter estruturante/emancipatório, na medida em que cumpre seu papel de garantir às famílias em situação de risco social – através da construção de espaços coletivos – um direito fundamental que é o trabalho. Trabalho este que possa conformar-se como trabalho concreto, na lógica da Economia Solidária como prática emancipatória, impulsionada por uma política que busque romper com o caráter compensatório historicamente observado nas políticas sociais brasileiras.

2.4 O PAA como programa e o PAA como prática: novas indagações sobre emancipação e compensação

Nestes primeiros capítulos, dois momentos do PAA foram explicitados. O PAA como programa-eixo articulador do PFZ com viés estruturante e o PAA que realmente existe, ou seja, aquele que não exige do poder público municipal a responsabilidade de geri-lo, que apresenta poucas inovações, principalmente no seu caráter compensatório/emergencial, enfim, um programa que embora sua intenção original fosse de articular a segurança alimentar e nutricional, com desenvolvimento econômico e social através de medidas estruturais, em nada vem contribuindo para uma mudança radical nas vidas das pessoas que dele dependem.

Retomando o Capítulo I deste trabalho, os idealizadores do PFZ e de seus eixos articuladores colocam-no como política estrutural para combater as principais causas da fome e da pobreza em nosso país, ou seja, o desemprego e subemprego, o latifúndio, as

³⁴ Informação esta que já poderia ser socializada nas reuniões do Comitê Gestor do PAA que ocorrem na sede do CAPA. Nestas reuniões participam as cooperativas e os representantes de cada entidade, porém as famílias (principais interessadas pelo que ali é discutido) acabam não participando, pois as reuniões são abertas apenas às (aos) coordenadoras (as) e voluntárias (as) de cada comunidade. Durante os grupos focais as famílias colocaram que dentro de suas entidades, nunca houve uma reunião avaliativa e propositiva do PAA. A garantia de informação poderia iniciar por aí, ou seja, os representantes de cada entidade poderiam divulgar essas reuniões e também construir mecanismos que possibilitem e estimulem a participação destas famílias.

enfermidades e o analfabetismo. Para isso, ações como geração de renda, reforma agrária, saúde e educação devem ser priorizadas por aquela política.

De fato, os eixos articuladores do PFZ se propõem a dar conta daquelas ações, prova disto é a construção do PAA e de um maior incentivo à Economia Solidária. Olhando o PFZ a partir dessa afirmação, pensamos estar diante de uma política social tida como direito social, rompendo a lógica do favor, do assistencialismo. Mas da forma como o PFZ vem sendo operacionalizado vemos que é necessário percorrer um longo caminho para que se dê na prática o que na teoria está bem elaborado.

Se tomarmos como emancipatório o conceito marxista (trabalhado no próximo capítulo), certamente o PAA – como hoje se expressa – nada tem de emancipatório. Nossa pesquisa mostrou que nem mesmo o que defende o Ministro do MDS, Patrus Ananias, como emancipatório³⁵ está se conseguindo atingir. Em nenhum dos grupos focais realizados nas entidades assistenciais, as pessoas afirmaram que sua vida mudou com o advento do programa. A geração de renda que se restringe a oferecer cursos profissionalizantes às famílias em situação de risco social em nada contribui para a diminuição do desemprego na região. Tornar os beneficiários dependentes de um programa de governo em nada contribui para a emancipação dessas pessoas, nem mesmo no sentido de emancipatório/estrutural que querem dar ao PAA/PFZ.

Seguimos afirmando que o PAA cumpre bem seu papel de ação emergencial/compensatória para com as famílias empobrecidas, porém, o segundo passo que é definir o emancipatório não como uma forma de viver bem na sociedade capitalista, mas como uma possibilidade de construir ações para se chegar a uma nova sociedade possível, e também defini-lo como programa que poderia ser um dos impulsionadores desse processo, capaz de estender essa redefinição de emancipatório àquelas famílias, este segundo passo ele não está sendo capaz de dar.

Então, antes de adentrarmos ao terceiro e quarto capítulo deste trabalho, é importante novas indagações para que pensemos sobre a possibilidade do PAA/PFZ tornar-se uma

³⁵ O Ministro afirma que “os programas sociais têm uma dimensão emancipatória porque estão mudando a vida da população mais pobre”. Informação disponível na reportagem postada no site do MDS: <<http://www.mds.gov.br/noticias/programas-sociais-sao-emancipatorios-afirma-ministro-patrus-ananias>>. Acesso em: 03 Abr. 2010.

política que potencializa práticas emancipatórias através de ações que sejam estruturais no sentido de romper com os alicerces da sociedade que hoje se apresenta.

Entre as questões que nos dispomos a tentar responder estão: O que nós entendemos e defendemos como emancipação? O que poderia tornar o PAA um programa com viés emancipatório? Isto é possível sendo hoje o Estado seu responsável, mesmo tendo a sociedade civil organizada como sua proponente? E quanto ao caráter emergencial/compensatório que ele também assume, isto deve ser radicalmente extinto do programa ou pode sim ser o primeiro passo para a construção de um novo projeto societário? Quais os principais limites que é preciso superar para a construção desse projeto e para se chegar a emancipação?

Norteados por estas indagações é que construímos o terceiro capítulo que segue, cujo principal objetivo é explicitar as bases teóricas que contribuíram para a formação deste trabalho, possibilitando, no confronto com a realidade, emergir os limites e pensar nas possibilidades para a construção de uma política social que assegure às camadas populares o protagonismo de sua própria história.

CAPÍTULO III: POLÍTICAS SOCIAIS EMANCIPATÓRIAS SOB O CAPITALISMO TARDIO³⁶

3.1 O caráter do Estado no capitalismo contemporâneo

3.1.1 Marx, Lênin e Gramsci: a concepção marxista de Estado

Karl Marx na sua crítica ao Estado Liberal Burguês coloca-o como um organismo de dominação de classe, produto de contradições de classes inconciliáveis, cujo poder está, teoricamente, acima da sociedade, visando manter a ordem e moderando os conflitos gerados pelo antagonismo de classes³⁷.

Este caráter de classe diz respeito justamente à tendência do Estado Liberal em assegurar os interesses da classe que compõe os proprietários dos meios de produção, denominada burguesia. O “burguês é sinônimo de detentor do capital, de capitalista, de grande industrial que, graças à posse de um capital importante, faz trabalhar apreciável número de assalariados” (CHEVALLIER, 1980, p. 293).

Marx inicia sua análise a partir da crítica que faz a Hegel e, ao contrário do que este defendia, considerava que o Estado não era o responsável pelo surgimento da sociedade civil, mas era a sociedade civil³⁸ – entendida como o conjunto das relações econômicas – responsável pela criação e legitimação do Estado (sociedade política). “Este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no

³⁶ Capitalismo tardio ou maduro vem da análise feita por Behring do chamado *capitalismo tardio* de Mandel que se refere ao “desenvolvimento pleno das possibilidades do capital, considerando esgotado seu papel civilizatório. Assim, a idéia de maduro remete ao aprofundamento e à visibilidade de suas contradições fundamentais, e à decorrentes tendências de barbarização da vida social (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 113)

³⁷ Para Marx e Engels, os antagonismos de classes na sociedade moderna foram apenas simplificados. Com ela “a sociedade inteira vai-se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado” (2000, p. 46).

³⁸ “A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todas as fases históricas anteriores e que, por sua vez, as condiciona, é a *sociedade civil* [...] A sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase e, neste sentido, ultrapassa o Estado e a nação, se bem que, por outro lado, deve se fazer valer frente ao exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado [...] A sociedade civil, como tal, desenvolve-se apenas com a burguesia; entretanto, a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio e que forma em todas as épocas a base do Estado e do resto da superestrutura idealista, foi sempre designada, invariavelmente, com o mesmo nome” (MARX; ENGELS, 1999, p. 52-3).

interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses” (MARX; ENGELS, 1999, p.98).

Esta análise de que a sociedade civil é a criadora do Estado, rompe com a tradição da filosofia política moderna:

Enquanto a filosofia política moderna tende a ver na sociedade pré-estatal (quer seja esta o estado de natureza de Hobbes, ou a sociedade natural de Locke, ou o estado primitivo de natureza de Rousseau) uma subestrutura, real, mas efêmera, destinada a ser absorvida na estrutura do Estado onde somente o homem pode conduzir uma vida racional e, portanto, destinada a desaparecer total ou parcialmente uma vez constituído o Estado, Marx, ao invés, considera o Estado pura e simplesmente como uma superestrutura em relação à sociedade pré-estatal, que é o lugar onde se formam e se desenvolvem as relações materiais de existência, e, sendo superestrutura, é destinado, por sua vez, a desaparecer na futura sociedade sem classes. (BOBBIO, 2000, 133-4)

Em *O Estado e a Revolução* de Lênin, podemos melhor compreender esta perspectiva em Marx:

Para Marx, o Estado é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *submissão* de uma classe por outra, é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes [...] Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classe, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, que também graças a ele, se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada. (1987, p.10-6)

Marx considera o fato do sistema capitalista estar criando em seu centro o germe que ocasionará seu próprio desaparecimento. Ele afirma que, na sociedade burguesa, a concorrência constante na qual os capitalistas estão envolvidos ocasionará a concentração cada vez maior de renda nas mãos de um número pequeno de proprietários e conseqüentemente haverá um maior número de operários empobrecidos. Mantendo-se este processo, chegará o momento em que a sociedade se deparará com um número mínimo de capitalistas e um imenso exército industrial de reserva. Neste momento o sistema capitalista estará em perigo, e os meios de produção poderão passar à propriedade social, por meio da expropriação dos capitalistas por um Estado controlado pelos trabalhadores, através de um “governo da classe operária” ou, como foi chamada por Engels, “Ditadura do Proletariado”.

No texto *Crítica ao programa de Gotha* (1875) Marx afirma: “entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista existe o período de transição revolucionária de uma na outra. A este corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a ditadura revolucionária do proletariado” (MARX *apud* BOBBIO, 2000, p. 140).

A partir daí, inicia-se o processo de extinção progressiva do “Estado” como ente jurídico separado da sociedade. Porém, isto somente seria possível em um país onde o capitalismo já estivesse em seu estágio avançado, ou seja, onde a exploração proletária pela classe burguesa estivesse acentuada e o operariado estivesse num processo avançado de consciência de classe.

Para Marx, então, “pode-se afirmar que a supressão do Estado burguês não é a supressão do Estado, mas é a condição para a sua superação” (BOBBIO, 2000, p. 141).

Lênin (1987), retoma o conceito de Estado em Marx, porém desenvolvendo uma análise mais detalhada do Estado burguês quanto ao seu papel no processo revolucionário, ou seja, não apenas descrevê-lo, mas estimular uma estratégia específica para a revolução socialista.

Lênin defendia que “a doutrina da luta de classes foi criada não por Marx, mas pela burguesia antes dele e, genericamente falando, ela é aceitável para a burguesia” (LÊNIN, 1987, p. 40). Com isso, Lênin antevia uma reação da classe burguesa ao ataque revolucionário do proletariado, assim como ao regime revolucionário após a tomada de poder pela classe oprimida. Certamente a burguesia não se conformaria com o fim de sua posição privilegiada e lutaria pela volta ao poder, daí a necessidade de um Estado operário forte o bastante para coibir qualquer movimento contra-revolucionário por parte da classe burguesa.

Portanto, neste período de luta de classes, “o Estado inevitavelmente será um Estado democrático de novo tipo (para o proletariado e os despossuídos em geral) e ditatorial de novo tipo (contra a burguesia)” (LÊNIN, 1987, p.41).

A evolução do pensamento gramsciano passa pela “compreensão do Estado como ponto nodal da revolução socialista, o reconhecimento da importância de um partido revolucionário no sentido de obter a hegemonia para além da fábrica, o significado da

renovação cultural para a formação de uma nova consciência e o papel dos intelectuais” (SIMIONATTO, 2004, p.30). Porém aqui será subtraída apenas, e de forma simplificada, sua concepção de Estado Ampliado e o caráter que toma o conceito de hegemonia neste contexto.

O conceito gramsciano, segundo a leitura da qual compartilhamos, difere-se do conceito marxista-leninista de Estado, pois para Marx e Lênin este é visto como instrumento coercitivo da classe burguesa, enquanto para Gramsci o Estado amplia-se, ou seja, é tido como superestrutura que incorpora o aparelho de hegemonia e a sociedade civil³⁹. É, portanto, uma arena de luta em que diferentes posições políticas se enfrentam e se complementam, comportando contradições e processos de avanço e recuo. Aqui, a hegemonia

É a fase mais francamente política, que assinala a nítida passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas. É a fase em que as ideologias geradas precedentemente se tornam ‘partido’, se confrontam e entram em luta até que uma delas, ou ao menos uma única combinação delas, tende a prevalecer, a se impor e se difundir em toda a área social, determinando, além da unidade dos fins econômicos e políticos, a unidade intelectual e moral, colocando todas as questões em torno das quais ferve a luta não mais no plano corporativo, mas em um plano ‘universal’, criando assim a *hegemonia* [grifo nosso] de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 1992, p.108).

O conceito de hegemonia em Gramsci pressupõe a sociedade civil⁴⁰, sendo esta definida como “o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’” (2001, p. 20). Nesta perspectiva:

Podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” [...] e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto”

³⁹ Nesta concepção de Estado ampliado, Gramsci não descarta seu viés marxista e “não elimina os pressupostos da teoria do Estado de Marx, Engels e Lênin, mas a torna mais rica, na medida em que acrescenta a ela novos elementos, novas determinações [...] Gramsci não rompe, portanto, com as concepções teóricas desenvolvidas sobre essa temática no âmbito do marxismo, mas busca, através de um movimento dialético de ‘superação/renovação’, reinterpretar as novas configurações do capitalismo nesse período histórico” (SIMIONATTO, 2004, p.66-7).

⁴⁰ A sociedade civil em Gramsci difere-se do conceito original marxiano, porque não se restringe à sociedade burguesa, mas sim, abrange organizações responsáveis tanto por construir quanto por disseminar ideologias (não propriamente a dominante). Nestas organizações entram os partidos políticos, as ONG’s, os meios de comunicação, os sindicatos, as entidades comunitárias, entre outras. Para melhor entender como a realidade histórica vivida por Gramsci fez com que o autor diferenciasses (mas não distanciasse) seu conceito do viés marxiano, ler: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981. (Fontes do Pensamento Político)

ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. (GRAMSCI, 2001, p. 20-1)

O Estado, em Gramsci, “é, simultaneamente, um instrumento essencial para a expansão do poder da classe dominante e uma força repressiva (sociedade política) que mantém os grupos subordinados fracos e desorganizados” (CARNOY, 1990, p.98). Porém, segundo Carnoy (1990), esta é apenas uma das formas com as quais Gramsci analisa o Estado e seu papel na manutenção da hegemonia da classe dominante. Em *Cadernos do Cárcere*, Gramsci oferece outras várias definições de hegemonia e do lugar que o Estado nela ocupa.

De acordo com Anderson lembrado por Carnoy (1990, p.99), pode-se destacar pelo menos outras três definições:

- na primeira observa-se a oposição entre Estado e sociedade civil, onde a hegemonia diz respeito à sociedade civil e a dominação ao Estado, ou seja, “a classe dominante conquista o consentimento para sua dominação social através da hegemonia na sociedade como um todo, porém exerce a dominação através do controle dos aparelhos coercitivos do Estado”;

- na segunda definição o Estado abrange a sociedade civil, onde a hegemonia não está mais limitada à sociedade civil, mas está presente também no Estado, então “o Estado torna-se um aparelho de hegemonia, abrangendo a sociedade civil, e apenas distingue-se dela pelos aparelhos coercitivos, que pertencem apenas ao Estado”;

- na terceira, o Estado e a sociedade civil são idênticos, não existe mais distinção entre a hegemonia da sociedade civil e da sociedade política, isto é, “o Estado e a sociedade civil estão reunidos em uma unidade maior; o Estado é igual à própria formação social, incluindo os aparelhos governamentais e privados”.

A segunda concepção nos parece a mais adequada para analisar a sociedade capitalista avançada, pois ainda que a hegemonia se expresse tanto na sociedade civil quanto no Estado, os “aparelhos hegemônicos privados” tendem a uma autonomia crescente frente ao Estado.

Nesta segunda concepção de Estado, Gramsci analisa-o como parte fundante da hegemonia da classe dominante, ou seja, é a partir da constituição da burguesia enquanto classe que o Estado é incorporado por ela para garantir seus interesses particulares. Nessa definição “Gramsci considerou o Estado como uma extensão do aparelho hegemônico, como

parte do sistema desenvolvido pela burguesia para perpetuar e expandir seu controle sobre a sociedade no contexto da luta de classes” (CARNOY, 1990, 100).

A concepção gramsciana de Estado está também na carta que o autor escreve a Tatiana Schucht, em 07 de Setembro de 1931, referindo-se ao estudo *muito amplo* que fez sobre os intelectuais:

Eu amplio muito a noção de intelectual, não me limitando à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc.). (GRAMSCI, 1987, p.224)

A hegemonia, que representa o predomínio ideológico das classes dominantes sobre as classes subalternas, em Gramsci, aparece com a noção de contra-hegemonia da sociedade civil, em que “as forças dominantes sofrem a oposição das forças emergentes, dominadas, num processo de luta pelo encaminhamento de uma nova ordem social” (SMIONATTO, 2004, p.42).

É no crescimento da contra-hegemonia que os aparelhos ideológicos do Estado são levados à crise, isto é, a crise de hegemonia, caracterizada por Gramsci como:

Se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, porém, unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isso significa precisamente que as grandes massas se separaram das ideologias tradicionais, que não crêem mais no que criam, etc. A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer. (GRAMSCI *apud* SIMIONATTO, 2004, p.42)

Neste sentido, Gramsci não se limita apenas às relações de produção para explicar a opressão de uma classe sobre outra, ele vai além ao ressaltar o controle da consciência como um instrumento de dominação tão eficaz quanto o controle das forças de produção.

Portanto, o Estado como instrumento de dominação a serviço da classe burguesa também é o responsável pela disseminação, através de seus aparelhos ideológicos, do senso

comum (enquanto ideologia própria da classe dominante absorvida e refletida espontaneamente pelas classes subalternas), tornando-se este um empecilho para o processo de transição da consciência ingênua à consciência crítica entre as camadas populares⁴¹.

A transição do Estado econômico ao Estado integral proposto por Gramsci passa “pelas formas de exercício da hegemonia, pela formação de uma nova consciência e pela perspectiva de ‘extinção e dissolução do Estado na sociedade regulada’” (GRAMSCI *apud* SIMIONATTO, 2004, p.71). Esta passagem do Estado econômico-corporativo ao Estado integral quase não difere da transição do capitalismo ao comunismo proposta por Marx.

Diante das pressões sociais e ideológicas marxistas sofridas – através da ameaça comunista em escala mundial (após a Revolução Russa de 1917) – e posteriormente em decorrência da Grande Depressão de 1929, observou-se a derrocada do Estado Liberal e a ascensão do Estado de Bem-Estar Social, buscando superar a contradição entre a igualdade política e a desigualdade social. Porém, um Estado intervencionista não pareceu nada rentável para os ideólogos da economia capitalista, que tratam de ressuscitar o Estado Liberal com uma “nova” roupagem, a do neoliberalismo, como pode ser observado no item a seguir.

3.1.2 O Estado de Bem-Estar Social e o advento do Estado Neoliberal: uma definição a partir das idéias de Keynes e Hayek

Após a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, o mundo contemporâneo passou a vivenciar uma crise de escalas impressionantes que abalaram as estruturas da economia capitalista, colocando em cheque a fortaleza do sistema do livre mercado. Como reflexo do cenário de crise – que se estendeu pela década de 1930⁴² – as idéias de John Maynard Keynes destacaram-se no debate mundial evidenciando a consequência de maior relevo da crise: o considerável aumento das taxas de desemprego.

Keynes tratou de explicar as causas do desemprego involuntário e formulou uma nova teoria da demanda agregada, estando esta vinculada ao nível de emprego e da renda dos consumidores, assim como, ao efeito multiplicador dos novos investimentos. Naquela teoria,

⁴¹ Para melhor entender este processo, ler: GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

⁴² A crise de 1929, causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como na produção industrial, e nos preços das ações.

à medida que a demanda agregada diminui, diminui também a possibilidade de novos investimentos por parte das empresas.

Keynes em seu livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, explica que:

A propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e é este que, certamente, determina o nível de salários reais – não o inverso. Se a propensão a consumir e o montante de novos investimentos resultam em uma insuficiência da demanda efetiva, o nível real do emprego se reduzirá até ficar abaixo da oferta da mão-de-obra potencialmente disponível ao salário real em vigor, e o salário real de equilíbrio será superior à desutilidade marginal do nível de emprego de equilíbrio. (1985, p. 33)

Com isto, Keynes, remete toda sua atenção aos consumidores, que na época tinham seu poder de compra deficitário e é neste sentido que propõe uma maior intervenção do Estado na geração e canalização dos investimentos, através do controle dos meios de pagamento e da taxa de juros. Assim sendo, o keynesianismo defende o que clássicos da economia política liberal, como Adam Smith, condenavam, ou seja, o intervencionismo estatal nas questões econômicas.

Por outro lado, no Capítulo *Notas Finais Sobre a Filosofia Social a que Poderia Levar a Teoria Geral*, Keynes (1985, p. 256) esclarece:

As implicações da teoria exposta nas páginas precedentes são, a outros respeito, razoavelmente conservadoras. Embora essa teoria indique ser de importância vital o estabelecimento de certos controles sobre atividades que hoje são confiadas, em sua maioria, à iniciativa privada, há muitas outras áreas que permanecem sem interferência. O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas. Por outro lado, parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada.

As idéias de um Estado intervencionista deram suporte teórico e possibilidade econômica para realização do Modelo de Estado de Bem-Estar Social, que combinava a doutrina keynesiana com o modelo fordista de produção. Singer aponta que:

As prescrições de Keynes para arrancar uma economia nacional de uma depressão não encontraram aplicação (...) no primeiro quarto do século após II Guerra Mundial. A ampla presença do Estado como regulador e como empresário, na economia foi herança da luta contra a depressão, nos anos 30, e do planejamento bélico, na primeira metade dos anos 40. Entre 1945 e 1970, tornou-se de praxe políticas de apoio ao investimento, e de busca por bem estar social, como por exemplo, crédito abundante a juros baixos, subsídios e fomento público de certas atividades. (1987, p. 56)

Assim, a consolidação do Estado de Bem-Estar Social só ocorrerá concomitantemente à efetivação da política econômica keynesiana – um suporte estatal à acumulação de capital. Aquele modelo representa uma proposta institucional de Estado, que objetivou implementar e financiar programas e planos de ação destinados à superação da crise econômica. Em consequência, promoveu os interesses sociais e coletivos dos membros de uma determinada sociedade, tendo como objeto de ação a “maximização do bem-estar material na busca de liquidez monetária”(BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 46). Logo, o período de 1945 a 1960, acompanhou uma “generalização das políticas sociais compondo o rol de medidas anticíclicas do período, com objetivo de gerar emprego e reativar o consumo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 46).

Um dos primeiros países a adotar aquele modelo foi a Alemanha, com a ascensão de Adolf Hitler, em 1933, e posteriormente os Estados Unidos da América através do plano de governo conhecido como New Deal⁴³. O modelo de Estado de Bem-Estar Social foi adotado restritamente nos países desenvolvidos Europeus e da América do Norte, os demais países não reuniram condições suficientes para viabilizá-lo. Este modelo assumiu vários formatos em razão primordialmente das distintas realidades nacionais. Conforme Singer:

Ao longo do período de 1945 – 1970, o setor público cresceu na maioria dos países capitalistas, em termos absolutos e relativos. Isso se deu, em parte, pela necessidade dos governos controlarem os serviços de infra-estrutura (energia, transporte, comunicações) e de outros setores básicos, no intuito de planejar o desenvolvimento econômico. E, em parte, ocorreu também em resposta a demanda das classes trabalhadoras. (1987, p. 55)

⁴³ Segundo Fusfeld (2001), o plano elaborado e executado no governo do Presidente Franklin Delano Roosevelt salientava cinco tipos de intervenção direta em assuntos econômicos: 1º) era de responsabilidade do governo tentar manter níveis altos de emprego; 2º) a legislação estabelecendo a negociação como meio de acomodar as disputas entre mão-de-obra e gerência; 3º) intervenção nos assuntos econômicos envolvendo a relação entre governo e empresas; 4º) referente ao planejamento regional do uso da terra; 5º) tentativas de proteger as pessoas dos azares da vida na economia de mercado.

A partir da década de 1970, o keynesianismo vai perdendo importância no contexto mundial, visto que não oferecia subsídios suficientes para suportar as contradições próprias do capitalismo. Neste sentido, o keynesianismo vai mostrar-se insuficiente para conter os altos índices de inflação observados nos países que a ele aderiram, pois a intervenção do Estado a fim de aumentar os recursos para investimentos resultou em demasiados gastos públicos.

Neste período puderam-se observar inúmeros fatores político-econômicos que contribuíram para a substituição do modelo keynesiano. Entre eles estão: a ruptura do acordo de Bretton Woods (1971), a crise do petróleo, a alta da inflação, a perda de consumo, entre outros fatores que geraram a recessão de 1973.

No transcorrer da década de 1980, com a internacionalização da economia, inicia-se uma série de discussões acerca do papel econômico do Estado, cujo objetivo seria iniciar um processo de reformas que estabelecessem uma nova regulação da economia. Estas reformas, de cunho liberal, eclodiram posteriormente no neoliberalismo econômico.

Deflagrando-se a incapacidade do keynesianismo em responder aos novos valores predominantes nas sociedades globais, crescem no cenário mundial os argumentos neoliberais de que as prerrogativas do Welfare State:

ferem a ética do trabalho, desestimulando-o; eliminam o espírito do capitalismo: concorrência e risco – “igualdade perniciosa” – diminuindo grau de competitividade da mão de obra; família sustentada pelo estado torna o trabalho opcional e cria o “welfare culture”; gerando um círculo vicioso de intervenção social exagerada que leva ao autoritarismo = cidadania dependente do Estado. (DRAIBE, 2006, p. 18)

Então, visualizadas as insuficiências do modelo “fordista-keynesiano”⁴⁴, abre-se espaço às idéias neoliberais protagonizadas por pensadores como Friedrich Hayek e Milton Friedman.

⁴⁴ Expressão utilizada por David Harvey (1993) no livro *Condição Pós-moderna* para caracterizar o Welfare State como aquele que combinava a doutrina Keynesiana com o modelo fordista de produção.

O livro *O Caminho da Servidão* de Hayek (1990) “trata de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado” (ANDERSON, 1995, p.09) e torna-se um marco literário do pensamento neoliberal.

A crítica dos neoliberais inicia com um ataque ao Estado de Bem-estar social e chega à condenação do intervencionismo estatal nos assuntos econômicos característico do keynesionismo.

As vitórias eleitorais de Margareth Thatcher (1979) na Inglaterra e Ronald Reagan (1980) nos Estados Unidos marcaram e acabaram por materializar o neoliberalismo, cuja consolidação ideológica dá-se com a queda do socialismo soviético na década de 90.

A dominação política é estabelecida através da criação de instituições com caráter global – a maioria construída ainda no período “fordista-keynesiano”, estendendo-se ao período do modelo neoliberal – como o Banco Mundial (1944), o FMI - Fundo Monetário Internacional (1945), a ONU - Organização das Nações Unidas (1945), e a OMC - Organização Mundial do Comércio (1995).

Os neoliberais – que retomam ideais da doutrina liberal – eram veementemente contra o intervencionismo do Estado nas questões econômicas, pois “argumentam que o novo igualitarismo [...] deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1995, p.10).

O desemprego, por exemplo, que no surgimento das idéias keynesianas era a fonte das preocupações econômicas, é considerado para os neoliberais uma característica natural do sistema capitalista, cuja função principal é estabilizar o preço da mão-de-obra ofertada em um patamar de equilíbrio com a demanda e com a produtividade da força de trabalho. Era necessário que as ações do Estado limitassem-se a “romper o poder dos sindicatos e *manter-se* [grifo nosso] no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p.11).

A partir desse pequeno esboço acerca do caráter do Estado, vê-se que o Welfare State, baseado na teoria keynesiana, não foi pensado com o único propósito de favorecer as massas

populares e tornar o sistema capitalista menos excludente e desigual, mas como também uma estratégia econômica para superar a crise de 1929 e assim manter vivo o próprio sistema.

Por este motivo que quando o modelo de Bem-Estar não mais garante os mesmos benefícios para a reprodução do capital que outrora, e ainda acaba por oportunizar maior espaço reivindicatório para as classes subalternas (fortalecimento do sindicalismo, dos movimentos sociais, dos partidos políticos progressistas) ele é descartado e se consagra um “novo” modelo de livre mercado, o neoliberal.

O Estado neoliberal, mesmo com seus preceitos de não intervenção estatal e naturalização do desemprego, não se limita apenas às funções de enfraquecer os sindicatos e ao controle monetário, sem intervenção econômica. Ele permanece como estrutura sólida da qual a classe dominante necessita para manter-se hegemônica, pois a “‘mão invisível’ do mercado, de Adam Smith, nunca bastou por si mesma para garantir um crescimento estável ao capitalismo, mesmo quando as instituições de apoio funcionam adequadamente” (HARVEY, 1993, p.118).

Vê-se, então, que na nova “roupagem” do capitalismo também “as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas*”(NETTO, 2005, p.25), pois o sistema oligopolista necessita de “um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos” (NETTO, 2005, p.25). O Estado, apesar de ser teoricamente menosprezado pelos neoliberais, vem atuando “como uma almofada amortecedora anticrise” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 116). Portanto, vale dizer que “o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível de suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital” (NETTO, 2005, p.26). Na verdade se observa no “novo” cenário mundial que o “estado mínimo neoliberal é mínimo para a classe trabalhadora e máximo para o grande capital” (CRUZ, 2000, p.212).

Pode-se afirmar que neste cenário, os níveis de desemprego elevam-se consideravelmente, elevando-se também os gastos sociais com seu controle por parte do Estado. Vê-se aí que as medidas adotadas pelo Welfare State, também repudiadas pelos neoliberais, mantêm-se de certa forma presentes, com o intuito de viabilizar o modelo vigente.

Finalmente, todas estas transformações observadas no modelo neoliberal, demarcam uma experiência única na realidade contemporânea. Ou seja, ao conseguir tornar-se hegemônico ideologicamente, pela primeira vez na história do capitalismo colocou-se como única alternativa econômica, política e social, onde a idéia de transformação social foi refutada e o que resta é tentar melhorar aquilo que precisa ser melhorado. É o que nos mostra Lessa quando afirma que “desde a Revolução Francesa, não houve nenhum outro período no qual o capital se tornou tão hegemônico e tão plasmado à vida cotidiana como nos últimos trinta anos. Nunca antes a humanidade se comportou tão hegemonicamente como se não houvesse alternativa” (2001, p.75).

Porém, ainda que dado o capitalismo como um fim em si mesmo, não podemos desconsiderar a premissa marxista de que: “Tudo que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrado é profanado” (MARX; ENGELS, 2000, p.48).

3.1.3 Políticas sociais sob o capitalismo tardio

No item anterior observamos que o Estado no modelo político-econômico capitalista passa por alguns períodos de maior e menor evidência, porém, sua função permanece basicamente a mesma: contribuir efetivamente para o *metabolismo social do capital*. Isto se observa mais ainda com a crise mundial que se desencadeou após setembro de 2008.

Concordando com as palavras de Mészáros o capitalismo possui atualmente dois limites absolutos: o primeiro diz respeito aos recursos naturais e o segundo às guerras imperialistas. E ambos têm forte participação do Estado, no primeiro a relação está no fato deste proporcionar, ou melhor, legitimar a ação do capital privado para que explore recursos naturais de forma indiscriminada e no segundo está nas estratégias militaristas para a estabilização econômica⁴⁵.

Mesmo com todas as mudanças ocorridas no capitalismo avançado advindo do neoliberalismo da década de 1970, nos deparamos com o mesmo capitalismo, porém em outra fase. Hoje estamos diante da fase mais perversa do capitalismo, fase na qual o direito

⁴⁵ Aqui tomamos como exemplo a guerra no Iraque que se deu para que os Estados Unidos continuasse a política belicista e expansionista para manter sua hegemonia mundial, porém, com o argumento de impedir a ofensiva terrorista e a possibilidade do Iraque possuir armas de destruição em massa.

fundamental na e para a vida de todo o ser humano, isto é, o trabalho – que não está no seu fim como categoria fundamental da sociedade atual assim como alguns autores defendem –, metamorfoseia-se em precariedade, subcontratação, terceirização e especialização (ANTUNES, 2006).

Com as metamorfoses do mundo do trabalho, fruto da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), revivemos o antigo conceito marxiano de “exército industrial de reserva”, que na verdade jamais desapareceu, mas que agora ganha força, pois o capitalismo inevitavelmente chega numa condição na qual o mercado não consegue absorver o excedente de desempregados que não se enquadram em suas exigências.

Aqui entram em cena as políticas que seriam de responsabilidade do Estado, mas que este, seguindo as recomendações neoliberais de conter os gastos públicos com a diminuição do gasto social, delega-as às instituições do chamado “terceiro setor”, com a única finalidade de conter a massa trabalhadora desempregada e subempregada que está à margem da sociedade do consumo.

As ideias neoliberais protagonizadas por Friedman (1985) e Hayek (1990) disseminam que os gastos públicos com o social, como observado no Welfare State, serviam apenas para aumentar o número de pessoas pedintes, que se acomodam na sua vida de pobreza por receberem subsídios do poder público. O apoio através dos gastos públicos torna as pessoas preguiçosas, sem nenhuma perspectiva de mudança através do trabalho, pois tudo o que precisam é facilmente alcançado através de um vínculo de dependência entre elas e o Estado.

Esta dependência, segundo os neoliberais, acaba prejudicando a democracia, pois a partir do momento que “dá-se o peixe”, cria-se uma relação de troca de favores, onde aquela pessoa que recebeu, acabará por fornecer, em troca, seu apoio político.

Porém, apesar deste repúdio às políticas sociais observadas durante o Estado de Bem-estar Social, os neoliberais reconhecem a necessidade de auxílio aos mais pobres e também aos incapacitados para o desenvolvimento de atividade produtiva. Mas, não por ação direta do Estado, e sim, através de uma mercantilização destas políticas.

A mercantilização dos serviços sociais⁴⁶ se justifica para o pensamento neoliberal, na medida em que, as políticas que asseguram tais serviços são a fonte da preguiça humana e isso acaba interferindo diretamente no *metabolismo do capital*. Nesta perspectiva, estas pessoas que poderiam estar exercendo atividade econômica acabam, por comodismo, não as exercendo, pois recebem, sem maiores esforços, aquilo que poderiam conseguir com seu próprio trabalho através de um emprego.

Para os neoliberais, portanto, os serviços sociais através de políticas sociais devem estar no âmbito do mercado e não mais do Estado como ocorria no Welfare State. O Estado no neoliberalismo, como anteriormente mencionado, serve apenas para intervir em último momento, isto é, intervir somente junto àqueles que comprovadamente não tenham nenhuma condição de prover sua subsistência por meios próprios.

Neste sentido, a intervenção estatal na lógica neoliberal passa pela seletividade e comprovação da pobreza (os famosos “atestados de pobreza” que por muito tempo foram fornecidos por Assistentes Sociais, mesmo com a indicação de que a acessibilidade às políticas sociais é garantia de direitos sociais e, portanto, não é necessária a comprovação da pobreza de ninguém quando se visa acessar àqueles direitos), e, além disso, as políticas devem ter características de atendimento insuficiente da renda, para que induzam às pessoas a seguirem exercendo atividade produtiva ainda que informal e não percam a motivação pelo trabalho.

Concordando com a análise feita por Stein (2008) existe uma clara opção dos países pelos instrumentos de focalização ao invés da universalização. Isto porque o argumento está centrado no fato de que a focalização através da seletividade possibilita alcançar as pessoas que tem necessidades econômicas e sociais. Porém, este tipo de seletividade defendido aqui como equidade se confunde a uma “seletividade injusta, centrada na defesa dos gastos sociais, que exige das políticas sociais, a criação de estratégias de rebaixamento das necessidades

⁴⁶ Ou seja, a compra destes serviços por parte das pessoas que deles necessitam. Se é de saúde, paguem por ela como ocorre no Chile e nos Estados Unidos; se é de educação, pois bem, comprem seus diplomas, como vem ocorrendo no Brasil, que ao defender a idéia de “Universidade para todos”, nos apresenta uma educação cada vez mais precária, com o sucateamento das universidades públicas, forçando-nos a procurar na faculdade-mercadoria a compra do diploma a preços caros. Nos deparamos hoje com a faculdade-enxuta: menos investimentos e, como resultado, profissionais menos capacitados e desmotivados.

humanas à sua expressão emergencial, visando, assim, diminuir as despesas do Estado” (STEIN, 2008, p. 215).

Assim, as políticas sociais no neoliberalismo têm perfil residual com função paliativa para a população empobrecida, são políticas que exigem contrapartidas e subserviências daqueles que nelas estão inseridos àqueles que os inserem, estimulando uma relação de compadrio, assistencialismo e gratidão eterna pela benfeitoria concedida. A política social nesta lógica se metamorfoseia do caráter de direito social para o de benevolência.

Se pensarmos na política social como uma forma paliativa para os pobres, podemos concordar com o argumento neoliberal de que as pessoas tornam-se dependentes desse tipo de prática e que isso acaba de certa forma prejudicando a democracia, à medida que estabelece uma relação de compadrio entre as partes. Porém, não é dessa forma que as políticas sociais devem ser vistas. Elas devem ser uma via de acesso aos direitos sociais assegurados pelo Estado.

As políticas sociais devem ultrapassar o caráter que lhe foi dado pelo capitalismo sob sua versão madura. Elas necessitam, além de ser pensadas, também ser postas em prática como facilitadoras do acesso da população empobrecida aquilo que é seu por direito e não por benemerência.

As políticas devem ser observadas como um canal de acesso aos direitos sociais, e com isto, devem oportunizar em seu formato a construção de espaços onde a discussão e debate coletivos possam criar condições para que o senso comum seja questionado e novas estratégias de enfrentamento do capital possam ser travadas por aqueles que, de fato, sofrem na pele as mazelas do sistema.

A partir da análise marxista de que o trabalho é a atividade essencial para a dignidade humana e de que os homens trabalhadores devem ser livres e autônomos para que a emancipação torne-se uma realidade, consideramos que esta liberdade e esta autonomia – que só poderão ser contempladas numa sociedade diferente da nossa (caracterizada por Marx como comunismo) – podem sim, ser hoje concepções que devem integrar as políticas sociais se a intenção é ultrapassar as características assistencialistas das ações sociais defendidas no capitalismo avançado.

No decorrer deste trabalho pretende-se observar justamente até que ponto uma política, hoje governamental, o *Programa Fome Zero*, através de seus eixos articuladores como o PAA e a Economia Solidária, pode vir a ser uma estratégia com viés emancipatório (na concepção marxiana) para a população trabalhadora.

3.2 No Brasil: Estado e política social

3.2.1 O contra-senso brasileiro: compensação *versus* emancipação

Para nascer um novo Brasil, humano, solidário, democrático, é fundamental que uma nova cultura se estabeleça, que uma nova economia se implante e que um novo poder expresse a sociedade democrática e a democracia no Estado.

Betinho (1993)⁴⁷

A sociedade brasileira teve sua história econômica, política e social voltada para beneficiar o capital estrangeiro, tanto no período do capitalismo mercantilista, durante a colonização, quanto no capitalismo industrial, quando no Governo Vargas inicia-se o período de industrialização do país que se estende pelo Governo de Juscelino Kubitschek até chegar no Regime Militar⁴⁸. Isto sempre com o apoio imprescindível das oligarquias nacionais que potencializaram a relação de dependência econômica do Brasil com os países desenvolvidos.

Singer chama essa relação de *dependência consentida*, ou seja, as oligarquias nacionais consentem a exploração do capital estrangeiro em território nacional desde que seus interesses particulares sejam garantidos.

Singer (*apud* CHAUI, 2001, p. 34) afirma que:

Depois que a América Latina se tornou independente, os donos das terras, das minas, do gado, etc. tornaram-se, em cada país, a classe dominante,

⁴⁷ Informação retirada do site *Fala Brasil!*, disponível em <www.brazil-brasil.com/index.php?option=content&task=view&id=257> Acesso em: 08 Mai 2008.

⁴⁸ O Plano de Metas e “Milagre Econômico” do Governo JK e do Regime Militar (1964-1985), respectivamente priorizaram “a abertura da economia do país para o investimento externo, bem como para o processo acelerado de industrialização” (COUTO, 2004, p. 110).

tendo ao seu lado uma elite de comerciantes e financistas que superintendia os canais que ligavam atividades agrícolas e/ou extrativas. A nova classe dominante via na dependência de seus países dos países capitalistas adiantados [...] o elo que os ligava à civilização, da qual se acreditavam os únicos e autênticos representantes [...]. Assim, é justo apelidar esta situação que se criou com a independência e que durou, em geral, até a Primeira Guerra Mundial de dependência consentida. Ela se caracteriza pela ausência de qualquer dinâmica interna capaz de impulsionar o desenvolvimento. [...] Sob a forma do capital público ou privado, o desenvolvimento da infraestrutura de serviços dependia diretamente do que cada região conseguia colocar no mercado mundial.

Esta mesma situação é retomada na “democracia restrita” de Fernandes (1975) quando ele faz uma análise da transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil. Fernandes observa que esta transição não foi protagonizada por uma burguesia nacionalista e democrática, voltada à construção de um desenvolvimento interno autônomo. Ao invés disso, ela foi restrita à classe dominante que acaba por universalizar seus interesses de classe a toda população brasileira, com forte apoio do Estado e dos organismos estrangeiros dominantes.

Mesmo com a promulgação da Constituição de 1988 – que deixou a cargo do Estado a responsabilidade de garantir os direitos sociais – as políticas sociais públicas que se apresentaram mantiveram-se sob a lógica do assistencialismo, paternalismo e clientelismo, com ações pontuais e fragmentadas.

A *dependência consentida* contribuiu significativamente para a realidade atual do país. Realidade esta onde, lembrando Pochmann e Amorim (2004), são observadas ilhas de inclusão num mar de exclusão.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na realidade brasileira atual

a média de renda dos 10% mais ricos é de R\$9.280,00 enquanto a dos 50% mais pobres, R\$76,00, uma diferença de 122 vezes. Em 2003, 1% dos brasileiros mais ricos, cerca de 1,7 milhão de pessoas, se apropria de valor correspondente à soma dos rendimentos semelhante a 50% da população mais pobre, 87 milhões de pessoas. (CAMPOS, 2006, p.36)

E ainda assim, em 2007, o país entra para o rol dos países considerados de elevado desenvolvimento humano possuindo um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)⁴⁹ de 0,800 e ficando na 70ª posição, num total de 177 países avaliados⁵⁰. Na edição de 2009, dos 182 países e territórios avaliados, o Brasil ficou na 75ª posição com um IDH de 0,813⁵¹.

Esta dicotomia dá ênfase às críticas de especialistas referentes ao IDH, colocando que este se baseia apenas em três indicadores (longevidade, educação e PIB per capita) e que sua utilização indiscriminada para a medição da qualidade de vida, torná-o meramente um instrumento de classificação dos países, cujas recomendações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) quanto a efetivação de políticas sociais “no logra diferenciarse cualitativamente del esquema asistencialista e inmediateista” e *mais*, “mientras la política social mantenga su caracterización de intervención externa a la economía, los cambios de sentido (de la mera contención al desarrollo del capital humano) serán más discursivos que reales” (CORAGGIO, 1999, p.92).

Esta medição realizada pelo IDH parece ser apenas uma forma de padronizar os países para que as políticas sociais elaboradas a partir dos dados fornecidos por aquele, permaneçam de acordo com a prerrogativa neoliberal de políticas que não ultrapassem a condição de assistencialismo, paternalismo, mantendo seu caráter focalizador e imediatista.

De acordo com o *Atlas da Exclusão Social no Brasil* esta realidade de exclusão/inclusão vivenciada no país, agravada com o advento neoliberal, é parte integrante do capitalismo, visto que a exclusão é tida “como um processo combinado e desigual simultâneo à inclusão [...] o desenvolvimento de um país pode gerar condições de inclusão em paralelo às de exclusão” (POCHMANN; AMORIM, 2004, p. 09-10).

⁴⁹ Até 1990, a dimensão econômica do desenvolvimento era medida apenas através do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, porém como forma de abarcar também seu caráter social, cultural e político, foi idealizado pelo economista Mahbud ul Haq com a colaboração de Amartya Sen e criado pelas Nações Unidas o IDH, oportunizando medir a qualidade de vida das pessoas.

⁵⁰ Informação retirada do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Disponível no site: www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_complete.pdf

⁵¹ Informação disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3324&lay=pde

Por isso é natural que “ao longo do território do quinto maior país do mundo, haja alguns ‘acampamentos’ de inclusão social em meio a uma ampla ‘selva’ de exclusão que se estende por todo o território brasileiro” (POCHMANN; AMORIM, 2004, p. 21).

Mas o que fazer com este mar de excluídos do sistema produtivo e conseqüentemente do acesso à bens e serviços básicos? Investir em políticas social é o que temos para o momento.

As políticas sociais brasileiras se caracterizam por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos. Resquícios disso podem ser observados em toda história brasileira, mas que vem se aguçando nos últimos vinte anos.

No governo de José Sarney o social deu um salto de qualidade com a aprovação da conhecida Constituição Cidadã, em 1988, na qual reivindicações históricas da classe trabalhadora organizada foram instituídas.

Porém, um ano após a instituição da Constituição de 1988, entra em cena o decálogo do Consenso de Washington que surge com intuito de reestruturar a economia da América Latina.

Entre as dez medidas “recomendadas” no Consenso, está a redução dos gastos públicos⁵², focalizando-os na educação, saúde e infra-estrutura, tornando o Estado coadjuvante no campo das políticas sociais, deixando-as a cargo da sociedade civil (Terceiro Setor, instituições filantrópicas, etc.).

O que a princípio eram apenas recomendações, tornam-se requisitos básicos das agências internacionais para conceder crédito aos países em desenvolvimento. O FMI, por exemplo, só concede empréstimos àqueles países que cumprem com o decálogo.

⁵² Esta recomendação de redução dos gastos públicos é um dos preceitos neoliberais que são contra “o novo igualitarismo deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, e que destruiu a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1995, p.10).

Apesar da garantia dos direitos sociais observados na Constituição de 1988, estes são praticamente esquecidos após o Consenso de Washington e os governos que sucedem a Constituição Cidadã pouco ou nada fazem referente ao fomento de políticas sociais que materializem aqueles direitos.

Após a Constituição de 1988 passaram pela Presidência da República Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC), que não fizeram outra coisa senão criar estratégias voltadas para o crescimento econômico contemplando os interesses das oligarquias nacionais em articulação com o capital estrangeiro.

Nem mesmo o atual governo, dito comprometido com as classes populares, conseguiu romper com a ideia de que é necessário esperar o bolo crescer para depois dividi-lo entre todos. Ideia esta que condizia com a política do “milagre econômico brasileiro” expressa pelo economista Delfim Neto durante a Ditadura Militar.

Como se sabe, “o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente [...] para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (VEIGA, 2006, p. 13).

Seguindo as palavras de Celso Furtado:

o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. (...) quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (*apud* VEIGA, 2006, p. 82)

Ao contrário do que defendem nossos governantes, o caminho para uma vida melhor para todos não se restringe ao incentivo do crescimento, mas sim na capacidade de criar estratégias para o desenvolvimento. Desenvolvimento este que exige a remoção das “principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos, etc.” (SEN, 2000, p. 18).

Segundo Sposati “as políticas sociais brasileira têm conformado a prática gestonária do Estado, nas condições de reprodução da força de trabalho, como favorecedoras, ao mesmo tempo, da acumulação da riqueza e da acumulação da miséria social” (*apud* YAZBEK, 2006, p. 38).

No âmbito do capitalismo, o Estado tem um caráter dúbio onde, ao assumir o papel de regulador e fiador das relações sociais, intervêm tanto para a viabilização do processo acumulativo quanto na reposição das classes populares, fazendo-lhes concessões que não ultrapassam o caráter meramente emergencial.

O Estado brasileiro é servo de uma oligarquia nacional e internacional proporcionando-lhe maiores privilégios através da operacionalização de seu modelo de desenvolvimento, cujas políticas propostas são focalizadas nas áreas que legitimam esta condição. E a maioria dos movimentos sociais, que durante a década 80 eram responsáveis pelo fomento de atividades reivindicatórias, exigindo do Estado medidas em prol da população em geral e não apenas de uma pequena parcela, hoje grande parte deles transformou-se no conhecido “terceiro setor” subjugado à lógica do privado, sem mais reivindicar junto ao público soluções a cerca da miséria, desemprego e exclusão.

Esta “matriz conservadora e oligárquica, e sua forma de relações sociais atravessadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo, emoldura politicamente a história econômica e social do país, penetrando também na política social brasileira” (YAZBEK, 2006, p. 41).

Seguindo nessa mesma lógica “o favor atravessou o conjunto da existência nacional nas relações entre os homens livres: ‘o favor torna-se a nossa mediação quase universal” (IAMAMOTO, 2008, p. 33).

Como vimos no início deste trabalho, o governo Lula, através dos eixos articuladores do *Programa Fome Zero*, lança estratégias com o intuito de romper com o perfil das políticas sociais até o momento observadas no país.

Porém, o PAA tal como hoje se apresenta apesar de possuir lacunas gritantes e, em seu formato original, não se fechar a práticas meramente assistencialistas, ainda necessita avançar no processo emancipatório.

Mas, afinal, que processo emancipatório é esse? A que tipo de emancipação pretende-se chegar?

3.3 Emancipação humana: uma análise marxista

Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.

Karl Marx

Retomando a concepção marxista de Estado, este surge da necessidade de conter o antagonismo de classe e conseqüentemente acaba por privilegiar os interesses da classe economicamente dominante. Ou seja, pelo Estado, esta “se torna classe politicamente dominante e adquire assim novos meios de oprimir e explorar a classe dominada” (LÊNIN, 1987, p.16). Marx descreve-o como um organismo de dominação de classe, produto de contradições de classes inconciliáveis.

Este Estado que Marx caracteriza é o Estado em sua função histórica real, ou seja, para ele existe uma significativa diferença entre o que ideologicamente o Estado é, e a forma na qual ele de fato se materializa.

Ideologicamente, o Estado liberal está acima do antagonismo de classe, cujo poder está acima da sociedade, visando manter a ordem e moderando os conflitos gerados por aquele antagonismo. Segundo Carnoy (1990, p. 23) a teoria do Estado Liberal é “baseada nos direitos individuais e na ação do Estado de acordo com o ‘bem comum’ a fim de controlar as paixões dos homens, possibilitando que seus interesses se sobreponham a essas paixões”. O Estado assume uma postura “neutra” e, portanto não é organismo de dominação de uma classe por outra. Por isto, “ele não pode ser agente de exclusão [...] o estado liberal é agente por excelência da inclusão, nutri-se da inclusão” (OLIVEIRA, 2004, p. 63-4).

Exemplo disso foi a construção do Estado social, o famoso Estado de Bem-Estar Social anteriormente mencionado, cuja noção de universalização da cidadania possibilitou ao capitalismo uma alternativa de inclusão social daqueles que ironicamente foram *desfiliados* (CASTEL, 1997) pelo próprio sistema. Porém, esta inclusão não passa de uma *inclusão*

subordinada que é parte constitutiva do capitalismo, isto é, “a exclusão e inclusão subordinada são duas faces da mesma medalha, ou melhor, da mesma moeda” (OLIVEIRA, 2004, p.97).

Ao mesmo tempo em que parcelas da população são incluídas no trabalho, vê-se um mar de trabalhadores desempregados que compõem o *exército industrial de reserva*. Ao mesmo tempo em que o próprio trabalho é visto como uma possibilidade de inclusão e conseqüentemente superação da exclusão, ele, da mesma forma exclui, “não porque é desigual a divisão dos frutos da produção social, mas porque ao trabalhador são excluídas todas as demais possibilidades de efetivação de um processo de desenvolvimento omnilateral” (OLIVEIRA, 2004, p. 73).

A partir desta colocação observa-se que exclusão e inclusão caminham juntas no capitalismo. É ele que cria a exclusão a partir da instituição de seu modo de produção e acumulação do capital, mantendo incluídas as classes dominantes, e, quando lhe “aperta o sapato”, fazendo concessões às classes dominadas oportunizando-lhes uma maior participação na renda e na riqueza produzidas. Por esse motivo a exclusão não pode ser defendida como um novo fenômeno da sociedade atual (através da flexibilização e precarização do trabalho), ela passou a existir no momento em que a burguesia enquanto classe dominante estabelece um novo regime e o reconhece como “a expressão oficial de seu poder exclusivo e a consagração política de seus interesses particulares” (MARX, 2003, p.124).

Se exclusão e inclusão são equivalentes na sociedade capitalista, então qual o caminho a seguir se não se tem mais como horizonte a inclusão na luta contra a exclusão?

Na análise de Oliveira (2004), baseado na teoria marxiana, colocar a inclusão como horizonte da exclusão nada mais é do que a negação imediata: a negação da negação vai além, ela “precisa ser construída como alternativa teórico-prática capaz de compreender e superar a exclusão e a inclusão” (2004, p. 145).

A negação da negação é a superação dialética da exclusão/inclusão. Então, “será a luta pelo reconhecimento, e não pela inclusão, o caminho desta construção” (OLIVEIRA, 2004, p. 156). Aqui, o caminho que se deve percorrer para a superação da exclusão não deve ser

baseado na busca pela inclusão social, mas, considerando que exclusão e inclusão se equivalem, o oposto de exclusão é a emancipação humana.

3.3.1 Capitalismo e Emancipação

O capitalismo é um modo de produção baseado na geração de mais-valia. Para possibilitar a sua reprodução é necessário estabelecer duas condições: a propriedade dos meios de produção e a livre força de trabalho assalariada. Por sua vez, para que isso ocorra é necessária a mercantilização da força de trabalho que, “livre” no mercado, pode ser comprada pelo dono do capital.

A liberdade de vender a força de trabalho como mercadoria é condição *sine qua non* para o funcionamento do capitalismo, já que temos “trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte dos meios de produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles” (MARX *apud* IASI, 2007, p.55).

Aparentemente o trabalhador proprietário de sua força de trabalho é livre para vendê-la igualando-se aos demais proprietários dos meios de produção que também são livres para comprá-la. A ideia de serem todos proprietários possibilita aceitar estas relações como naturais. Visto desta forma não há objeções, já que o fato de todos serem proprietários os torna iguais na sociedade do capital. Porém, nisto vê-se um falseamento da realidade, pois a lógica do capital não permite que os homens sejam efetivamente livres, iguais e proprietários, permanecendo estas características apenas no seu aspecto formal, jamais assumindo uma dimensão social.

Esta ideia de liberdade e igualdade mascara o verdadeiro sentido do capital, ou seja, os proprietários dos meios de produção acumulam a mais-valia, enquanto que os proprietários da força de trabalho produtores da mais-valia são considerados nada mais do que meras mercadorias.

Aos proprietários dos meios de produção lhes é dado o direito de exploração da mão-de-obra operária, pois “ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor,

o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada” (MARX, 1986, p. 163).

Então, a exploração da mão-de-obra segue a lógica do capital e o fato, por exemplo, de um trabalhador cumprir 12 horas diárias de trabalho, quando na verdade necessitaria de apenas 6 horas para pagar por seu salário, torna-se aceitável visto que ambos – proprietário dos meios de produção e proprietário da força de trabalho – estão cumprindo eficazmente seus papéis perante a sociedade.

Esta permissividade que sustenta a sociedade do capital, imposta pela classe no poder e legitimada ideologicamente, representa uma forma definitiva de sociabilidade como tratam de afirmar os ideólogos do nosso tempo? Ou pode ser efetivamente superada como afirmava Marx em seus escritos?

Para tentar responder a tais indagações, nada mais sensato que recorrer ao que o próprio Marx deixou como ferramenta para uma possível superação da ordem vigente, retomando seu conceito de emancipação humana.

Marx (2005) em *A Questão Judaica* faz uma crítica a Bruno Bauer e sua concepção de emancipação política, colocando esta como apenas uma revolução parcial e não como uma revolução radical cuja síntese seria, então, a emancipação humana.

Bauer analisa o problema judeu pela ótica da religião e de sua relação com o cristianismo, bem como a relação de ambos com o Estado Cristão, simplificando o problema a uma questão teológica e não explorando a questão judaica numa crítica social como o fez Marx.

Bruno Bauer criticava os judeus alemães, pois estes aspiravam emancipar-se da opressão de um Estado Cristão, porém, segundo ele, como queriam estes se emancipar se sequer o povo alemão havia atingido sua emancipação política. Ou seja, para Bauer a posição dos judeus era egoísta, porque na verdade a emancipação de uma religião não deveria ser um fim em si mesma quando um povo não estava politicamente emancipado, como o caso do povo alemão.

“Enquanto o Estado permanecer cristão e o judeu, judeu, ambos serão igualmente incapazes: um de outorgar a emancipação, o outro de recebê-la” (BAUER *apud* MARX, 2005, p. 12). Na visão de Bauer a emancipação do judeu só seria alcançada quando o Estado renunciasse a sua religião de Estado, o judeu ao judaísmo e o cristão ao cristianismo, ou melhor, ele exige que “o judeu abandone o judaísmo e que o homem em geral abandone a religião, para ser emancipado como cidadão” (BAUER *apud* MARX, 2005, p. 15). Assim, Bauer dirige sua crítica não ao Estado em geral, mas sim ao Estado Cristão (teológico) onde, resolvendo-se o problema da religião, isto é, o Estado realizando sua emancipação política da religião, resolveria também a questão judaica e, portanto, os indivíduos estariam livres do constrangimento de uma religião oficial e poderiam assumir em igualdade seus deveres e direitos como cidadãos.

Porém Marx (2005) se contrapõe à visão idealista de Bauer, afirmando, através de exemplos de Estados como os da Alemanha, França e os “Estados livres da América”, que o Estado mesmo deixando seu caráter teológico não superaria sua condição de mediador das relações de dominação existente na sociedade.

Marx a partir da análise de Bauer citava a Alemanha como ainda tendo um Estado Cristão, a França como um Estado onde havia uma *insuficiência da emancipação política*, pois ainda se mantinha uma religião da maioria e os “Estados livres da América” como o Estado onde não existia uma religião oficial de Estado e também não uma religião declarada como da maioria, portanto, era a partir desse último Estado, onde a emancipação política se dava em sua plenitude que o limite de tal emancipação deveria ser buscado.

Ao analisar o Estados Unidos da América e a plenitude com que se dá a emancipação política neste, Marx chega à conclusão – constatando que “nos Estados Unidos não se acredita que um homem sem religião possa ser um homem honesto” (2005, p. 17) – de que até num país de emancipação política acabada, observa-se a presença da religião e, isto prova que esta não se opõe a perfeição da função do Estado.

Aqui está o que Marx vê como um limite da emancipação política, pois “o Estado pode livrar-se de um limite [no caso a religião] sem que o homem dele se liberte realmente, no fato de que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre” (2005, p. 19).

Isto demonstra que mesmo num Estado ateu, o homem segue preso às amarras da religião, enquanto indivíduo privado, “porque só se reconhece a si mesmo mediante um subterfúgio, através de um meio. A religião é o reconhecimento do homem através de um mediador. O Estado é o mediador entre o homem e sua liberdade” (MARX, 2005, p. 19-20). Por fim: a mercadoria e o capital estão como mediadores entre o mundo e as relações humanas.

Vemos, que com a emancipação política o homem apenas troca uma mediação (a religião) por outra (o Estado), mas permanece a relação alienante dos seres humanos consigo mesmos, o que obstaculiza-os a tornarem-se sujeitos de sua própria história.

Então, para Marx não basta indagar quem seria emancipado, mas a que tipo de emancipação se almeja; ou ainda, utilizando suas próprias palavras: “não se trata de investigar, apenas, quem há de emancipar e quem deve ser emancipado. A crítica tem que indagar-se, além disso, outra coisa: *de que espécie de emancipação se trata*” (2005, p. 15).

Ao invés de legitimar a afirmação de Bauer de que o judeu só poderá emancipar-se politicamente quando o fizer na sua condição de judeu, Marx defende o contrário: “podeis emancipar-vos politicamente sem vos desvincular radical e absolutamente do judaísmo porque a *emancipação política* não implica em *emancipação humana*” (2005, p. 30).

A emancipação política no contexto do Estado Cristão aparece apenas como a *antítese* deste processo, sendo sua *síntese* a emancipação humana, porque para que esta ocorra é necessário não apenas a superação do Estado na sua condição de Cristão, mas sua superação enquanto Estado, ou, em outras palavras, não basta à troca de um Estado por outro, mas sim a sua extinção.

A emancipação humana pensada por Marx passa pela restituição do mundo e das relações humanas pelos próprios seres humanos, exigindo a superação das mediações que se interpõem entre o humano e o mundo. Mas para a superação dessas mediações e para uma possível emancipação humana é necessário um processo de construção da criticidade, considerando a naturalidade (a não-criticidade) com que se estabelecem as relações de subalternidade do homem a algo colocado fora dele.

A efetiva emancipação humana passa, necessariamente, por uma revolução social que transforme radicalmente a forma de sociabilidade hoje observada, melhor dizendo, passa pela transformação material da sociedade, transformação essa que atinja e destrua os alicerces do processo de produção capitalista. Portanto, “o processo de produção só pode desprender-se do véu nebuloso e místico no dia em que for obra de **homens livremente associados**, submetida a seu controle **consciente** e planejado” (MARX *apud* IASI, 2007, p.57).

3.3.2 O processo de consciência crítica: caminhando para a emancipação humana

Quando, na passagem anterior, Marx coloca a necessidade de se ter *homens livremente associados* que dominem de forma consciente e planejada o processo de produção, se subentende que este processo de esclarecimento dos homens não se dá espontaneamente e tampouco faz parte da *natureza e da essência humana* como afirmava Kant (IASI, 2007).

Seguindo uma posição gramsciana:

O elemento “espontaneidade” não é suficiente para a luta revolucionária: ele jamais leva a classe operária a superar os limites da democracia burguesa existente. É necessário o elemento “consciência”, o elemento “ideológico”, ou seja, a compreensão das condições em que se luta, das relações sociais em que o operário vive, etc. (GRAMSCI, 2004, p.293-4)

Reconhecendo que as concepções de mundo não crescem *ex abrupto*⁵³ no cérebro das pessoas, o caminho para a emancipação humana passa necessariamente pelo processo de construção da consciência crítica como será observado a seguir.

3.3.2.1 A formação da consciência

Falar em processo de consciência e não em consciência como algo estanque, pronto, nos remete à teoria marxiana de que a construção da consciência dá-se através de um

⁵³ “As ideias que constituem a concepção de mundo não crescem *ex abrupto*, espontaneamente da estrutura econômica [...] não nascem espontaneamente no cérebro de cada indivíduo [...] a ideologia proletária não pode emergir espontaneamente numa sociedade em que outra ideologia, contrária a do proletariado, é hegemônica” (FRANCO, 1985, p. 123).

movimento dialético que contém saltos e recuos, “em que cada momento traz em si os elementos de sua superação, em que as formas já incluem contradições que, ao amadurecerem, remetem à consciência pra novas formas e contradições” (IASI, 2007, p. 12).

Segundo Marx “a consciência é naturalmente, antes de mais nada, mera conexão limitada com as outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente” (1999, p. 43). Se a consciência dá-se dessa forma, então, ela nada mais é do que a interiorização das relações sociais estabelecidas no decorrer da vida de cada pessoa. Assim, “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1986, p. 25). Ou melhor, “os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. *Portanto* [grifos nossos], não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, 1999, p. 37).

Seguindo a análise realizada por Iasi (2001), a primeira forma de consciência dá-se no núcleo familiar. É na relação que se estabelece ainda na infância entre pais e filhos, na transferência de conhecimento dos pais para seus filhos que estes se apropriam daquilo que lhes é passado. “A consciência é gerada a partir e pelas relações concretas entre os seres humanos, e desses com a natureza, e o processo pelo qual, em nível individual, são capazes de interiorizar relações formando uma representação mental delas” (IASI, 2007, p. 14).

Marx em *O Capital* afirma que

o homem se vê e se reconhece primeiro em seu semelhante [...] Através da relação com o homem Paulo, na condição de seu semelhante, toma o homem Pedro consciência de si mesmo como homem. Passa a considerar Paulo – com pele, cabelos, em sua materialidade paulina – a forma em que se manifesta o gênero humano. (1986, p. 60)

Neste primeiro contato com o mundo lá fora, o ser humano, ainda na infância, adquire sua concepção de mundo de forma limitada, abstraindo apenas uma parte da imensidão que compõe o todo. Isto ocorre, porque neste momento da infância, a visão de mundo não é obtida através da vivência imediata do indivíduo, existe um tipo de *educação bancária* (FREIRE, 1991) cujas ideias assimiladas foram anteriormente sistematizadas por outrem.

A percepção da parte pelo todo torna as relações sociais que se estabelecem neste momento como naturais, como se o que está posto sempre foi assim e sempre será, perdendo-se assim seu caráter histórico.

Neste momento as relações externas acabam se estabelecendo como normas, valores, regras a serem seguidas pelo indivíduo. Este processo inicia-se na infância, mas costuma se estender pelas demais relações que vão se estabelecendo nos outros períodos de sua existência, ou seja, não só a instituição família é responsável por este processo, a escola e o trabalho também o são.

Chauí, ao falar do papel referido à escola e sobre a instrumentalização da cultura, destaca que:

além de reprodutora da ideologia dominante e das relações de classe, está destinada a criar em pouco tempo, a baixo custo e em baixo nível, um exército alfabetizado e letrado de reserva [...] instrumentalização de cultura efetuada pela educação, tanto para reproduzir relações de classe e sistemas ideológicos, quanto para adestrar mão-de-obra para o mercado de trabalho. (1985, p. 57-60)

Neste contexto a escola não é tida como uma forma de escola, mas sim tida como, inquestionavelmente, “a escola”. O indivíduo submete-se passivamente às normas preestabelecidas, recebendo (e é essa a palavra, *receber*) unilateralmente “a educação”.

Esta passagem de Freire explicita bem a relação educador/educandos:

O educador é o que educa; os educandos, os que são educados; o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam; o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos (1991, p.68).

O mesmo ocorre no trabalho, na relação patrão/empregado onde a venda da mão-de-obra pelo empregado e a sua compra pelo capitalista é uma relação “natural” e por isso passivamente aceita mesmo por aqueles que são os mais prejudicados nesta relação, ou seja,

os trabalhadores. Estas normas e valores são (im) postos e interiorizados pelo indivíduo como algo verdadeiro, algo próprio e que, portanto, é por ele refletido e reproduzido nas relações sociais das quais ele estabelece.

Trata-se de um ciclo vicioso, pois o indivíduo que passou por este processo constituirá uma família e também reproduzirá uma concepção de mundo que teoricamente é própria dele. Este falseamento da realidade através de uma visão de mundo externa que é interiorizada pelo indivíduo, esta forma ingênua de conhecimento é chamada por Gramsci (1995) de *senso comum*.

Cabe lembrar que o processo de consciência possui saltos e recuos, ou seja, não é algo inerte, portanto a primeira forma de consciência concebida nas relações familiares pode tanto ser reforçada nas demais relações que se estabelecem em outros espaços de convivência, como podem ser desmistificadas, revertidas também no interior destes espaços. Apesar de que, na maioria das vezes, estas relações posteriores à convivência familiar acabam por reforçar as concepções de mundo que o indivíduo construiu durante sua primeira relação com o mundo exterior.

Neste processo as relações externas interiorizadas e reproduzidas pelo indivíduo podem torná-lo “combatente ou defensor das ideias *dominantes* [grifos nossos] do seu tempo” (FREIRE, 2006, p.72), visto que a história torna-se possibilidade, à medida que não é inerte e pode ser transformada principalmente por aqueles que hoje estão na base da pirâmide social.

Assim sendo, o homem é conseqüentemente impulsionado a defender as ideias dominantes, por que no seu processo de consciência acaba por tomar a parte pelo todo. Nisto a forma inicial de consciência caracterizada como ingênua se expressa como alienação.

3.3.2.2 O problema da alienação

A análise marxiana sobre alienação está baseada na riqueza produzida pelo trabalhador e dele expropriada pelo dono dos meios de produção, ou seja, na propriedade privada e no assalariamento da força de trabalho, ligados ao produto excedente e a produção da mais-valia. Isto porque “alienação torna-se o processo por meio do qual a criação da riqueza pelos operários é deles expropriada e convertida em capital, ou seja, em instrumento da continuada

subjugação daqueles que o criaram, nele exteriorizando sua essência humana” (GORENDER, 1986, p.09).

A alienação para Marx, está centrada no sistema econômico capitalista e é esta alienação econômica que faz com que o homem torne-se um ser separado de sua essência dentro do processo de trabalho.

Esta perspectiva de alienação econômica ultrapassa tanto a visão de Hegel que fala da alienação do espírito (e onde Marx afirma que não há alienação do Espírito, mas dos *homens reais em condições reais*), quanto à visão feuerbachiana de alienação religiosa, colocando que esta é gerada pela alienação econômica. Feuerbach em *A Essência do Cristianismo* “desmascara” a religião colocando que o ser humano tem a necessidade de atribuir a uma entidade superior, a *um ser sobre-humano* o ideal de bondade, justiça e virtude que alguém de carne e osso não poderia proporcionar.

Porém, não basta partir do fato da auto-alienação religiosa reconhecendo a divisão do mundo em terreno e religioso, como faz Feuerbach. É necessário compreender o movimento dialético que permeia esta divisão, ou seja, o *fundamento terreno* deve, em si mesmo, “tanto ser compreendido em sua contradição, como revolucionado praticamente. Assim, por exemplo, uma vez descoberto que a família terrestre é o segredo da sagrada família, é a primeira que deve ser teórica e praticamente aniquilada” (MARX, ENGELS, 1999, p. 13).

Em a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx faz menção à crítica feuerbachiana sobre a religião e destaca o papel da filosofia afirmando que:

a tarefa da história depois que o outro mundo da verdade [o mundo dos Céus] se apagou, é constituir a verdade deste mundo. A imediata tarefa da filosofia, que está a serviço da história, é desmascarar a auto-alienação humana nas suas formas não sagradas, agora que ela foi desmascarada na sua forma sagrada. A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, e a crítica da teologia em crítica da política. (MARX, 2006, p. 46)

Reconhecendo que a religião é o *ópio do povo* e que a alienação religiosa é gerada a partir da alienação econômica, Marx (2006) parte seu estudo sobre o trabalho alienado, da

crítica à economia política⁵⁴, visto que esta formula as leis do trabalho tal como ele se apresenta, porém maquia, esconde seu caráter alienante, colocando-o como consequência e não causa da propriedade privada, desconsiderando o movimento dialético que permeia a questão da propriedade.

A partir da economia política, “o trabalhador desce até ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a penúria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção”. E que “a execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma perda e uma servidão ante o objeto, e a apropriação como alienação” (MARX, 1993, p. 62).

A objetivação do trabalho através das relações sociais que se estabelecem na sociedade capitalista tanto em relação à propriedade privada, quanto a força de trabalho assalariada possibilitam a alienação da atividade humana.

No livro *Os Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Marx (2006) inicia sua análise sobre o trabalho alienado a partir de um fato econômico contemporâneo, ao contrário dos economistas a quem ele critica – que mistificam a realidade, abordando certos temas superficialmente, pressupondo os fatos como já dados ao invés de explicá-los.

O fato econômico do qual Marx se refere, de forma dialética, está centrado nas inversões das atividades que o trabalhador exerce nas relações capitalísticas. Ou seja,

o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torná-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma

⁵⁴ Na obra *Para a Crítica da Economia Política*, na parte chamada *O método da Economia Política*, Marx expõe o caráter a-histórico das explicações que a Economia Política oferece às questões ligadas à propriedade privada, ao capital, à população etc.. A Economia Política aliena ao desprezar que a “população é uma abstração *se não forem consideradas* [grifos nossos] as classes que a compõem. [...] O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada” (1986, p. 14). Assim, as explicações da economia política partem da realidade como ela se apresenta sinteticamente, sem considerar que existem partes que compõem o todo e que essas partes merecem atenção quando se pretende desvelar questões concretas como os fundamentos da divisão do trabalho, da terra etc.

mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (2006, p. 111)

O trabalho alienado possui quatro características distintas entre si, mas que se complementam no processo alienante. Considerando que a alienação não aparece apenas como resultado, mas também em todo o processo de produção, Marx coloca que o ser humano está alienado da natureza (da relação com o produto do seu trabalho), assim como do processo de trabalho como um todo, ou seja, está alienado de si mesmo, da sua espécie e da sua relação com os outros homens.

O ser humano alienado da natureza

A natureza é parte constitutiva do ser humano e vice-versa, ela “é o *corpo inorgânico* do ser humano. Dizer que o ser humano *vive* da natureza significa que a natureza é o corpo dele, com o qual deve se manter em contínuo intercâmbio a fim de não morrer” (MARX, 2006, p.67).

A relação entre homem e natureza não se restringe na mera utilização de seus frutos, do que ela lhe proporciona como ocorre com o animal. O *corpo inorgânico* do indivíduo, no sentido que é trabalhado em Marx, significa a *natureza trabalhada* e a *atividade vital* externalizada de forma consciente.

Então, é no intercâmbio direto com a natureza, com o *mundo sensível exterior*, através do trabalho, que o homem passa a compreendê-la, a transforma e transformando-a transforma a si mesmo enquanto ser histórico. Com o trabalho alienado o homem perde este vínculo e acaba alienando-se da natureza. Esta se torna estranha para o homem que ao não reconhecer o produto de seu próprio trabalho, se coisifica e nisto a natureza se fetichiza.

O ser humano alienado de si mesmo

Neste aspecto o ser humano aliena-se de sua própria atividade produtiva e, considerando que a atividade produtiva realizada pelo homem é o que o humaniza, ele acaba alienado de si mesmo.

“A atividade produtiva é o *mediador* na ‘relação sujeito-objeto’ entre homem e natureza. Um mediador que permite ao homem conduzir um modo humano de existência, assegurando que ele não recaia de volta na natureza, que não se dissolva no ‘objeto’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 79). Se o homem necessita manter uma relação contínua com a natureza para viver, então, “a atividade produtiva é a fonte da consciência, e a ‘consciência alienada’ é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho” (MÉSZÁROS, 2006, p. 70).

O trabalho, na sua função histórica, é tido como a ação própria da vida do ser humano, porém na sociedade do capital, esta relação é alterada, onde o sentido do trabalho para o trabalhador não passa de um meio para prover sua sobrevivência.

Nesta sociedade, o trabalho que deveria ser sinônimo de bem-estar, de realização, por ser imposto, torná-se um fardo na vida do trabalhador, gerando sofrimento. “Por isso, o operário só se sente em si fora do trabalho e fora de si no trabalho [...] o seu trabalho não é, portanto voluntário, mas forçado, trabalho *forçado*” (MARX, 2006, p.114).

A consequência da auto-alienação humana é a regressão do homem a sua vida animal (MARX, 2006), ou seja, ele só se sente livre nas suas funções animais como: beber, comer e procriar, e na sua função produtiva, que se dá através das relações socialmente estabelecidas, ele está preso às condições do capital de compra e venda de sua mão-de-obra.

O homem alienado de sua própria espécie

O trabalho alienado, ao alienar o homem da natureza e de si mesmo, consequentemente também o aliena de sua própria espécie, de seu *ser genérico*⁵⁵. Pois, “como o trabalhador poderia estar numa relação alienada com o produto da sua atividade, se não se alienasse a si mesmo no próprio ato da produção?” (MARX, 2006, p. 114).

Ao contrário do animal, o ser humano desenvolve uma *atividade vital consciente* que se expressa na relação com os demais seres humanos, na coletividade. “O homem é uma

⁵⁵ *Ser genérico* entendido como “um *Gattungswesen* – isto é, um ser que tem consciência da espécie a que pertence, ou, dito de outro modo, um ser cuja essência não coincide diretamente com a sua individualidade” (MÉSZÁROS, 2006, p. 80).

criatura genérica, não só na acepção de que faz objeto seu, prática e teoricamente, a espécie, mas também no sentido de que ele se comporta diante de si mesmo como a espécie presente, viva, como ser universal, e portanto livre” (MARX, 2006, p. 115).

Na relação com sua própria espécie, o homem se distingue do animal, porque toda a atividade exercida por este não passa de uma ação estritamente necessária para sua sobrevivência, enquanto que aquele produz *universalmente*, não só para um único fim, mas exerce livremente sua criatividade sobre o mundo objetivo. O homem produz e reproduz toda a natureza, enquanto que o animal só exerce uma atividade espontânea.

No trabalho alienado esta relação metamorfoseia-se, o homem perde o elo que o une a espécie e sua atividade deixa de ser coletiva e torna-se atividade individual (há a transformação da vida genérica em vida individual), cuja finalidade não passa da necessidade de responder aos seus instintos mais primitivos de sobrevivência que acabam igualando-o ao animal.

Nesta condição tudo é *reificado*, tudo é “coisa”, inclusive o trabalhador que não apenas produz a mercadoria, mas é transformado numa mercadoria. Na lógica capitalística, “as necessidades humanas só podem ser satisfeitas até o limite em que contribuem para a acumulação de riqueza” (MÉSZÁROS, 2006, p. 133)

O homem alienado do homem

O resultado de todo o processo alienante em que o homem se encontra quando exerce seu trabalho dentro dos moldes capitalistas de produção é que, ao estar alienado do produto de seu trabalho e de sua atividade vital consciente e, com isso, de sua espécie, ele também se aliena na sua relação com os outros homens, com a humanidade como um todo.

Todas as formas de alienação, acima mencionadas, que o trabalho convencional proporciona ao ser humano, obviamente irão refletir na relação do homem, hoje alienado, com os demais homens. Então, “na relação do trabalho alienado, cada homem olha os outros homens segundo o padrão e a relação em que ele próprio, como trabalhador, se depara” (MARX, 2006, p. 116). Esta relação legitima o caráter individualista lançado pelo sistema

econômico vigente, rompendo com a sociabilidade que só existe na relação do homem com o próprio homem.

Marx segue sua análise do *homem alienado do próprio homem* questionando que: “se o produto do trabalho me é bizarro e se contrapõe a mim, como poder estranho, a quem pertencerá? Se a minha própria atividade não me diz respeito, se é uma atividade alheia, coagida, a quem pertencerá, então?” (MARX, 2006, p. 118)

Se na divisão do trabalho, na propriedade privada, na troca, enfim, nas características próprias do sistema econômico moderno nenhuma relação estabelecida pelo trabalhador lhe pertence, então, só pode pertencer a outro ser diferente dele, ser este que não é Deus nem o diabo, trata-se de outro homem, porém não o homem-trabalhador e sim o homem-dono dos meios de produção. E Marx (2006, p. 119) aponta que:

No mundo real prático, a auto-alienação só pode revelar-se mediante a relação prática, real, com outros homens. [...] Do mesmo modo como ele [o trabalhador] cria a sua produção como sua desrealização, como a sua punição, e o seu produto como perda, da mesma maneira cria o domínio daquele que não produz sobre a produção e o respectivo produto. (MARX, 2006, p. 119)

Marx parte do fator do trabalho alienado, o esclarece e ainda coloca a propriedade privada como produto e meio desse trabalho e não apenas como causa. E justifica isso da mesma forma que Feuerbach justifica a alienação religiosa, onde os deuses são produto e não a causa dos *absurdos da inteligência humana*.

Recapitulando os aspectos que entravam o caminho para a emancipação, vimos que no processo de consciência, desde as relações que se estabelecem nos vínculos familiares até as estabelecidas no meio escolar e no trabalho, além de outros espaços coletivos, propiciam que o ser humano tenda a defender as ideias dominantes. Vimos também que a consciência ingênua se expressa em alienação do homem nos quatro sentidos: da natureza, de si mesmo, de sua espécie e do próprio homem. Agora será sucintamente observado o papel da ideologia neste contexto, considerando que esta tem na alienação a base para a sua aceitação por parte do ser humano.

3.3.2.3- O papel da ideologia

A explicação do ser humano para os fenômenos que por ele são presenciados apega-se a sua experiência de vida, àquilo que ele viveu efetivamente ou que ouviu falar. O desconhecido é explicado através de parâmetros disponíveis que ele domina. Há uma aproximação do desconhecido com o referencial do qual o homem dispõe. Assim, as explicações para os fenômenos estão ligadas às *condições materiais de produção da existência, as ideias nascem da atividade material*. Porém, estas ideias representam o modo como a realidade para eles aparece na experiência imediata e não a partir de um processo histórico, o que gera uma percepção invertida da realidade, onde as conseqüências são apropriadas, interiorizadas como causa e vice-versa.

A passagem a seguir, retirada de uma pesquisa realizada em 2005 junto às cooperadas de um grupo popular incubado pela INTECOOP/UCPEL pode ilustrar as afirmações feitas acima.

Na questão sobre *desemprego: oportunidade ou falta de vontade* a cooperada A.V.N. afirma:

Eu não acho que tu não teve oportunidade, eu acho que tu não teve foi vontade. Ou tu ficas na miséria eternamente, e a miséria que eu digo é essa situaçãozinha assim: tu vai lá vira faxineiro, de acomoda a esse tipo de vida, ganhando pouquinho, vivendo com pouquinho, ou tu começa a lutar por um outro caminho. (sic) (GUERRA, 2005, p. 69)

Aqui se pode observar que a noção de falta de oportunidade é substituída pela de falta de vontade. Há uma passagem de um problema que é estrutural para um problema individual, explicado pela incompetência do indivíduo.

A fala está impregnada de valores preestabelecidos que foram interiorizados por aquela mulher. Valores dos quais ela ficaria surpresa se fossem questionados como sendo seu mesmo ou não.

Esta distorção da realidade, esta visão desagregada impregnada de valores próprios da ideologia dominante, a esta visão a-crítica, Gramsci, como já observamos, chama de senso comum.

Para Gramsci,

quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas. Criticar a própria concepção de mundo significa [...] criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. (1995, p. 12)

Ao criticar o *Ensaio Popular de Sociologia*, de Bukhárin, que parte sua análise legitimando o senso comum ao invés de criticá-lo dialeticamente, Gramsci afirma que: “o senso comum é um conceito equívoco, contraditório, multiforme, e que referir-se ao senso comum como prova de verdade é um contra-senso” (1995, p. 147). Para ele, o senso comum não é um conhecimento natural (apesar de naturalizado), verdadeiro das classes populares; tudo que se aprende, não é algo construído a partir de um processo coletivo, é algo já pronto. Então, o senso comum na verdade não provém puramente das classes populares, mas sim dos grupos dirigentes, refletido naquelas, ou seja, o senso comum nada mais é do que a ideologia hegemônica capitalista refletida nas camadas populares.

Simionatto lembrando Gramsci, diz que, num primeiro momento, o autor não pretende extinguir o senso comum, ao contrário, “procura mostrar que ‘o mesmo’ [grifos nossos] já é filosofia, mesmo incipiente e fragmentária” (2004, p. 82). E segue afirmando que Gramsci propõe a passagem deste conhecimento ingênuo para “uma concepção mais coerente, que não ocorrerá através de uma educação ‘verbal e livresca’, mas em conexão com a luta política de uma classe” (2004, p. 81).

O senso comum, que se apresenta como alienação por naturalizar a realidade, desvinculando a visão de mundo do seu contexto histórico, é o que deixa o terreno fértil para o fortalecimento da ideologia dominante, é no senso comum que esta se populariza, torna-se um conjunto de valores e ideias aceitos por todos.

Marx e Engels (1999), em *A ideologia Alemã*, partem sua crítica dos filósofos neo-hegelianos alemães Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner, colocando que a

ideologia permeia em seus princípios filosóficos, visto que suas explicações separam a produção das ideias e as condições sociais e históricas nas quais são produzidas, ou seja, suas explicações consistem não da realidade apreendida como práxis, como *atividade humana sensível*, mas sim como objeto, como *intuição*.

Marx e Engels colocam que o surgimento das ideologias dá-se a partir do momento que a divisão social do trabalho se realiza e dá origem a separação entre o trabalho manual, material e o trabalho intelectual, espiritual. Então, “desde o instante em que o trabalho começa a ser distribuído, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair; o homem é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico⁵⁶, e aí deve permanecer se não quiser perder seus meios de vida” (1999, p. 47).

A ideologia pode ser concebida como um reflexo do real de modo invertido na cabeça do ser humano. Ela inicia-se como um conjunto de ideias da classe em ascensão, neste caso, a burguesia, depois se populariza, torna-se senso comum e se mantém universalizada quando a classe burguesa passa a ser a classe dominante na sociedade. Então, a burguesia que na Revolução Francesa era a classe revolucionária, torna-se, com a ascensão do capitalismo, a burguesia pós-revolucionária, cujos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade pelos quais lutou foram relegados à maioria, porém tornaram-se privilégios apenas da classe dominante.

A produção de ideias – oportunizadas pelos ideólogos da burguesia – desprendidas do movimento histórico dialético serve para escamotear os privilégios da classe dominante, propagando na sociedade um ar de liberdade de todos e igualdade entre todos, oportunizando nas e pelas relações sociais estabelecidas a consciência deformada da realidade, a ilusão de que todos são iguais.

Assim, o papel da ideologia (que tem como base para sua aceitação a alienação) é manter veladas as contradições próprias da realidade capitalista, fazendo com que os homens não percebam sua condição de explorados naquilo que desenvolvem como trabalhadores (não se revoltem contra essa condição) e, dessa forma, possibilite que essa realidade apareça como algo natural, aceitável, onde a existência das classes sociais e da dominação de uma classe

⁵⁶ Aqui os autores fazem menção a Bruno Bauer.

sobre as outras não seja percebida efetivamente e que as ideias caracterizem-se como autônomas, representando uma realidade também autônoma.

Seguindo Mészáros (2006), a ideologia dominante desempenha papel importante no processo de reajustes estruturais pelo qual vem passando a ordem socioeconômica vigente, pois reproduz as condições de dominação que mantêm a hegemonia capitalista.

Mészáros (2006, p. 328) coloca que:

a necessária função consolidadora da ideologia dominante torna-se ainda mais evidente (e significativa) quando recordamos que mesmo suas variantes mais agressivas – do chauvinismo e do nazismo até as ideologias mais recentes da “direita radical” – precisam afirmar que representam a esmagadora maioria da população contra o “inimigo” externo, as minorias “racialmente inferiores”, o pretense “mero punhado de desordeiros” que se supõe ser a causa das greves e da inquietação social, etc.

A título de exemplo, duas passagens – ambas referente ao período do pós-guerra – ilustram a *função consolidadora da ideologia dominante*: a primeira diz respeito ao problema do desemprego estrutural crônico com caráter global e a segunda fala do fim do trabalho.

Mészáros (2006) faz sua crítica aos teóricos “*antiideológicos*”⁵⁷ do pós-guerra afirmando que, como a existência do desemprego estrutural não pode ser definitivamente negada por aqueles teóricos, a justificativa para sua existência é pretensamente positiva, pois não representa problema por ser ‘apenas estrutural’, no sentido de ser uma consequência inevitável e universalmente benéfica do ‘processo tecnológico’. Por isso, não há problema em se conviver com o desemprego se este produz benefícios científicos e tecnológicos à “sociedade como um todo”.

Antunes (2005), seguindo esse mesmo sentido de análise, faz sua crítica a afirmativa do *fim do trabalho*. Para ele, “o trabalho não se tornou mera *virtualidade* [...], não é ficção que a Nike se utiliza de cerca de 85 mil trabalhadores e trabalhadoras, esparramados em tantas partes do mundo, que recebem salário degradantes” (ANTUNES, 2005, p.26). Ainda hoje,

⁵⁷ Antiideológicos porque “acreditam”, ou melhor, reproduzem a ideia do fim da ideologia e com ela do fim do trabalho e a afirmativa de que *não há alternativa*, tornando a ordem socioeconômica vigente como “natural” e por isso inalterável. Para melhor compreensão ver *O Poder da Ideologia*, Mészáros, 2006.

mesmo com o sistema financeiro que grosseiramente justifica a desvalorização do trabalho do trabalhador, “o mundo produtivo e de serviços carece de uma dada forma de trabalho” (ANTUNES, 2005, p. 26), pois a única coisa que produz valor e, conseqüentemente, gera lucro é o trabalho realizado pelo trabalhador (MARX, 1986).

Considerando a afirmação marxiana de que *as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade*, como romper com esta dominação e, conseqüentemente, com a ideologia que a legitima?

Para tentar responder a essa questão, partimos da premissa de que o indivíduo é capaz de – no momento em que estabelece novas relações com a interiorização de novos valores – se sentir incomodado, angustiado, munido de um conflito interno que o faz problematizar sua relação com os demais e sua posição no mundo real.

Uma passagem de Freire no livro *Pedagogia do Oprimido*, pode melhor explicar este movimento: “Talvez seja eu, entre os senhores, o único de origem operária. Não posso dizer que haja entendido todas as palavras que foram ditas aqui, mas uma coisa posso afirmar: cheguei a esse curso ingênuo e, ao descobrir-me ingênuo, comecei a tornar-me crítico” (1991, p. 23).

Este momento em que ocorre à contradição entre os antigos valores adquiridos nas antigas relações sociais e os novos valores adquiridos através das novas relações é o que IASI (2007) chama de segunda forma de consciência, ou seja, a consciência em si, na qual pode ser o início para a superação das ideias capitalistas e de como eles se expressam na realidade a partir da divisão do trabalho.

Marx e Engels (1999, p. 116) falam na importância da coletividade real para a superação da divisão do trabalho. Eles falam que somente “na coletividade [de uns e outros] é que cada indivíduo encontra os meios de desenvolver suas capacidades em todos os sentidos”.

Por isso, também IASI (2007) coloca que a precondição para essa transição qualitativa é o grupo, e dessa forma afirma que:

quando uma pessoa vive uma injustiça solitariamente, tende à revolta, mas em certas circunstâncias pode ver em outras pessoas sua própria contradição. Esse também é um mecanismo de identificação da primeira forma, mas aqui a identidade com o outro produz um salto de qualidade. (IASI, 2007, p. 29)

Quando o indivíduo, através do grupo, consegue ver que as demais pessoas também partilham de sua mesma contradição, ele inicia um processo de construção da criticidade que, assim como na primeira forma de consciência, dá-se através do contato com o coletivo, mas desta vez, ao identificar-se com o outro, possibilita que o indivíduo produza um *salto de qualidade*.

Não se pode esquecer que mesmo com este *salto de qualidade* ainda se evidenciam resquícios da antiga forma de consciência que não foram totalmente superados. Isto porque a superação faz parte de um processo de evolução e regressão constantes. Então, a transição da individualidade para a coletividade através do grupo pode evoluir para uma consciência de classe, mas é apenas o início do processo.

Cabe ainda destacar que a construção da criticidade é apenas um momento para se chegar à emancipação humana. Enquanto não houver uma efetiva transformação do modo de produção e acumulação capitalista, a criticidade por si só nada pode contra a hegemonia da classe no poder.

Quando Marx, em *a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, faz sua crítica aos filósofos alemães que se restringiram em revolucionar as idéias, mas não a realidade concreta, acaba por concluir duas questões-chave para possibilitar a emancipação humana: primeiro que a “teoria só se concretiza num povo na medida em que é a realização das suas necessidades [...] não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve igualmente empenhar ao pensamento” (2006, p. 54); e segundo, que a possibilidade positiva de emancipação está no proletariado, é ele a classe capaz de transformar sua realidade e a realidade como um todo. Então, “a filosofia é a cabeça desta emancipação e o proletariado o seu coração. A filosofia não pode realizar-se sem a exaltação do proletariado, o proletariado não pode exaltar-se sem a realização da filosofia” (MARX, 2006, p. 59).

Seguindo essa linha de raciocínio podemos afirmar que: assim como a base das relações capitalistas é a compra e venda da força de trabalho, a base para se atingir a

emancipação humana deve ser, necessariamente, o trabalho associado, isto é “os indivíduos adquirem sua liberdade na e através de sua associação” (MARX, ENGELS, 1999, p. 117). “Isso quer dizer, a substituição das cadeias de trabalho impostas pelo capital pelos *elos cooperativos* dos indivíduos e os vários grupos a que eles pertencem” (MÉSZÁROS, 2006, p. 43).

É através do controle consciente do processo de trabalho na sua totalidade, tornando-o uma atividade efetivamente livre, onde os homens em comunhão possam construir relações diferenciadas da forma capitalista de produção, onde prevaleçam a solidariedade e a autogestão, e não a oposição e a concorrência, que se observa à base para um outro projeto societário com viés emancipatório.

3.4 Políticas emancipatórias sob o capitalismo tardio e o PAA

As políticas sociais conservadoras às quais já nos referimos têm perfil que não permite um protagonismo das classes subalternas no sentido de instigá-las à participação para que decisões sejam tomadas a partir de suas reais necessidades. Assim, políticas sociais com este perfil têm o objetivo de “matar a vida, freá-la, com a redução dos homens a puras coisas, aliená-los, mistificá-los, violentá-los” (FREIRE, 1987, p. 126) para que a relação opressor-oprimido se mantenha intacta.

Políticas emergenciais que levam oxigênio a quem está em desespero, restringindo-se à ação de “dar o peixe”, mantém a exclusão e a subalternidade, reforçando uma ordem social desigual, injusta e opressiva.

Tendo como embasamento teórico o que defende Paulo Freire a respeito da liberdade, nos reportando à ideia de que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (1987, p. 52), através da construção da práxis transformadora. Caracterizamos aqui as políticas emancipatórias como ações que contribuam para potencializar as ações sociais (reais e concretas) que se inscrevem neste processo libertador. Ou seja, elas possibilitam, através de suas ações, práticas emancipatórias que impulsionam esse processo.

As políticas emancipatórias são dotadas de um caráter inovador, à medida que buscam romper com a dependência e com o assistencialismo próprio das políticas sociais neoliberais, dando ênfase aos mecanismos que oportunizem às famílias e às comunidades a sua própria sustentação econômica e social e também possibilitem espaços de construção coletiva. Obviamente que a oportunidade desta sustentação não vai ao encontro da noção do senso comum de que a assistência desestimula as pessoas para o trabalho e cria “preguiçosos”, mas pela falta de oportunidade que é recorrente e pode ser garantida por políticas emancipatórias.

Pensar na construção dessas políticas requer a superação de características próprias das políticas tradicionais e bastante conhecidas das pessoas que dependem do seu caráter assistencialista para sobreviver. Compõem o perfil dessas políticas: a fragmentação, a focalização, programas que vêm prontos e seguem o fluxo de cima para baixo, não correspondendo às reivindicações das camadas populares e, por isso, em muitos casos não contemplando os anseios da comunidade e da população que nela se encontra. Àquelas políticas que, por serem compostas de programas pré-determinados, não criam mecanismos de controle social através do fomento de espaços de participação popular e de articulação entre os atores sociais locais.

Assim, as políticas tradicionais oferecidas como favor pelo poder público sob o comando da classe opressora, “acercam-se das massas camponesas ou urbanas com projetos que podem corresponder à sua visão do mundo, mas não necessariamente à do povo” (FREIRE, 1987, p. 85).

Historicamente a superação da pobreza tem ficado a cargo das políticas sociais, porém estas são dotadas de ações que apenas escamoteiam o problema, não o resolve efetivamente. Elas se restringem a prestar assistência aos pobres.

O emergencial e o emancipatório deveriam ser indissociáveis quando nos referíssemos à política social, porém restringir sua ação ao emergencial significa reproduzir a lógica das políticas tradicionais e, da mesma forma, defender o emancipatório desconsiderando-o como um processo de construção, significa acreditar que as condições já estão dadas para que as pessoas sejam capazes de fazer sua própria história.

Para que a política social tenha perfil emancipatório, é necessário ser semeadora de oportunidades, partindo do pressuposto de que as políticas de um modo geral foram apropriadas pelos opressores para destinar aos oprimidos ações pontuais, emergenciais. Por sua vez, estas oportunidades devem estar munidas de autonomia econômica e política, onde uma e outra se encontram mutuamente apoiadas. Assim, para caracterizarem-se como fomentadoras de práticas emancipatórias, as políticas sociais devem criar condições para que as pessoas participem e deliberem sobre assuntos de seu interesse e da coletividade e, ao mesmo tempo, oportunizar geração de trabalho e renda para que o assistir se restrinja ao imediato não se estendendo por todo o processo.

Por isso, as políticas sociais com viés emancipatório devem oportunizar espaços que possibilitem construir mecanismos de superação do senso comum, da consciência ingênua através da educação dialógica e facilitar a construção da consciência crítica através da práxis.

Estes espaços devem oportunizar “conhecer a maneira como as pessoas conhecem” e não a definição “do que” as pessoas devem conhecer ou aprender⁵⁸.

Como observamos neste capítulo, a criticidade não se dá espontaneamente na consciência das pessoas, é necessário um estímulo que as possibilite superar a visão ingênua “que é uma forma ‘desarmada’ de enfrentamento com a realidade” (FREIRE, 1981, p. 37), pois “é no terreno do senso comum que as classes subalternas incorporam as ideologias dominantes, cuja pretensa verdade se impõe às classes subalternas como única, como superstição” (SIMIONATTO, 2004, p. 79).

A construção de espaços que instiguem a educação dialógica, aquela que “problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação” (FREIRE, 1992, p. 51), e não a “educação bancária” em que o conhecimento é depositado na consciência das pessoas e não construído coletivamente através da troca entre os diferentes saberes, é um dos instrumentos que possibilita uma *mudança da percepção* da realidade.

⁵⁸Aqui partimos da afirmação feita por Gramsci (*apud* FRANCO, 1985, p. 115), onde “não se trata ‘de introduzir, a partir do zero, uma forma de pensamento na vida de todo mundo, mas de renovar e tornar crítica uma atividade já existente”.

Mas a *mudança da percepção* aqui defendida não se restringe à educação dialógica, visto que, através dela, as camadas populares se reconhecem na condição de oprimidas, porém ainda não estão cientes da sua capacidade de transformar a realidade concreta, isto, por sua vez, só é possível de ocorrer por meio da práxis (reflexão-ação-reflexão) transformadora. A partir da práxis é que se torna possível à construção da consciência crítica.

As ações das políticas sociais emancipatórias dentro de cada comunidade, de cada espaço coletivo (grupos de geração de renda, cooperativas, associações etc.) devem considerar primeiramente o saber das pessoas que ali estão. Caso contrário, a intervenção não estaria experimentando novas práticas, mas reproduzindo as mesmas que o capitalismo impõe como forma de manipulação das classes populares e manutenção do poder dominante. Esta reprodução ao invés de libertar, apenas legitima a relação opressor-oprimido.

Observamos então dois momentos: o primeiro da consciência ingênua cuja desconstrução inicia-se através da educação dialógica e o segundo da consciência crítica cuja construção inicia-se através da práxis protagonizada pelo agente da mudança.

Segundo Freire (1991) o agente da mudança, comprometido com as classes populares, pode contribuir com esta *mudança da percepção* da realidade, pois ao perceber-se “objeto” dos processos sociais, deve instigar constantemente que os demais indivíduos também se percebam nesta condição, e assim partam coletivamente na procura por formas de superação da condição de “objeto” à condição de “sujeito” destes processos. Ou seja, reconhecendo-se enquanto produtores de seu próprio processo histórico, pois “os homens que não se reconhecem através dele, não o assumirão” (FRANCO, 1985, p. 117).

Porém, a *mudança da percepção* é apenas um estágio do processo emancipatório, estágio de extrema importância, mas que deve estar acompanhado de outro: a *mudança da estrutura*.

Por estarmos cientes da afirmativa acima, questionamos: a partir do papel que as políticas sociais devem exercer para ter características emancipatórias cabe-nos indagar quais os limites ou o limite do Estado para promover a *mudança da estrutura*?

3.4.1 Os limites da ação do Estado diante do processo emancipatório

No decorrer deste trabalho, observamos que o Estado vem minimizando suas ações para com o social e maximizando-as para com o econômico. Esta característica, própria do Estado neoliberal, se acirra neste, porém não nasce com ele.

Como ressaltamos, o Estado – criado e legitimado pela sociedade civil – é um órgão de dominação de classe, obviamente da classe mais forte sob a mais fraca, por isso, no capitalismo, ele atende aos interesses da burguesia (classe dominante neste sistema) e aí está seu limite: assegurar interesses privados através de uma estrutura, teoricamente, social (de todos).

O Estado se diz defensor da igualdade entre os homens, pois anula *as diferenças de nascimento, de status social, de cultura e de ocupação*, porém, na realidade isso não ocorre e nem pode ocorrer, já que o Estado só existe sobre estas premissas. Isto quer dizer que o homem jamais poderá ser livre enquanto tiver o Estado como mediação, visto que este aprisiona o homem para deixar que a propriedade privada, a cultura e a ocupação tenham liberdade para fazer valer sua *natureza especial*.

Por isso, a emancipação política retira da esfera do Estado a vida concreta – o que inclui a propriedade privada – dos homens, liberta a propriedade privada das amarras do antigo sistema (feudal) e, assim, remove os obstáculos para que se dê o metabolismo socioeconômico do capital. O Estado que ascende com a emancipação política, “longe de destruir a propriedade privada, a pressupõe” (MARX, 2005, p. 20).

Apesar das críticas, Marx (2005) não deixa de reconhecer o *grande progresso* trazido pela emancipação política e pela liberdade própria dela. O *grande progresso* aqui mencionado se refere à não-liberdade do sistema feudal. Porém, esse grande progresso oportunizado pela emancipação política possui por limite o fato de pressupor a propriedade privada.

Então, para Marx (2005) na emancipação política há avanços sim, porém também limites intransponíveis nessa sociedade que preza a liberdade religiosa burguesa. Nesta, a religião torna-se uma necessidade na vida social e é justamente as condições que a permitem reproduzir-se que devem ser abolidas. Marx (2005) defende a superação das condições

históricas que fundam a religião e suas mediações: o Estado político, a propriedade privada e a cidadania.

A sociedade burguesa tem como princípio *a necessidade prática, o egoísmo* e, por conseguinte, “o Deus da *necessidade prática* e do *egoísmo* é o *dinheiro* [...] o dinheiro é a essência do trabalho e da existência do homem, alienada deste, e esta essência estranha o domina e é adorada por ele” (MARX, 2005, p. 48).

A emancipação política, ao converter o dinheiro na essência alienada do homem, abstraiu os indivíduos concretos em cidadãos e, igualmente, projetou a generalidade humana no Estado político. O homem aqui é reduzido à mísera abstração de “cidadão”, cuja sua condição de *ser genérico* é desprezada.

Seguindo Marx (2005), o Estado político, a propriedade privada e a cidadania estão intimamente ligadas. Elas só existem a partir da relação que estabelecem entre si, por isso, não podemos ter o Estado político sem os indivíduos cidadãos, nem estes sem a propriedade privada e nem esta sem o Estado político. Esta é a dinâmica da sociedade do capital na qual o cidadão representa o homem burguês que, na emancipação política, torna-se responsável pela propriedade privada e só existe mediante sua existência.

Marx (2005) defende a superação do Estado (próprio da emancipação política) principalmente porque é no âmbito deste que o indivíduo é reduzido a cidadão. A função social do Estado, como já vimos, é utilizar seus instrumentos repressores em favor das classes dominantes e para atendê-la é necessário àquela mediação – entre o Estado e o indivíduo – que possibilita ao capital manter sua hegemonia.

A emancipação política pode ser considerada o primeiro passo, porém não um fim em si mesma⁵⁹. Queremos com isso dizer, que o processo não tem fim com o advento de um Estado emancipado politicamente, ao contrário, este é apenas o início de um processo

⁵⁹ A emancipação política significa a construção de uma nova relação entre o Estado e a totalidade social, por isso Marx não defende sua extinção imediata, a ditadura do proletariado seria esse período de transição oportunizado pela emancipação política, através de um Estado conforme protagonizado pelos proletários da Comuna de Paris. Porém, este seria um Estado de transição para uma nova sociedade onde a emancipação humana, de fato, se processa.

emancipatório que tem como síntese a emancipação humana e essa, como já falamos, só acontecerá quando o homens não tiverem mais mediações como a do Estado, quando puderem organizarem-se de forma livre e associada no e através do trabalho.

Por isso que, para se dar início ao processo emancipatório, é necessário assumir todos os espaços de luta e disputa política, entre eles, o próprio Estado. Para a construção de políticas sociais que vão além da assistência em si, que sejam contrárias ao paternalismo que cria dependência e, que, finalmente, estejam em acordo com os ideais de autogestão, solidariedade e cooperação, é necessário impulsionar e potencializar práticas sociais emancipatórias que nasçam da ação social real “dos de baixo”,

Mas, porque a intenção de construir espaços para o fortalecimento da economia solidária quando se visa o processo emancipatório? É a partir do conhecimento da história da economia solidária e da forma como hoje ela se materializa que esta indagação pode encontrar uma resposta ou então respostas cabíveis, como, no próximo capítulo pretende-se discutir.

CAPÍTULO IV: PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS – ECONOMIA SOLIDÁRIA E PAA

Son cosas chiquitas.

No acaban con la pobreza, no nos sacan del subdesarrollo, no socializan los medios de producción, y, de cambio, no expropián las cuevas de Ali Baba.

Pero quizás desencadenen la alegría del hacer y la traduzcan en actos. Y, al fin y al cabo, actuar sobre la realidad y cambiar aunque sea un poquito, es la única manera de probar que la realidad es transformable.

Eduardo Galeano

Neste capítulo em que pretendemos analisar os limites e as possibilidades de um programa social como o PAA poder tornar-se “emancipatório” – ou seja, potencializar práticas emancipatórias – para a totalidade de seus beneficiários, através da Economia Solidária, voltaremos a retomar afirmações já feitas no decorrer da dissertação e trabalhar com outras mais conclusivas a esse respeito.

Reiteramos, de antemão, que nossa concepção de emancipatório, quando nos referimos a políticas sociais, trata-se de um movimento, ou seja, um processo de construção cujo caráter ultrapasse características clientelistas e paliativas e, que assim, contribua para que as bases de um novo projeto societário seja possível de serem criadas a partir de um movimento coletivo, protagonizado pelas massas populares diretamente atingidas por aquelas políticas.

4.1 Economia Solidária e emancipação

4.1.1 As raízes históricas da Economia Solidária

O movimento cooperativo iniciado no século XIX surge com o intuito de melhorar as condições de vida dos trabalhadores cujo perfil era exclusivamente fabril e as condições de trabalho extremamente desumanas em que eram submetidos.

Apesar da grande adesão por parte dos trabalhadores desempregados e dos grevistas⁶⁰ da época, o cooperativismo nunca foi um movimento estável havendo momentos alternados de expansão e retração que estavam ligados diretamente aos ciclos econômicos do sistema capitalista.

Segundo Cruz:

O cooperativismo pretendia melhorar a vida dos trabalhadores num período em que o modo de produção capitalista recém começava a consolidar-se, e embora seus ciclos econômicos produzissem crises temporárias que afetavam diretamente as condições de vida da classe trabalhadora, sua espiral expansiva produzia um efeito cíclico invertido sobre o crescimento do movimento cooperativo, que se expandia nos momentos de crise do sistema e se retraía nos momentos de expansão. (2006, p. 277)

O movimento cooperativo tem inspiração no socialismo utópico do inglês Robert Owen e dos franceses Saint-Simon e François Marie Charles Fourier, cujas ideias surgiram a partir da “constatação de uma desordem social, econômica e moral (mas também intelectual e doutrinária)” (CHANIAL; LAVILLE, 2006, p.41), consequências do capitalismo ascendente.

O socialismo utópico de Owen, Saint-Simon e Fourier era bastante criticado por Karl Marx e Friedrich Engels, isto porque os utópicos

não vêem nenhuma atividade histórica autônoma da parte do proletariado, nenhum movimento político que lhe seja próprio [...] rejeitam toda a ação política, e especialmente revolucionária, querem atingir sua meta por meios pacíficos e procuram abrir caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, através de pequenos experimentos que naturalmente sempre falharam. (MARX; ENGELS, 2000, p. 77)

Os apóstolos do socialismo utópico não eram os únicos assim considerados, Pierre-Joseph Proudhon ao afirmar que as associações cooperativas possibilitariam uma transformação social, foi também caracterizado como utópico por Marx e Engels.

Porém, Marx e Engels diferenciavam Proudhon de Owen, Saint-Simon e Fourier alegando que estes difundiam suas ideias no período pré-capitalista, “no primeiro e pouco

⁶⁰ Que aderiam ao cooperativismo, porque naquele período “a greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão” (SINGER, 2002, p. 29).

desenvolvido período de luta entre proletariado e burguesia” (MARX; ENGELS, 2000, p. 77). Já Proudhon, defendeu as associações cooperativas durante o apogeu do capitalismo, quando as consequências do liberalismo econômico, da propriedade privada dos meios de produção e do individualismo eram visíveis⁶¹.

Com isto, Proudhon era considerado utópico por basear-se na ação das associações enquanto estratégia para um novo projeto societário e por não explicar historicamente a realidade social, mas analisar os fatos a partir da sociedade moderna, desconsiderando a possibilidade deles existirem em sociedades anteriores⁶².

Marx permanece com sua crítica ao cooperativismo até a Comuna de Paris, em 1871, quando reconhece a forma de organização dos trabalhadores dentro da Comuna como “[...] comunismo, o ‘irrealizável’ comunismo!” (MARX; ENGELS, 1986, p. 84). Cabe lembrar que aquela organização seguia princípios cooperativistas, e os proletários que compunham a Comuna eram proudhonianos.

No primeiro volume de *O Capital* é mais bem observada a posição favorável de Marx ao cooperativismo:

O capital, que em si repousa sobre um modo social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e forças de trabalho, recebe aqui diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em antítese ao capital privado, e suas empresas se apresentam como empresas sociais em antítese às empresas privadas. É a abolição do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista. (1986, v.1, p. 332)

Dessa forma, a propriedade cooperativa ao abolir a propriedade privada abolirá conseqüentemente o próprio capitalismo. A propriedade cooperativa poderá valer-se do mesmo que qualquer propriedade privada, até mesmo do sistema de crédito capitalista (por exemplo, a utilização de empréstimo para a recuperação da massa falida de uma fábrica pelos trabalhadores), porém, a diferença está na relação capital-trabalho estabelecida dentro do cooperativismo.

⁶¹ Afirmações realizadas por Martin Buber no livro: *O Socialismo Utópico*. Tradução de Pola Civelli. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção Debates)

⁶² Para maiores informações sobre a “utopia proudhoniana” criticada por Marx ver o livro *Miséria da filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004.

Segundo Bernstein, Marx passou a aceitar a sociedade cooperativa:

na forma em que representasse o mais direto contraste com a empresa capitalista. Daí a recomendação aos trabalhadores para que organizassem sociedades cooperativas de produção, porque essas atacavam o sistema econômico existente ‘nos seus alicerces’. (1997, p. 96)

Outro pensador que defende a forma cooperativa de trabalho é Antônio Gramsci. Porém, sua defesa ao cooperativismo gira em torno das cooperativas de consumo. Baseado no exemplo da cooperativa de consumo Aliança Turinense, Gramsci afirma que estes tipos de cooperativas “adquiriram uma acentuada marca de classes e são estreitamente ligadas ao desenvolvimento do proletariado” (GRAMSCI, 2004, p. 71).

Segundo ele, “as cooperativas do tipo da Aliança são grandiosos experimentos através dos quais se depura o sentido de responsabilidade social dos socialistas, *assim*, também as cooperativas de consumo podem adquirir um valor revolucionário” (GRAMSCI, 2004, p. 71-2).

4.1.2 A Economia Solidária hoje

A Economia Solidária surge – diferente do movimento cooperativo do século XIX – especificamente como uma alternativa àqueles trabalhadores excluídos do mercado de trabalho “em decorrência deste processo de recorrente inovação tecnológica no sistema e o aumento proporcionalmente maior do capital constante (fábricas, maquinários, etc) em relação ao capital variável (força de trabalho)” (MONTIBELLER, 2004, p. 76), que caracteriza a acumulação flexível.

Por isso, seguindo Cruz, as iniciativas solidárias:

[...] do século XXI não se forjaram pela pretensão de ‘melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores’, mas a grande maioria das iniciativas surgiu como uma forma de recompor a qualidade de vida perdida pelos trabalhadores após a mudança no padrão de acumulação. Não se trata de uma resposta à exploração capitalista, como no passado, mas de uma resposta à sua ausência, à não-exploração capitalista. (2006, p. 277-8)

A *Economia Popular e Solidária, economia da solidariedade, economia do trabalho*, enfim, independente das inúmeras denominações adquiridas no decorrer dos anos, por autores como Paul Singer, Luis Razeto, José Luis Coraggio, entre outros, o importante é que elas têm em comum a busca por uma economia diferenciada, onde prevaleçam os valores de solidariedade, cooperação e autogestão, construindo novas relações de trabalho através da possibilidade de uma outra cultura, de uma outra política e economia capazes de oportunizar a sobrevivência de empreendimentos que rompem com valores preestabelecidos.

Aqui a Economia Solidária é definida como:

O conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade, (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhadas por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes. (CRUZ, 2006, p.87)

Esta economia diferenciada que assimila o social é marcada pela solidariedade, visto que:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos. (SINGER, 2002, p. 9-10).

O objetivo maior é criar “novas formas de organização da produção com lógica ‘includora’” (SINGER, 2000, p.124), e para atingi-lo é necessário que as novas formas de organização não se dêem isoladamente, mas sim através de redes de cooperação e intercâmbio, ou seja, “o ponto de partida da economia solidária é o reconhecimento que a causa maior da debilidade da pequena empresa e do autônomo é o seu isolamento” (SINGER, 2000, p. 124).

A Economia Solidária é também autogestionária. E aqui, autogerir “implica, por parte das classes populares, ‘um estar presente na História e não simplesmente nela estar representadas’. Implica a participação política das classes populares através de suas representações ao nível das opções, das decisões e não só do fazer o já programado” (FREIRE, 2006, p. 75). Caso contrário tal empreendimento irá confundir-se com uma empresa tradicional, onde os empregados não são pagos para pensar e sim para cumprir as tarefas que lhes são designadas, de forma alienada.

No âmbito das características que compõem a economia solidária, não se deve confundir a *concepção insercional-competitiva* com a *concepção sustentável-solidária*. A primeira concepção defende que se deve qualificar profissionalmente as pessoas de acordo com as exigências, as tendências do mercado. Deve ser um processo planejado em prol da inserção socioeconômica da economia informal. “Pensa-se numa política de geração de trabalho e renda numa perspectiva inclusiva, entendida no sentido da acomodação dessa economia informal nos marcos institucionais regulatórios de uma economia de mercado” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 262). Esta concepção requer a promoção do desenvolvimento através da inclusão dos trabalhadores desempregados e subempregados de forma organizada.

Já a segunda concepção insiste na “construção de estratégias territoriais de desenvolvimento em torno do fomento de uma outra dinâmica econômica, baseada na construção e fortalecimento de circuitos socioprodutivos locais integrados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de um lugar” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 262). Porém, a *concepção sustentável-solidária* não descarta a importância da primeira concepção, pois também acredita que os trabalhadores informais – na sua condição dispersa, fragmentada e precarizada – necessitam organizarem-se de forma que possam responder às exigências do mercado formal e assim viabilizarem-se economicamente.

A Economia Solidária tem o desenvolvimento local como marco de referência, onde a comercialização de produtos e serviços é predominantemente local, isto é, “56% vendem no comércio local comunitário, 50% em mercados/comércios municipais, 7% têm como destino de seus produtos o território nacional e apenas 2% realizam transações com outros países” (CULTI, 2007, p.19).

Neste sentido, a Economia Solidária “contribui também com o desenvolvimento sustentável, pois é um processo de melhoria da qualidade de vida que compatibiliza o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social, no curto e no longo prazo” (CULTI, 2007, p. 19).

Ela busca fundamentalmente a unidade entre produção e reprodução, evitando a ambiguidade fundamental do sistema capitalista, cujo objetivo centra-se em desenvolver a produtividade, o que acaba por excluir crescentes setores de trabalhadores do acesso a bens básicos.

Portanto, a Economia Solidária, aparece como uma opção ao trabalhador para, mesmo dentro do sistema capitalista, organizar-se economicamente de forma não-subordinada. Coloca-se o desafio de saber se ele poderá constituir uma visão crítica da sociedade que o condicionou à situação de miséria e exploração, partindo dos elementos da nova forma de organização do trabalho aí experimentada. Pode-se perguntar, então, se o convívio numa iniciativa econômica onde prevalecem relações de solidariedade pode fazer emergir as contradições e limites da sociedade capitalista e se os conflitos daí derivados podem fazer nascer uma vontade de superação das desigualdades.

Respeitando a concepção de economia solidária que temos, acreditamos que sim, é possível, pois nos espaços onde os princípios da economia solidária prevalecem, são oportunizadas novas relações de trabalho e isso, por sua vez, faz com que as pessoas que ali estão passem a interiorizar e refletir de forma diferenciada daquela que observamos na sociedade do capital.

4.1.3 A economia solidária na sua dimensão de ação pública

“Será posible desarrollar otras estructuras económicas de alta eficiencia, centradas en el trabajo, que permitan aflorar nuevos dinamismos e recursos para resolver las necesidades de todos?” (CORAGGIO, 1999, p.09).

Seguindo a postura de Coraggio (1999), pode-se afirmar que sim, é possível, estando esta alternativa centrada na Economia Solidária, através da participação da sociedade civil

organizada e também da ação do Estado favorecendo a construção de políticas que superem o assistencialismo e cujo foco não seja aliviar a pobreza extrema.

A ação do Estado no favorecimento de políticas públicas de incentivo à economia solidária, não se dá espontaneamente numa sociedade onde o objetivo é garantir os interesses da classe dominante, que detém a hegemonia social, econômica e política sendo esta consolidada pela interferência do próprio Estado.

Para isso é necessário que haja uma mobilização da sociedade civil organizada com a finalidade de impulsionar, pressionar o Estado a formular estratégias que contemplem suas exigências construídas dentro de espaços coletivos, com a importante participação das camadas populares.

O movimento da Economia Solidária vem crescendo em inúmeros países principalmente da Europa e da América Latina⁶³ e pressionando o poder público a reconhecer este crescimento. Em 2007, no Brasil⁶⁴, segundo o *Atlas Digital da Economia Solidária* lançado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tinham 21.859 iniciativas solidárias em atividade no país⁶⁵.

A intenção dos sujeitos, entidades e organizações que defendem a economia solidária é reivindicar ações públicas e seu reconhecimento perante o Estado. Mas para que isso de fato aconteça, o Estado – com suas bases histórico-culturais excludentes – deve transcender sua condição histórica real e tornar-se radicalmente democrático, cuja atividade seja prioritariamente atender aos interesses populares, onde as políticas sociais compensatórias “deben ser transformadas en políticas socioeconómicas, cuyo objetivo sea el desarrollo desde las bases de la sociedad” (CORAGGIO, 1999, p.13).

⁶³ Para conhecer como este processo vem se dando em países da América Latina como Brasil, Argentina e Uruguai ler a tese de doutorado do Prof. Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz *A diferença da igualdade: a dinâmica da Economia Solidária em quatro cidades do Mercosul*. Campinas, 2006.

⁶⁴ No Brasil, a economia solidária passa a ser reconhecida quando a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) é criada, no âmbito do MTE com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho, cujo Secretário é o professor Paul Singer. Informação retirada do site do Ministério do Trabalho e Emprego: <www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretari_nacional_apresentacao.asp> Acesso em :19 Nov. 2007.

⁶⁵ Ministério do Trabalho e Emprego. *Atlas Digital da Economia Solidária*, 2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/tabcgi.exe?QtdEES.def>>. Acesso em: 14 abr. 2007.

A Economia Solidária tem oportunizado espaços que buscam instigar o pensar crítico, porém este movimento tem um limite. O limite de estar construindo uma *contra-hegemonia* dentro de uma sociedade que impõe princípios completamente opostos aos que se está defendendo na proposta de solidariedade que compõe esta nova economia.

Ainda mais no estágio em que hoje se encontra o capitalismo, isto porque “a partir de 1990 a adoção de políticas neoliberais voltadas tanto para a privatização do setor produtivo estatal e terceirização do setor público, como para a internacionalização de parcela importante de setores econômicos nacionais” (POCHMANN, 2004, p. 28) acabaram por distanciar ainda mais o Estado da responsabilidade de garantir e efetivar direitos.

Apesar do movimento que impulsiona a Economia Solidária ser formado por militantes em constante reeducação crítica que buscam junto com as camadas populares construir uma alternativa de geração de trabalho e renda que se contraponha à lógica do capital, é também um movimento que ainda carece ser observado, pelos que dele diretamente participam, como uma possibilidade de construção de um outro mundo possível e não apenas como uma forma de conseguir um “bico” para o seu sustento imediato e o de sua família.

Para isso, é fundamental a participação da sociedade civil organizada, no sentido de impulsionar a construção de um novo projeto político, e que assim possa pressionar o poder público estatal a reconhecer o movimento da Economia Solidária como legítimo e carente de uma política pública que oportunize sua efetivação.

Esta política se contraporía as até então observadas, pois não serviria simplesmente para “reorganizar parcelas atomizadas e localizadas do excedente da força de trabalho para a promoção de inserção subordinada à economia capitalista” (POCHMANN, 2004, p. 30).

Portanto, é preciso que a economia solidária seja vista não como uma possível política compensatória do tipo “Frentes Emergenciais de Trabalho”, mas como um projeto político que possibilite o desenvolvimento econômico e social numa outra lógica.

Segundo Singer, a economia solidária teria a capacidade de se desenvolver sem a assistência de governos locais, regionais e nacionais através de políticas para seu fomento.

“Mas estas políticas são decisivas para ajudar os mais pobres a se auto-organizar para coletivamente desenvolver trabalho e obter renda. Só os fundos públicos têm capacidade para estender o avanço da economia solidária aos que mais carecem dela” (SINGER, 2006, p. 205).

A criação dos espaços que, dentro e fora do Estado, consolidam o movimento da economia solidária proporcionam reconhecer que esta economia possui duas dimensões complementares: a dimensão do real e a dimensão do projeto político (SCHWENGBER *et al.*, 2006).

Na dimensão real da economia solidária observam-se as iniciativas populares, as entidades civis, as universidades, os programas governamentais que possibilitam experimentar e vivenciar uma reconceituação do trabalho dentro do próprio capitalismo. Na sua dimensão de projeto político a economia solidária representa algo que se quer alcançar, representa um lugar onde se idealiza práticas e perspectivas diferenciadas das vividas na sociedade atual.

Apesar da diferenciação que se faz entre estas dimensões não significa que uma se sobrepõe a outra, ao contrário, ambas possuem o mesmo grau de importância, visto que a dimensão real proporciona as condições práticas para se construir a dimensão de projeto político.

Nesta distância que separa a primeira da segunda dimensão está a necessidade de ocupar todos os espaços possíveis de consolidação da economia solidária e entre estes estão os espaços de ordem pública, como o Estado. Apesar da busca pela emancipação humana requerer a superação das mediações realizadas pelo Estado – como já observado –, enquanto isso não é possível devido à hegemonia política e econômica do capitalismo, uma das alternativas é, dentro da arena estatal, lutar por políticas de fomento à solidariedade. E mais ainda, promover a formação de sujeitos críticos que dentro da arena pública sejam capazes de assegurar os direitos já existentes e construir novos direitos.

Assim, “o micro deve interagir com o macro a ponto de a organização social criar as condições políticas democráticas para publicizar o Estado, institucionalizar direitos e

conquistas e implantar políticas públicas universalizadas” (SCHWENGBER *et al.*, 2006, p. 145).

Ainda é importante esclarecer que não temos a ingênua intenção de colocar a economia solidária como a única alternativa capaz de possibilitar a construção do processo emancipatório. Muito pelo contrário, reconhecemos os mais diversos movimentos sociais e ações populares que também seguem a mesma lógica, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), além das ações de luta anti-imperialistas como o Exército Zapatista de Libertação Nacional-EZLN (no México) e a Força Armada Revolucionária da Colômbia (FARC), entre outros.

Por último, consideramos que a economia solidária deve sempre estar aliada a necessidade de processos de lutas sociais radicais através de um projeto político que possa articular a construção da consciência crítica por meio dos espaços alternativos de autogestão, com a luta radical pela transformação dos alicerces que ainda mantém em pé a sociedade do capital.

4.2 PAA: limites e possibilidades para a potencialização de práticas emancipatórias

Como vimos neste trabalho, na redação do *caput* do artigo 19 que institui o PAA, observa-se uma ambiguidade: desempenha funções distintas – de política agrícola e de política de segurança alimentar e nutricional – para público também distintos, não havendo uma integração de ambas.

Segundo informação da CONAB⁶⁶, o PAA tem por objetivo incentivar a produção da agricultura familiar por meios de operações de compra a preços que atendam às peculiaridades do mercado regional. Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são vinculados à ação social de distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

A presente pesquisa teve como foco essa ambiguidade e também o caráter inovador apresentado pelo PAA, quando este é apontado como ação estruturante-emancipatória do PFZ

⁶⁶ Disponível em: <www.conab.gov.br/conabweb/download/paa/lei_10696_de_02_07_2003.doc>
Acesso em: 15 Mar 2008.

potencializando a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, incentivando o cooperativismo com o intuito de articular suas ações com a economia solidária.

Ao intitular-se como ação estruturante/emancipatória por dar condições de geração de trabalho e renda ao agricultor familiar através do incentivo ao cooperativismo, o PAA demonstra algumas fragilidades.

Dar preferência aos agricultores familiares organizados em cooperativas e/ou associações, por si só, não nos remete a idéia de emancipação social ou ainda à articulação com a economia solidária, necessariamente, como prevê o PFZ.

Nem todas as cooperativas e/ou associações possuem características de empresas solidárias capazes “de constituir-se em uma ‘economia do trabalho’ orientada pela ‘reprodução ampliada da vida em sociedade’ e por uma intenção de emancipação” (GAIGER, 2006, p.225).

Isto foi constatado nesta pesquisa quando, ao observar o perfil de cada cooperativa pesquisada, vimos que em apenas uma delas apareceram características próprias daquilo que a economia solidária se propõe a ser.

Na Cooperativa Lagoa Viva, os pescadores produzem individualmente, e enquanto grande parte têm empregados, outros mesclam empregados com a economia familiar ao contarem com a ajuda de seus filhos e genros, e, ainda, a maioria não participa das reuniões informativas e deliberativas promovidas pela diretoria da cooperativa.

Muitos preferem, por uma questão cultural de confiança que se estabeleceu com o atravessador, entregar o peixe “a preço de banana” àquele do que investir na cooperativa. Portanto, a relação de cooperação e autogestão própria da economia solidária não ocorre, ao contrário, o que observamos foi uma relação simplesmente comercial, mercadológica dos cooperados para com a cooperativa.

Neste caso podemos utilizar a afirmação de Freire (1987) que nos diz que a prática e a reflexão sobre a prática levaram a incorporar outra categoria não menos importante: a da *organização*. Afinal, não basta ser consciente, é preciso organizar para poder transformar.

Como vimos no capítulo II, os cooperados da Lagoa Viva conhecem seus opressores, têm consciência de sua condição, porém não são capazes de se organizarem efetivamente para poder transformar essa condição. E, além disso, a própria diretoria que conta hoje com 20 (vinte) integrantes, não está estimulada a construir uma relação de confiança com os demais sócios para que eles passem a ver a cooperativa como um espaço não só de comercialização de seus produtos, mas principalmente como um espaço de luta social.

A Cooperativa Sul Ecológica nos mostra o contrário. Ali, os cooperados conhecem seu opressor e não apenas se organizaram para não mais estarem submissos a ele, como seguem ainda construindo estratégias através do coletivo para manter sua autonomia enquanto grupo. A forma como esta cooperativa se organiza nos mostra o quanto um grupo, por maior que seja, pode criar formas de organização que respeitem a lógica solidária.

Então, aqui se confirma um dos limites do PAA apontado por nós ainda no começo do trabalho. Sua articulação com o eixo do PFZ que corresponde à economia solidária não deve restringir-se ao fomento das cooperativas através do privilégio na aprovação dos projetos provenientes dos empreendimentos com essa forma jurídica. O PAA deve ampliar sua atuação para garantir que empreendimentos efetivamente sejam solidários ou que aqueles que foram criados com essa proposta não percam essa característica no meio do processo.

O outro limite do PAA está ligado à relação de dependência que este vem criando nas cooperativas que dele participam. Estas, pelo que se viu na pesquisa, não vêm construindo, de um modo geral, alternativas consistentes de escoamento de sua produção além da oportunizada pelo programa. A dependência é fator que dificulta o exercício de práticas emancipatórias, mantendo este programa nas mesmas perspectivas adotadas pelas políticas conservadoras historicamente observadas no Brasil.

Também não podemos descartar a fala do Sr. E.X.S. quando o mesmo reclama do limite de recursos para a compra destinados pelo PAA a cada cooperativa. Na Lagoa Viva, por exemplo, como a verba é restrita a um número que não ultrapassa 30 (trinta) associados, os demais são automaticamente excluídos da possibilidade de vender seu peixe à CONAB até que o valor do projeto aumente. No que diz respeito aos critérios de seleção, não existe nenhum critério pré-definido pelo PAA a não ser que o produtor esteja inscrito no PRONAF,

então, a seleção dos produtores que participarão do programa fica a cargo da própria cooperativa.

No caso da Lagoa Viva a diretoria priorizou aqueles pescadores que já costumavam entregar o peixe à cooperativa, e como são poucos devido aos problemas já apontados, a seleção acabou contemplando a todos os atuantes. Já no caso da Sul Ecologia, todos os associados que possuem DAP e mandaram a programação de produção por grupo, num do total de 23 grupos, entregam seus produtos ao PAA/PFZ.

Optar por não definir nenhum critério de seleção dos produtores que poderão fornecer os alimentos torna-se mais um limite do PAA, visto que dá margem para que a diretoria de cada cooperativa favoreça os produtores da sua relação de amizade e/ou parentesco ou, ainda, como apontou o trabalho de Wagner (2009), possa utilizar-se do programa para angariar eleitores e/ou fundos para campanha política partidária.

A partir das falas dos pescadores e pequenos agricultores, podemos destacar outros dois limites: atraso e descontinuidade na liberação dos recursos, e, conseqüente atraso nos pagamentos destes (as) trabalhadores (as). Estes limites estão ligados ao limite da dependência já apontado, visto que a falta de estratégias de mercado para a comercialização dos produtos (além da oportunizada pelo PAA) não permite que os empreendimentos tenham estabilidade econômica.

Concordamos com Graziano da Silva (*apud* WAGNER, 2009, p. 101) quando este “afirma que o projeto [PAA/PFZ] deve favorecer a agricultura familiar com o incentivo à pesquisa, além de fornecer assistência técnica, políticas de comercialização e estímulos a formação de cooperativas”. Em Pelotas, a instituição encarregada por prestar a assistência técnica é o CAPA, porém esta assistência restringe-se ao planejamento e qualidade dos produtos, e não compreende a parte administrativa, também não oferece uma ação profissional sistemática de apoio para que as relações sociais estabelecidas dentro das iniciativas econômicas priorizem o viés solidário.

O CAPA presta estes serviços independentemente do PAA, visto que este programa não prevê em suas ações verbas para dar assistência técnica às cooperativas nele cadastradas. A Sul Ecológica, cuja criação teve forte incentivo do CAPA, hoje tem buscado sua

independência através do encaminhamento de projetos sociais para aquisição de técnicos que a assessoram, como é o caso da engenheira agrônoma que atualmente ali trabalha. Já a Lagoa Viva não tem contado com nenhum suporte técnico, sendo essa uma de suas principais reivindicações, como mostra a fala do Sr. J.A.S.O.: “agora, imagina uma cooperativa formada por simples pescadores com quinto ano primário, isso foi fundamental pra não subir a cooperativa. Agora teve seus benefícios, né! [...] eles também tinham que trazer alguém aqui pra ensinar o pescador. Nós todos aqui não temos mais que o primário, agora nossos filhos sim, uns já tem segundo grau, outros tão fazendo faculdade. E aí esses filhos tomariam as rédeas do trabalho”.

O PAA foi criado a partir de uma proposta que dialoga com os anseios da população organizada, direciona seus objetivos para suprir a demanda da fome e da comercialização dos produtos do pequeno agricultor, porém sua função de eixo articulador acaba ocorrendo pela metade. O PAA está articulado com o Programa Bolsa Família (primeiro eixo do PFZ referente ao acesso aos alimentos) ao inserir em suas ações prioritariamente as famílias que deste participam, porém ainda falta um longo caminho a ser percorrido para que essa articulação ocorra também com a economia solidária e com o Eixo IV do programa que prevê o controle social⁶⁷ através da participação popular.

Isto, porque, além de não se ter um espaço que discuta a Segurança Alimentar e Nutricional no município, também os espaços criados (como as reuniões do Comitê Gestor do PAA/PFZ) para pensar o programa, não prevêem a participação das famílias que recebem o alimento, mas apenas da coordenação de cada entidade conveniada, como mostramos através da fala do Coordenador do Comitê, o Sr. Rodemar.

O PAA em sua ação emergencial/compensatória, ao distribuir os alimentos comprados da agricultura familiar às famílias em situação de risco social e, em contrapartida, exigir a participação destas em cursos⁶⁸, em que o conteúdo é deixado a cargo das próprias gestoras locais, isto é, as entidades da rede sócioassistencial (Igrejas, Associações de Bairro, Creches),

⁶⁷ Em Pelotas o CONSEA ainda não foi criado. O que vem acontecendo no município é a realização de plenárias na Câmara de Vereadores que está abordando a discussão da Segurança Alimentar e Nutricional entre as cooperativas e entidades sócioassistenciais para que a construção do conselho seja efetivada.

⁶⁸ Cursos que, como vimos, são na sua maioria precários, onde muitas vezes não instigam a participação, pois não são considerados atrativos para a população-alvo.

acaba não se diferenciando da cultura tuteladora consolidada em décadas de clientelismo que frearam a ação social autônoma das classes populares.

Ao referir-se sobre as exigências para manter as comunidades e as famílias inseridas no PAA, Sr. Ivo relata que “é uma exigência da CONAB, MDS, que eles tenham uma contrapartida também, que as comunidades beneficiadas não só recebam o alimento, mas que eles façam alguma atividade. Ou uma horta comunitária, ou um artesanato [...] alguma coisa que a comunidade já sabe fazer ou que eles estão acostumados a fazer, ou que eles têm vontade de fazer. Isso é uma exigência do PAA” (sic). Porém, a falta de recursos das entidades acaba restringindo a atividade dessas ao ato de doar o alimento, o que em nada contribui para o protagonismo das famílias em situação de risco social.

É inegável que sem alimentação os trabalhadores são incapazes de articularem-se em um movimento emancipatório, porém a mera doação de alimentos sem a construção de práticas que instiguem o protagonismo de classe, a distribuição de alimentos não passa de uma ação assistencialista.

Reconhecemos que “o impulso da alimentação é inexorável e pouco maleável, quer dizer, cobra sua satisfação imediata e ameaça a continuidade da existência” (IASI, 2001, p. 17), porém, é necessário um segundo passo para que saciar a fome não seja um mero paliativo.

O PAA é ação emergencial para as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, porque, como já foi dito, estas representam a economia informal dispersa, fragmentada e precarizada. Por isso, é necessário que os agentes sociais envolvidos nesse processo, construam estratégias que possibilitem a essas famílias uma maior e melhor organização para que seus direitos sejam garantidos e a criação de novos direitos, através de um movimento coletivo, possa ser concretizada. Aqui é necessária uma aproximação dos atores do PAA (pequenos agricultores e famílias em situação de risco social). Construir estratégias significa antes de qualquer coisa possibilitar o contato entre aqueles atores, oportunizar que eles se conheçam e se reconheçam como classe oprimida para, assim, trabalharem coletivamente na viabilidade do programa no município.

A desorganização destes setores das camadas populares ainda é mais evidente quando o poder público municipal que deveria ser responsável pela gestão do programa acaba eximindo-se dessa responsabilidade e deixando-a a cargo da sociedade, principalmente de um terceiro setor que, como sabemos, nem sempre tem como objetivo motivar a autonomia das classes populares, mas mantê-las submissas e dependentes às ações por ele protagonizadas.

Este descomprometimento do poder municipal com os trabalhadores pobres é observado como um entrave e também como uma possibilidade. Um entrave no sentido de que poderia vir dele toda a infra-estrutura e recursos humanos para conseguir assegurar que o PAA cumprisse seus objetivos, porém não deixa de ser uma possibilidade na medida em que encoraja a população a organizar-se através da criação de um Comitê Gestor para tentar suprir a falta daqueles recursos.

Mas o que é aqui um entrave e uma possibilidade poderia na verdade ser um complemento, onde facilitaria a operacionalização do PAA se ambos, poder público e comitê gestor, unissem forças num único caminho, o de tornar este programa governamental uma política potencializadora de práticas emancipatórias.

É importante salientar que ao propor uma forte atuação do poder público municipal no PAA, não estamos colocando-o como indispensável para a viabilidade de um programa daquele porte, mas é inegável que com uma melhor infra-estrutura disponibilizada pela Prefeitura muitos dos entraves aqui apontados se evitariam.

No caso de Pelotas, vemos claramente que as posições ideológicas assumidas por cada governo, influenciam na perspectiva adotada para com a atuação junto aos trabalhadores. Aqui, retomamos a afirmação do Sr. (E.X.S.):

Todo o projeto do governo federal segundo eu sei, ele tem que chegar pra uma entidade, o correto, é ele vir: governo federal e prefeitura municipal, esse é o caminho. Por que é que esse nosso não faz esse caminho? Porque a nossa prefeitura fecha as portas e o projeto vem direto pras entidades, e isso não é o correto. E por que é que a prefeitura fecha a porta? Politicamente pra não ter que participar de projeto do governo por bobagens políticas. Eu acho que se ele viesse dentro de uma prefeitura de um município que taria mais perto. Quem é que tá mais perto de nós? É a prefeitura ou o palácio lá em Brasília? É a prefeitura! Eles teriam que designar alguém pra fazer esse acompanhamento, essa fiscalização (sic).

Porém, o que parecem “bobagens políticas” são, na verdade, modelos de práticas políticas que seguem uma lógica conservadora ou se dizendo progressista, mas reproduzindo práticas, que não ultrapassa o viés reacionário.

Também no caso de Pelotas, constatamos claramente que a desresponsabilização por parte do poder público municipal dá-se, em certa medida, pela falta de mecanismos construídos pelo governo federal que exijam uma descentralização responsável, ou seja, se as ações governamentais da esfera federal fossem absorvidas pelas esferas estatal e municipal, o PAA, assim como tantos outros, teoricamente, bons programas teriam o cumprimento de seus objetivos facilitados. Desde que, obviamente, as ações governamentais vindas de cima permitam que no âmbito estadual e municipal elas possam ser adequadas à realidade da população e as peculiaridades de cada região.

A desresponsabilização está ligada a concepção política de cada governo, ou seja, hoje o governo federal é do PT e o governo municipal do PP. Este, sem explicação coerente, não quis gerir o PAA no município de Pelotas, aquele, por sua vez, não tem mecanismos que exijam a participação do governo local no PAA. Entra em cena, então, o CAPA, ONG de esquerda cujos integrantes têm forte ligação com o PT⁶⁹. Esta ONG passa a responsabilizar-se pelo PAA, mas, ao mesmo tempo, trata de criar um Comitê Gestor para que sua ação se restrinja apenas a um apoio pontual.

Observamos aqui que para o governo municipal, hoje do PP, não é nada vantajoso responsabilizar-se por um dos eixos articuladores do PFZ cujas ações buscam fortalecer a agricultura familiar composta por iniciativas que sempre foram avessas aquele partido e que, durante o período eleitoral apoiaram a campanha do PT para o governo do município.

Ernesto Martinez, funcionário do CAPA, “mencionou que a CONAB não dá preferência a municípios que sejam governados por determinado partido político, e que esse programa é burocratizado para que haja maior controle social, visto que sofre três ou quatro auditorias por ano e é fiscalizado pelo Ministério Público” (WAGNER, 2009, p. 65). Apesar

⁶⁹ De acordo com Wagner (2009), o CAPA possui vários de seus atores militando no PT e também exercendo cargos políticos quando este partido está no governo. Foi o caso do coordenador do CAPA, Sr. Ellemar Wojahn, que na época em que o PT estava no poder público municipal, o mesmo foi Secretário de Desenvolvimento Rural.

da CONAB não dar preferência a municípios governados por partido político “x”, “y” ou “z”, ela também não cria uma forma de responsabilizar os municípios pela gestão do programa, ficando este a mercê do voluntarismo das comunidades e de ONG’s para sua gestão. A impressão passada é de que o governo federal também não faz muita questão que um programa seu fique sob responsabilidade de um partido que não siga sua concepção política. Porém, isso é apenas uma hipótese, que aqui não teria subsídios para ser aprofundada e só seria comprovada ou não através de outra pesquisa.

Apesar do PAA/PFZ se intitular como política pública com caráter emancipatório, cujo objetivo é mudar estruturalmente a vida das pessoas que nele se inserem, a partir da pesquisa aqui realizada, observamos nele alguns limites que já iniciam na sua concepção e, coerentemente, acabam refletindo na forma como ele está sendo gerido no âmbito local. A forma como ele quer articular a economia solidária em suas ações; a dependência que tem criado junto às iniciativas populares; as ações emergenciais destinadas a sanar a fome das famílias pobres; e, a forma precária – apesar da visível boa vontade das pessoas que compõem o Comitê Gestor – como sua gestão vem se dando no município de Pelotas, são limites que devem ser repensados para que novas estratégias sejam traçadas, contando sempre com a participação ativa dos envolvidos, que não apenas cumpra com os requisitos estipulados pelo programa, mas que seja proponente na construção de um outro perfil para as políticas sociais.

De um modo geral e, especialmente, como o PAA/PFZ vem agindo para com seus beneficiário-consumidores, concordamos com a posição de Yazbek que afirma:

apesar de seu forte apelo simbólico (tal como o Programa Comunidade Solidária) não apresenta inovações, pelo menos em seu desenho concreto inicial, embora em sua proposta original fique explícita a perspectiva de associar o objetivo da segurança alimentar a estratégias permanentes de desenvolvimento econômico e social e a medida de cunho mais estrutural. Até o momento, no entanto, as ações implementadas mostram-se conservadoras e apoiadas em forte apelo humanitário, sem claras referências a direitos. (2003, p. 49)

Para superar os limites já pontuados na forma como o PAA vem se viabilizando em Pelotas, pensamos que criar possibilidades de fortalecimento dos vínculos entre os atores sociais que compõem o PAA, neste município, deve ser priorizado para, assim, exigir do poder público municipal maior comprometimento com este programa e, da mesma forma,

permitir que as ações do PFZ através de seus eixos articuladores possam concretizar-se como fomentadores do processo emancipatório.

Iniciamos com a sugestão dada por um dos cooperados da Lagoa Viva. O mesmo coloca que o programa deveria estar ciente das condições de cada cooperativa e disponibilizar ali trabalhadores sociais comprometidos com aqueles pequenos produtores. Para isso, é preciso garantir que não ocorra de “no momento em que os ‘trabalhadores sociais’ definam o seu quefazer como assistencialista e, não obstante, digam que este é um quefazer educativo, *cometam* [grifo nosso] na verdade um equívoco de conseqüências funestas, a não ser que tenham optado pela domesticação dos homens” (FREIRE, 1992, p.44). E ainda que contribua para que cooperativas como a Lagoa Viva possam ter o diferencial que hoje a Sul Ecológica tem. Esta tem ações de contra-partida para com seus associados, ela encaminha projetos para financiar a atuação de técnicos que, ao mesmo tempo, prestam assessoria e também constroem, junto com os agricultores familiares, um novo conceito de produção que priorize a sustentabilidade através da tentativa de hegemonizar a produção agroecológica em todas as pequenas propriedades que compõem a cooperativa.

Outra possibilidade seria aderir ao que clamam as famílias em risco alimentar, ou seja, incluir nas suas ações junto a essas a geração de trabalho e renda, pois elas não querem a doação do dinheiro (Programa Bolsa Família) e nem da comida, elas querem trabalhar para conseguir se sustentar e sustentar sua família através de seu próprio esforço produtivo. E o que elas acreditam que, hoje em dia, está mais próximo de sua realidade é a organização do trabalho no coletivo, nos grupos que já existem e dos quais elas fazem parte apenas para aprender, mas aprender sem saber o que fazer com o que aprendem. Aqui vemos que os grupos fomentados pelo governo, através das entidades sociais, não devem se restringir a qualificação profissional para o mercado formal de trabalho, pois este não mais comporta essas famílias, nem mesmo qualificadas. Estes grupos devem ter uma finalidade, e a que nos parece mais coerente é a auto-organização desta economia informal dispersa, fragmentada, na economia solidária, criando-se, assim, uma cultura de protagonismo das camadas populares.

Nisto se observa a falta que o poder público faz. Sem ele, nem mesmo o básico que eram as entregas dos produtos todas as semanas pôde continuar. Sem ele, as seleções das famílias necessitadas ficam a cargo do bom senso de pessoas que se disponibilizam a contribuir como podem, sem nenhum critério técnico para a seleção. Sem ele, as visitas que o

Comitê Gestor deveria realizar freqüentemente em cada comunidade estão limitadas, pois este comitê não possui nenhum meio de locomoção de seus integrantes e também não possui sede própria. Enfim, estamos diante de uma situação de precarização das políticas públicas, refletida no nível local.

Por isso o papel do poder público como gestor de programas e políticas, mas deixando sempre claro que o exercício de novas relações produtivas proposto pela economia solidária não é consequência da reorganização do Estado, é necessária principalmente a profunda organização da sociedade civil como protagonista dessas novas relações.

Na construção de um projeto político para a economia solidária, devemos construir estratégias para fomentar a organização dos produtores e consumidores, não visando o bem-estar dentro do sistema capitalista, mas para, a partir desses trabalhadores, gerar novas relações sociais que possibilitem instigar o conhecimento crítico e transformador.

Concordando com o argumento marxiano na defesa das cooperativas (especificamente as de produção), onde o caráter revolucionário das novas relações produtivas, protagonizadas pela economia solidária, está em transformar a estrutura produtiva capitalista. Percebemos que a revolução aqui proposta está centrada no econômico quando mexe nos alicerces da produção convencional e também no político quando requer a auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras para pressionar uma postura mais comprometida do Estado para com as camadas populares, obviamente, até onde seu limite permitir.

Apesar dos limites pontuados, o PAA pode tornar-se uma política que vise a construção de práticas emancipatórias, desde que consiga potencializar a geração de renda para os agricultores familiares, mas oportunizando a autonomia destes e não criando uma relação de dependência; que corresponda aos anseios das famílias consumidoras e, ao invés de exigir das comunidades, exija da prefeitura municipal a construção de atividades que ultrapassem o viés emergencial e esteja de acordo com a geração de trabalho e renda para aquelas famílias; que corresponda aos anseios dos pequenos produtores, prestando assessoria técnica e educacional a todas as cooperativas e estenda a assistência às comunidades; que mantenha-se articulado com o Programa Bolsa Família para que a transferência de renda esteja articulada com a geração de trabalho; que dentro do município se construa uma cultura de participação popular através dos conselhos e também que os espaços dentro de cada

comunidade sejam fomentadores dessa participação; e, por último, uma articulação efetiva com a economia solidária, tanto no que concerne a aproximação das cooperativas nessa outra forma de trabalho, quanto, igualmente, na aproximação dos grupos informais constituídos pelas famílias em situação de risco social.

Quando falamos em políticas públicas que se articulem com a economia solidária estamos de acordo com o que Pochmann (2004) pontua como os limites da economia solidária caso não haja a concretização de um conjunto amplo de políticas públicas para incentivá-la. Pochmann cita cinco lacunas que, se preenchidas por políticas públicas, podem possibilitar o fortalecimento do movimento de economia solidária no país:

1^a) Inicialmente destaca-se a necessidade de uma definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da Economia Solidária [...] trata-se da constituição de um código próprio do trabalho sob o regime da economia solidária; 2^a) diz respeito ao padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da economia solidária [...] exigindo, por pressuposto, uma linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de crédito populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção não capitalista; 3^a) resulta a necessidade de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária [...] cabe *aqui* a promoção de um organismo voltado ao apoio e à formação técnica na economia solidária, a exemplo do que existe para a economia capitalista (Sebrae); 4^a) relaciona-se à incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior; e 5^a) compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias. É necessária a revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários, praticamente à margem das compras públicas. (2004, p. 31)

O preenchimento desta quinta lacuna é o que mais se aproxima da articulação que o PAA vem tentando construir com a economia solidária, pois os produtos, a princípio, provenientes desta economia são adquiridos pelo governo federal para doação simultânea às famílias em situação de risco social e também às crianças da rede pública de ensino através da merenda escolar onde 30% desta provém de produtos da agricultura familiar.

Porém, isto ainda carece de um conjunto de várias outras ações para que o PAA não restrinja sua ação à compra, venda e distribuição dos produtos da agricultura familiar, e considere dentre as cinco lacunas já pontuadas, prioritariamente, àquela que trata de aspectos como assistência técnica e caráter educacional com viés conscientizador (no sentido dado por

Paulo Freire), possibilitando às famílias uma alternativa de geração de trabalho através da cooperação que siga a lógica solidária.

Para isso, é importante também que, através de espaços que potencializem a participação, haja uma aproximação entre os cooperados e as famílias em situação de insegurança alimentar a fim de que reclamações como as que foram feitas pelas beneficiária-consumidoras, acerca da pouca quantidade dos produtos, sejam entendidas a partir de um olhar técnico. Isto porque, muitas vezes a pouca quantidade de produtos está ligada ao fato já relatado pelo Sr. Rodemar de que, devido a característica agroecológica dos produtos e também as condições climáticas, fica prejudicada a distribuição de uma grande quantidade de produtos em um curto espaço de tempo. Se houvesse maior inter-relação entre os beneficiários, as cooperativas poderiam esclarecer, entre outras informações, a questão da safra, por exemplo, e as famílias teriam acesso à informação por completo e não de forma fragmentada.

Então, esta inter-relação é importante também pra que se construam, através da troca de experiências, uma cultura do trabalho associativo, assim como, a criação de uma rede efetivamente solidária entre ambos os beneficiários. A rede que aqui falamos não se restringe às ações desenvolvidas pela Rede Solidária já existente sob forte intervenção do CAPA, que serve apenas para viabilizar o PAA com todos os limites já observados nesse trabalho.

Uma rede efetivamente solidária significa uma articulação entre pequenos produtores e famílias empobrecidas, ambos da classe trabalhadora, em que haja um reconhecimento do trabalho daqueles por parte dessas e vice-versa, construindo uma cultura da solidariedade não mais pensada como caridade, mas sim como aquela capaz de fazer frente à sociedade do capital através do trabalho cooperado e autogerido.

Considerando a objeção da prefeitura em compreender o PAA em suas ações de combate à fome e a economia solidária nas ações de geração de trabalho e renda, o fortalecimento desta rede, efetivamente solidária, propiciaria, através da auto-organização dos trabalhadores (produtores e famílias), que estes, mobilizados, exigissem do poder público municipal uma resposta aos seus anseios coletivos.

Porém, como já vimos, esta mobilização das classes subalternas não se dá espontaneamente, é um movimento que, nascendo da ação das lideranças comunitárias, deve ser impulsionado por trabalhadores sociais comprometidos radicalmente com aquelas. Como este movimento, em Pelotas, não tem o respaldo do poder público municipal é importante que ele seja impulsionado dentro das comunidades, dentro do Comitê Gestor, dentro de cada cooperativa e através do próprio PAA no âmbito nacional, pela inclusão de recursos que sejam destinados para a contratação e capacitação de trabalhadores sociais que prestem assessoria técnica e dêem a devida propulsão para que se construam dentro dos espaços comunitários e cooperativos uma educação para a liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAA é um instrumento de política pública instituído para garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações empobrecidas do país, assim como, garantir a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, o PAA, como eixo articulador do PFZ, tem o objetivo de estar fortemente vinculado com políticas que assegurem o controle social, a transferência de renda e a geração de trabalho, tendo esta última um viés solidário diferente do conceito de caridade que por muitas vezes a palavra solidariedade carregou consigo.

Este trabalho procurou mostrar que a ambiguidade nas ações protagonizadas pelo PAA, assim como as fragilidades constatadas no seu caráter de eixo articulador do PFZ, tem contribuído, mas apenas de forma muito limitada, para que esse instrumento de política pública possibilite efetivamente práticas emancipatórias-estruturantes como consta no documento que o originou.

A partir da hipótese desta ambigüidade é que construímos a estrutura da pesquisa, base desta dissertação de mestrado, que teve o objetivo de analisar os desafios e as possibilidades para o PAA concretizar-se como uma política que potencialize práticas emancipatórias para a totalidade dos seus beneficiários, na perspectiva da economia solidária, considerando seus objetivos de ser, ao mesmo tempo, ação estruturante/emancipatória e ação emergencial/compensatória.

Buscando atingir o referido objetivo de pesquisa outros quatro objetivos específicos foram traçados e trataram de ser atingidos por três formas distintas: através de pesquisa bibliográfica, pesquisa exploratória com entrevistas individuais e a pesquisa de campo que foi realizada basicamente através do instrumento de grupo focal, utilizando o princípio que orienta a enquete operária na construção dos roteiros de pesquisa.

O último objetivo específico, que está intimamente ligado ao nosso objetivo geral tratou de – ao conhecer a forma como o PAA vem se materializando no município de Pelotas – pontuar alguns limites e, a partir destes, algumas possibilidades que puderam ser traçadas no

sentido de tornar aquele programa um instrumento que se distancie das políticas sociais com perfil assistencialista que sempre esteve presente nas políticas brasileiras.

Antes de retomarmos os limites e possibilidades já abordados nesse trabalho é importante lembrar que nosso conceito de prática emancipatória está ligado a um movimento dialético composto por saltos e recuos, e, assim sendo, não é tomada como algo dado, estático, que acontece inevitavelmente, mas, ao contrário, o emancipatório aqui está envolvido intimamente com a realidade histórica dos indivíduos que nele estão presentes. Realidade esta que “proibitiva ou não do pensar e do atuar autênticos, é criação dos homens. Daí ela não pode, por ser histórica tal como os homens que a criam, transformar-se por si só. Os homens que a criam são os mesmos que podem prosseguir transformando-a” (FREIRE, 1979, p. 18).

Dessa forma as políticas emancipatórias – aquelas que visam potencializar práticas emancipatórias – devem, dentre suas ações concretas, oportunizar que as pessoas por elas atingidas construam uma nova realidade através de espaços que rompam com o senso comum, para que a construção da consciência crítica seja possível e necessária na realização da emancipação humana defendida por Marx.

O PAA no âmbito do PFZ nasce com a finalidade de se aproximar deste conceito de política social, pois seus objetivos se afastam do ideário da “sociedade solidária” que pensa a solidariedade não como a construção consciente de uma nova ordem social, mas como a possibilidade de se viver bem na sociedade do consumo, prezando o voluntarismo e a compaixão que tem por detrás o egoísmo e a submissão.

Contudo, suas ações não se materializam da maneira idealizada no Projeto Fome Zero. Devido a uma série de problemas, o PAA, apesar das boas intenções, não corresponde às expectativas de uma política que instigue a práticas emancipatórias.

Primeiramente, não devemos desconsiderar o fato do PAA ser uma política de governo, governo este que dirige, momentaneamente, o Estado e este, por sua vez, é dirigido pelas camadas dominantes de uma sociedade de classes. Lembrando que, “o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2000, p. 47), vemos o Estado e seu executivo como um limite que acaba por interferir na construção e/ou efetivação de políticas emancipatórias.

Este é aqui considerado o principal limite, que acaba por gerar todos os demais já observados no capítulo anterior, tais como:

- Sua condição de eixo articulador é falha principalmente na relação do PAA com a Economia solidária;
- A relação de dependência que o PAA constrói junto aos grupos populares onde atua;
- Deixa a cargo de cada empreendimento popular os critérios para a inserção ou não dos pequenos produtores em suas ações. O mesmo acontece entre as entidades assistenciais e as famílias em situação de risco social;
- O atraso e descontinuidade na liberação dos recursos e atraso nos pagamentos dos (as) trabalhadores (as);
- Fomenta a participação do terceiro setor na gestão de suas ações, desresponsabilizando assim, o poder público municipal como gestor importante, quando pensamos numa descentralização consciente⁷⁰;
- E, como último limite pontuado, temos a manutenção da cultura tuteladora quando as ações emergenciais/compensatórias do PAA se restringem a oferecer cursos de qualificação, pouco proveitosos às famílias em situação de insegurança alimentar, que quase nada contribuem para uma mudança radical em suas vidas.

Depois de pontuados esses limites, nos esforçamos para pincelar algumas possibilidades de tornar o PAA um instrumento emancipatório para ambos beneficiários com os quais ele atua. E dessas possibilidades conseguimos concluir que o principal fator que leva à construção de políticas sociais que impulsionem um novo projeto societário com viés emancipatório é o comprometimento dos que governam e dos demais atores sociais que colaboram com a gestão do programa.

Partindo do entendimento que Freire (1979) faz da palavra compromisso, concordamos quando nos é dito que:

Não é possível um compromisso verdadeiro com a realidade, e com os homens concretos que nela e com ela estão, se desta realidade e destes

⁷⁰ Aqui é necessário mais uma vez esclarecer que não estamos defendendo o poder público municipal como único gestor, mas sim uma possibilidade de haver gestão deste com ativa participação da sociedade civil. Assim sendo, aqui o poder público municipal oportunizaria recursos suficientes para a operacionalização do PAA no município.

homens se tem uma consciência ingênua. Não é possível um compromisso autêntico se, àquele que se julga comprometido, a realidade se apresenta como algo dado, estático e imutável. [...] Se não a vê [a realidade] e não a capta como uma totalidade, cujas partes se encontram em permanente interação. Daí sua ação não poder incidir sobre as partes isoladas, pensando que assim transforma a realidade, mas sobre a totalidade. É transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário. (1979, p. 21)

Portanto, “o compromisso seria uma palavra oca, uma abstração, se não envolvesse a decisão lúcida e profunda de quem o assume. Se não se desse no plano do concreto” (FREIRE, 1979, p. 15). Dessa forma, um ser adaptado às condições impostas pelo mundo, que não se distancia da realidade para, então assim, poder admirá-la, não é um ser capaz de adquirir o compromisso aqui defendido.

A partir dessa premissa, a primeira possibilidade que se apresenta está no comprometimento dos atores sociais envolvidos na gestão do Programa no município. Estes devem adotar como ponto de partida de sua ação reflexiva o conhecimento da realidade, atuando sobre e através dela, respeitando as diversas formas de conhecimentos por ela permeados. E assim, oportunizar que as famílias em situação de risco social, que hoje se apresentam como a economia informal dispersa, reconheçam-se nesse processo como também agentes da mudança e organizem-se nesse sentido.

Uma outra possibilidade está centrada na criação de estratégias (entre elas, uma maior e melhor organização da sociedade civil) para comprometer o poder público municipal a ser também gestor do PAA. Isto não quer dizer que a comunidade deva afastar-se do papel que desempenha, mas seria uma forma de construir uma relação de ajuda mútua entre poder público e sociedade civil organizada, para que o Programa disponibilize da estrutura necessária para atingir seus objetivos.

Também observamos como possibilidade o incentivo à pesquisa, à assistência técnica e à formação de cooperativas que sigam a lógica da economia solidária. E que estes incentivos não se restrinjam apenas à agricultura familiar, mas se estendam aos grupos informais urbanos, que recebem o alimento orgânico e estão dispostos a cumprir com a contra-partida de participarem dos cursos profissionalizantes, mesmos com estes não contribuindo para seu efetivo sustento, pois não têm por detrás um planejamento estratégico que pense na

viabilidade econômica e na comercialização dos produtos, resultado daqueles cursos. São grupos que reivindicam alternativas, oportunidades e estas somente serão passíveis de serem estabelecidas quando houver maior comprometimento para com estas camadas populares.

As camadas sociais a que nos referimos não querem só a comida, elas clamam por ações que priorizem a geração de trabalho e renda. A partir disso e do que apareceu durante a pesquisa, ousamos afirmar que elas estão cientes da importância do trabalho coletivo como estratégia para seu fortalecimento e, conseqüentemente, acreditam que se organizando desta forma possibilitarão a visibilidade de suas demandas para que estas sejam supridas.

Pontuadas estas possibilidades (consciente de que outras podem ser traçadas), cabe aqui ressaltar que elas não devem ser pensadas como ações isoladas, ao contrário, uma não tem como se tornar possível sem a outra, uma está e deve estar intimamente conectada com a outra para que mudanças aconteçam.

Mas para isso ocorrer é necessário retomarmos a importância da construção da criticidade diante da realidade que nos é apresentada, pois “na ingenuidade, que é uma forma ‘desarmada’ de enfrentamento da realidade, apenas olhamos e, porque não admiramos, não podemos adentrar o que é olhado, não vendo o que está sendo olhado” (FREIRE, 1979, p. 44). E assim, não conseguimos ir além do que está posto, deixando de acreditar que o que pelo homem foi feito, por ele poderá ser desfeito desde que o trabalho na construção da nova estrutura social seja coletivo e siga os princípios da autogestão, solidariedade e cooperação.

É neste contexto que entra a economia solidária como potencializadora do processo emancipatório. Infelizmente, a pesquisa nos mostrou que não existem critérios específicos que garantam a articulação PAA e Economia Solidária. Apesar da intenção governamental em constituir essa articulação, ela é ainda ínfima caso a finalidade seja criar alternativas para o fortalecimento da economia solidária no país.

Por sua vez, a economia solidária é uma possibilidade emancipatória, pois surge não apenas como uma alternativa de geração de trabalho e renda, mas mais que isso, ela representa o resgate das lutas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade contra a exploração na qual são submetidos e ainda, representa uma possibilidade de

construção de novas relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza através do trabalho.

Aqui a economia solidária torna-se um instrumento importante na construção de uma nova cultura que “teria como requisitos a desmercantilização da força de trabalho e um processo de desalienação do trabalhador quanto ao produto, ao processo e a si mesmo como trabalhador” (TIRIBA, 2001, p. 343).

Para o fortalecimento da economia solidária como potencializadora de uma nova cultura do trabalho é importante a participação da sociedade civil organizada, mas também do Estado como estrutura capaz de fomentar esta outra economia em detrimento à economia de mercado.

Concordamos com Tiriba (2001) quando esta afirma que a constituição de novas práticas sociais e econômicas não é possível sem que haja a transformação do caráter do Estado. Como vimos nesse trabalho, o Estado possui limites que impedem que suas práticas sejam destinadas exclusivamente às camadas populares. Por isso, é necessário – além da transformação do caráter do Estado – que uma nova cultura do trabalho se construa nas inter-relações sociais estabelecidas no cotidiano do processo de trabalho organizado.

Neste sentido, apesar dos avanços trazidos pelo Governo Lula, principalmente através do PFZ, a pesquisa realizada comprovou que da forma como o PAA vem sendo operacionalizado, não passa de um instrumento de política pública basicamente emergencial e compensatório e que ainda há um longo caminho a percorrer se a intenção é tornar PFZ e seus eixos articuladores, mais especificamente, PAA e Economia solidária, instrumentos capazes de instigar o processo emancipatório.

Mas apesar de longo, o caminho existe e está aí para ser percorrido por todos aqueles comprometidos com um novo projeto de sociedade. Assim, consideramos que “a existência de idéias revolucionárias em uma determinada época já pressupõe a existência de uma classe revolucionária” (MARX; ENGELS, 1999, p. 73), e a consciência de que ela existe é o que nos torna otimistas frente aos recuos mais do que saltos presentes no percurso projetado.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.
- ANTUNES, Ricardo L. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social – fundamentos e história*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008. v.2 (Biblioteca Básica de Serviço Social)
- BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário*. Tradução de Manuel Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Instituto Teotônio Vilela, 1997. (Pensamento social democrata)
- BOBBIO, Norberto. O verbete Marxismo. In. SANT’ANNA, Sílvio L. (Org.). *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2000. p. 129-141. (Obra-prima de cada autor)
- BUBER, Martin. *O Socialismo Utópico*. Tradução de Pola Civelli. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção Debates)
- CAMPOS, Heliana Kátia Tavares. Articulação e integração das ações para gerar trabalho e renda. In: MELLO, Claiton; STREIT, Jorge; ROVAI, Renato (Org.). *Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: A contribuição da Fundação Banco do Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 2006. p. 35-42.
- CARDOSO, Larry C. *et.al.*. *Avaliação de Programas Sociais (PNAE, PLANFOR, PROGER): eficiência relativa e esquemas de incentivo*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fAvaliacao_programas_sociais_PNAE_PLANFOR_PROGER.pdf>. Acesso em: 28 Mar. 2010.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Tradução da equipe de tradutores do Instituto de Letras de Puccamp. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1990.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. Tradução de Cleisa Moreno Maffei Rosa e Mariângela Belfiore-Wanderley. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela *et.al.* (ORG’S). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 1997. p. 15-47.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. A economia social e solidária na França. In: FRANÇA FILHO, Genauto *et.al.* (Org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Tradução de Carlos A. A. Ferraz e Araújo. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 39-55.

CHAUÍ, Marilena. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). *O Educador Vida e Morte*. 6.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p, 51-70.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. Tradução de Lydia Christina. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: xamã, 1996.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Agricultura Familiar – Programa de Aquisição de Alimentos*. Disponível em: www.conab.gov.br/conabweb/download/paa/lei_10696_de_02_07_2003.doc> Acesso em: 15 Mar 2008.

_____. Levantamento Anual do PAA. In: *Superintendência Regional do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2009.

CORAGGIO, José Luis. *Política Social y economía del trabajo: Alternativas a la política neoliberal para la ciudad*. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 1999.

COSTA, Francisco Xavier Pereira da. *et. al. Incubação de Empreendimento solidário popular: fragmentos teóricos*. João Pessoa: editora universitária, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?.* São Paulo: Cortez Editora, 2004.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. *A diferença da igualdade: a dinâmica da Economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Campinas, 2006.

_____. *A janela estilhaçada: a crise do discurso do Novo Sindicalismo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CRUZ, Paulo Sérgio Alves da. *A Filosofia Cooperativista e o Cooperativismo no Brasil e no Mundo*. Rio de Janeiro: COP Editora Ltda, 1997.

CULTI, Maria Nezilda. Economia solidária: incubadoras universitárias e processo educativo. *Proposta: Revista Trimestral de Debate da FASE*. Ano 31, n. 111, p. 16-22. 2007.

DELGADO, Guilherme et.al. *Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar*. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1145.pdf>. Acesso em: 25 Mai 2008.

DRAIBE, Sonia. *Crise no Welfare State*. Cadernos Núcleo de Estudos de Política Pública, 2006.

FALA BRASIL. Disponível em: <<http://www.brazil-brasil.com/index.php?option=content&task=view&id=257>> Acesso em: 08 Mai. 2008.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 19 nov. 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: FRANÇA FILHO, Genauto et.al. (Org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Tradução de Carlos A. A. Ferraz e Araújo. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 259-267.

FRANCO, Augusto de. *Autonomia e Partido Revolucionário*. Goiás: Ferramenta, 1985.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Educação e Comunicação)

_____. *Extensão ou Comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. v. 24. (Coleção O mundo hoje)

_____. *Pedagogia do oprimido*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. Tradução de Luciana Carli. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. In: *Revista de Economia Política*. Vol. 24, n. 4 (96) outubro-novembro 2004, p. 483-486 *apud* VEIGA, José Elli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

FUSFLELD, Daniel R. *A era do economista*. São Paulo: Saraiva, 2001.

FRÓES et al. *Estudo de caso da Rede de Cooperação Solidária*. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2007. *apud* WAGNER, Láine Jeske. *Um Estudo sobre o Programa Fome Zero no município de São Lourenço do Sul (RS)*, Dissertação, 2009. (Mestrado em Sociologia). Pelotas. Universidade Federal de Pelotas.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o espaço público: algumas observações sobre o papel dos agentes mediadores. In: FRANÇA FILHO, Genauto *et.al.* (Org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Tradução de Carlos A. A. Ferraz e Araújo. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 223-235.

GATTI, Bernardete Angelina. *Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília: Líber Livro Ed., 2005. v. 10. (Série Pesquisa em Educação)

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. IN: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 64-89.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GORENDER, Jacob. Introdução à Crítica da Economia Política. In: *O Capital: Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro*. Tradução de Edgard Malagodi *et.al.* 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 1 e 3. (Os economistas). p. 2-23.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere*. Tradução de Noênio Spinola. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Escritos Políticos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1 e 2.

_____. *Poder, Política e Partido*. Tradução de Eliana Aguiar. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *Quaderni Del carcere*. 2.ed. Edição crítica de Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1977. 4v. *apud* SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Selections from the Prison Notebooks*. Londres: [s.n.], 1971. 331 p. *apud* FRANCO, Augusto de. *Autonomia e Partido Revolucionário*. Goiás: Ferramenta, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José. A agricultura contra a fome. In: FREI BETO (Org.). *Fome Zero*. Textos Fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004b *apud* WAGNER, Laíne Jeske. *Um Estudo sobre o Programa Fome Zero no município de São Lourenço do Sul (RS)*, Dissertação de Mestrado: UFPEL, 2009.

GUERRA, Janaina da Silva. *Do senso comum ao conhecimento crítico: o (a) Trabalhador (a) Social na Incubação de Cooperativas Populares*. Pelotas, 2005. (Acervo da biblioteca da Universidade Católica de Pelotas).

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. Tradução de Anna Maria Capovilla, et.al. 5 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadores e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (Orgs.). *Política Social no Capitalismo- tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13-43.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *Processo de Consciência*. 2. ed. São Paulo: CPV, 2001.

INSTITUTO DE CIDADANIA. *Uma proposta de Política de Segurança Alimentar. Projeto Fome Zero*. Outubro, 2001. Disponível em: <www.fomezero.gov.br/download/livro_projeto%20fome.pdf>. Acesso em: 26 Jun. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agência Brasil: Rico gasta em 3 dias o que pobre passa 1 ano. In: *Desafios do Desenvolvimento*. Disponível em <http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=12284> Acesso em: 27 Mar. 2010.

_____. *Desigualdade e Pobreza no Brasil Metropolitano Durante a Crise Internacional: Primeiros Resultados*, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/comunicado_da_presidencia_n_25_2.pdf> Acesso em: 27 Mar. 2010.

JusBrasil, *Legislação*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislação/819105/decreto-6959-9>>. Acesso em: 18 Set. 2009.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Tradução de Mário R. Da Cruz. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas)

KITZINGER, Jenny. The methodology of focus groups: the importance of interaction between research participants. *Sociology of Health and Illness*. v. 16. n. 1, 1994. *apud* GATTI, Bernardete Angelina. *Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília: Líber Livro Ed., 2005. v. 10. (Série Pesquisa em Educação)

LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Hucitec, 1987. (Clássicos)

LEITÃO, Bárbara Julia Menezello. *Grupo de foco: O uso da metodologia de avaliação qualitativa como suporte complementar a avaliação quantitativa realizada pelo sistema de bibliotecas da USP*. Dissertação de Mestrado: USP, 2003.

LESSA, Sérgio. Contra-revolução, trabalho, classes sociais. In: *Temporalis*, Brasília, ABEPSS, ano 2, n.4, p. 75-86, 2001.

MARQUES, Maria da Graça. Agricultura Familiar poderá receber até 128% a mais do governo na próxima safra. *Diário Popular*, Pelotas, 25 Jul. 2009. Seção Rural, p. 18.

KARL, Marx. *A Questão Judaica*. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: KARL, Marx. *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. Tradução de Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 45-59. (Obra Prima de cada Autor)

_____. El capital. 15. ed. México: Siglo Veintiuno, 1985. v. 1 e 7 *apud* SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. Tradução de Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2006. (Obra Prima de cada Autor).

_____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004.

_____. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d. *apud* IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *O Capital: Salário, preço e lucro*. Tradução de Edgard Malagodi *et.al.*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 3. p. 134-185. (Os economistas)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. v. 2. (Obras escolhidas)

_____. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *A Sagrada Família: ou crítica da Crítica crítica: contra Bruno Bauer e seus seguidores*. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2000. (Obra-prima de cada autor)

MÉSZÁROS, István. *A Teoria da Alienação em Marx*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006. (Mundo do Trabalho)

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. *Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?* Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 1993. p. 239-262
Disponível em: <www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf> Acesso em: 25 Mai. 2008.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/modalidades>>. Acesso em: 15 Mar. 2008.

Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp>. Acesso em: 19 Nov. 2007.

_____. Atlas Digital da Economia Solidária, 2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/tabcgi.exe?QtdEES.def>> Acesso em: 04 abr. 2010.

MONTIBELLER Fº, Gilberto. *O mito de desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

O Programa Fome Zero. Disponível em: <www.fomezero.gov.br>. Acesso em: 08 de Jun. de 2008

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. *Marx e a exclusão*. Pelotas: Seiva, 2004.

OLIVEIRA, Terezinha Cleide (Org.). *Cooperativa de Trabalho: Instruções para Organização*. Publicado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento – Instituto de Cooperativismo e Associativismo. São Paulo; 4ª ed, 1998 *apud* PEREIRA, Maria Isabel. *Cooperativas de Trabalho: o impacto no setor de serviços*. São Paulo: Guazzelli Ltda, 1999.

POCHMANN, Márcio. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. *Mercado de trabalho*. São Paulo, IPEA, p. 23-34, ago. 2004. Disponível em: <http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf> Acesso em: 15 Mai. 2009.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3324&lay=pde> Acesso em: 19 Mar. 2010.

Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <www.pndu.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_complete.pdf> Acesso em: 25 Fev. 2008.

SCHWENGBER, Ângela Maria, *et.al.*. Programa Oportunidade Solidária: construindo uma política pública de economia solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto *et.al.* (Org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 125-145.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, Paul. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 119-122, mai.-ago. 1998. *apud* CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. (Coleção História do povo brasileiro).

_____. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *O Capitalismo sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. 14ª ed. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Senaes – uma experiência brasileira de política de economia solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto *et.al.* (Org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Tradução de Carlos A. A. Ferraz e Araújo. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 201-210.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (Orgs.). *Política Social no Capitalismo- tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 196-219.

SZMERCZAYNI, Tamás (Org.). *John Maynard Keynes: Economia*. Tradução de Miriam Moreira Leite. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984. (Grandes cientistas sociais)

TIRIBA, Lia. *Economia Popular e Cultura do Trabalho*. Pedagogia (s) da produção associada. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001. (Fronteiras da Educação)

THIOLLENT, Michel J. M.. *Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária*. 5. ed. São Paulo: Ed. Polis, 1987. (Coleção Teoria e História)

_____. *Metodologia de Pesquisa-ação*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, José Elli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

WAGNER, Láine Jeske. *Um Estudo sobre o Programa Fome Zero no município de São Lourenço do Sul (RS)*, Dissertação de Mestrado: UFPEL, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Fome Zero: uma política social em questão. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP e Associação Paulista de Saúde Pública, v.12, n.1, p.43-51, jan.-jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/07.pdf>> Acesso em: 20 Mar. 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

A-) ROTEIRO DE ENTREVISTA – FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL

Nome da comunidade: _____

- 01-) Me falem um pouco sobre o grupo de vocês? Como foi que surgiu?
- 02-) Qual a importância de participar desse grupo? (a intenção que tem o grupo de existir?)
- 03-) O que motiva vocês a permanecerem no grupo?
- 04-) Como vocês souberam da existência do PAA/Programa Fome Zero?
- 05-) Pra vocês o que é o PAA/Programa Fome Zero?
- 06-) Como vocês observam a participação de vocês neste programa?
- 07-) Como vocês observam (qual a opinião de vocês) a diferença de ações que o PAA realiza com vocês e com os pequenos agricultores e os pescadores artesanais?
- 08-) O que vocês acham que tem de bom no PAA/Programa Fome Zero? Por que?
- 09-) E o que vocês acham que deveria ser mudado no programa? Por que?
- 10-) O PAA/Programa Fome Zero mudou alguma coisa na vida de vocês? O que?
- 11-) Vocês participam de outros programas além do PAA/Programa Fome Zero? Quais?
- 12-) Se vocês fossem consultadas antes da criação de algum programa social, o que não poderia faltar nele?
- 13-) Como vocês acham que as ações do governo poderiam ser pra mudar de verdade suas vidas? O que mudaria de verdade a vida de vocês?
- 14-) (caso respondam trabalho) Enquanto o governo não oportuniza geração de emprego, mas apenas programas como o Bolsa Família ou o próprio PAA/Fome Zero, vocês conseguem ver uma alternativa pra mudar a vida de vocês de verdade?

B-) ROTEIRO DE ENTREVISTA – COOPERADOS (AS)

01-) Nome da cooperativa/ associação: _____

02-) Quantos cooperados/associados possui? _____

03-) Me contem um pouco sobre a cooperativa. Como ela surgiu? Há quanto tempo?

04) Como se dá a organização da cooperativa/associação com seus sócios?

05-) Vocês acham que a cooperativa/associação possui características da Economia Solidária? Por que?

06-) Quais os benefícios e os malefícios de se trabalhar numa cooperativa/associação?

07-) Há quanto tempo a cooperativa/associação participa do PAA/Programa Fome Zero?

08-) Como a cooperativa/associação participa do PAA/Programa Fome Zero?

09-) Ocorreram mudanças na cooperativa/associação após sua inserção no PAA/Programa Fome Zero? Quais?

10-) Como vocês avaliam o programa para sua cooperativa/associação?

11-) Como vocês avaliam o programa no seu todo?

12-) Além da comercialização oportunizada pelo programa, a cooperativa/associação possui outros espaços? Quais?

13-) Caso o PAA/Programa Fome Zero seja a principal forma de comercialização que a cooperativa/associação disponibiliza, vocês, sócios, estão pensando ou já constituindo outras possibilidade de comercialização de seus produtos caso o programa seja extinto?

14-) Existe alguma relação entre a cooperativa/associação e as famílias em situação de risco social que recebem os alimentos? Qual?

15-) Vocês sabem se as famílias que recebem os alimentos conhecem a procedência dos mesmos?

16-) O que vocês acham que deve ser mudado no PAA/Programa Fome Zero para melhorar sua relação com a cooperativa/associação e também com as famílias em situação de risco social que recebem o alimento?

APÊNDICE 2

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Termo de Consentimento Livre e Informado

Eu, _____, RG n° _____, declaro que, de livre e espontânea vontade e de forma gratuita, aceito participar da pesquisa: **O Programa de Aquisição de Alimentos no âmbito do Programa Fome Zero: Emancipação ou Compensação?**. De autoria da pesquisadora, mestranda Janaina da Silva Guerra, orientada pelo Profº Drº Antônio Cruz, que visa conhecer quais os desafios e as possibilidades para o PAA concretizar-se como uma política que potencialize práticas emancipatórias para a totalidade de seus beneficiários, na perspectiva da economia solidária.

Autorizo, assim, o uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado, parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações a partir da presente data.

Caso não esteja de acordo com alguma pergunta da entrevista, poderei interrompê-la a qualquer momento que julgar necessário não sendo obrigado a respondê-la.

Declaro, portanto, que estou ciente e de acordo com os procedimentos da pesquisa, contribuindo para sua efetivação.

_____, _____ de _____ de 200__.

entrevistado (a)

Janaina da Silva Guerra
(pesquisadora mestranda)